

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais:
Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento

PATRÍCIA VERÔNICA NASCIMENTO DIAS FERNANDES

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A LEITURA:
O CASO DO PROLER NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA

Cachoeira-Ba.
2012

PATRÍCIA VERÔNICA NASCIMENTO DIAS FERNANDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A LEITURA:
O CASO DO PROLER NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. **Clóvis Zimmermann**

Cachoeira-Ba
2012

Fernandes, Patrícia Verônica Nascimento Dias.
Políticas Públicas de Incentivo à Leitura: o caso do
PROLER / Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes.
2012.

135 f.: il.; 28 cm

Orientador: Clóvis Roberto Zimmermann
Dissertação (mestrado) – Centro de Artes, Humanidades e
Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

1. Políticas públicas -- Bahia. 2. Incentivo à leitura. 3.
Interesses na leitura -- Bahia. I. Zimmermann, Clóvis Roberto.
II Centro de Humanidades, Artes e Letras da Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDU 028(81)

TERMO DE APROVAÇÃO

Políticas públicas de incentivo a leitura:
o caso do Proler nas universidades estaduais da Bahia

Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes

BACHAREL EM BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2002

Cachoeira, 18 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Clóvis Zimmermann – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
(Orientador)

Prof. Dr. Fernando Cardoso Pedrão Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Prof. Dr. Antonio Eduardo - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

À

*Tuna, mãe querida, por sempre ter acreditado em mim...
Luísa e José, filhos queridos verdadeiras dádivas de Deus.*

*“Fico às vezes admirado de quanto
proveito as leituras nos trazem”*

Hermann Hesse,

AGRADECIMENTOS

No caminhar da nossa jornada, muitas pessoas passam pelo nosso caminho, umas nos fazem sorrir... Outras nos fazem chorar... Mas é indiscutível que todas nos ajudam a crescer... Às vezes o caminho é florido e de fácil acesso, noutras é pedregulho e nos machucam os pés... Mas é incontestável que todos nos ajudam a chegar, a realizar sonhos e projetos de vida...

E nesse momento nesse espaço reservado para os agradecimentos elevo meu pensamento e meu coração ao Criador de tudo que é bom e justo!!

Obrigada meu Pai, por mais essa oportunidade...

Obrigada meu Pai minha fonte de fé, esperança e determinação;

Sinto que o ciclo desta etapa está se fechando e outro está a se abrir... E me vem à mente tantas pessoas que me ajudaram... E me dou conta que são tantos e especiais agradecimentos...

Foram tantos os estímulos...

Foram tantos gigantes que cederam seus ombros para que eu pudesse me apoiar e enxergar mais longe...

Agradecer se torna tão pouco, perante meu sentimento de gratidão, que só me resta, pedir ao Pai Eterno que vos cuidem e vos protejam!

A Josevan Dutra, os auxílios constantes;

Aos meus irmãos pelo apoio...

A Davdson Coelho, pela paciência...

Ao meu orientador, professor Dr. Clóvis Zimmermann, pelas manifestações de respeito à minha produção intelectual, que foi muito mais que um orientador foi um amigo... Sempre disposto a me ouvir...

Aos profissionais pesquisados: professora Áurea da S. P. Pereira e professora Ângela Maria Damasceno Teixeira Barbosa; professora Glória de F. L. dos Santos; professora. Heleusa; professora Márcia Auad; professora Maria Helena... Que literalmente fazem parte deste trabalho...

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela qualidade do ensino proporcionada.

Aos funcionários, pelo sempre pronto atendimento às minhas demandas;

Aos colegas de turma, pelo carinho e solidariedade no caminhar desta jornada;

Obrigado a todos, que de forma direta ou indireta foram peças indispensáveis para a realização de mais um sonho!

Muito, Muito obrigada mesmo!!!

RESUMO

Uma das características da atual sociedade consiste na busca constante da informação e do conhecimento. Para isso, é, necessário que a educação dos indivíduos enfatize a leitura como condição indispensável para a inclusão social, e conseqüentemente para a melhoria da condição humana. É preciso refletir sobre a crença na leitura como um valor, contribuindo para reforçá-la, fazer com que os indivíduos a compreendam como algo indispensável à sua inserção social. No Brasil, a presença do Estado é essencial para fazer compreender o papel da leitura, da formação de leitores para a constituição da cidadania e a construção da democracia. Com o objetivo de transformar o Brasil num país de leitores, o Ministério da Cultura, através da Fundação Biblioteca Nacional instituiu o Programa Nacional de Incentivo a Leitura - PROLER. Na Bahia, atualmente, existem 08 comitês representativos do PROLER, dentre eles, três fazem parte de universidades estaduais: a Universidade Estadual da Bahia - UNEB, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB e a Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Por se tratar de três instituições estaduais de ensino superior e, por conseguinte subordinadas a Secretária de Educação do Estado da Bahia, este estudo busca responder: Quais as similaridades e divergências dos comitês representativos do Programa Nacional de Incentivo a Leitura nas Universidades estaduais da Bahia? Tem como objetivo geral, delinear o Programa de Incentivo à Leitura - PROLER, das Universidades Estaduais da Bahia. Foi utilizado o método comparativo, e como delineamento da pesquisa o estudo de caso, o instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista, a qual foi realizada com os coordenadores dos respectivos comitês. Através do resultado foi possível identificar a inconsistência das políticas públicas de incentivo a leitura e a ausência de efetivo comprometimento das universidades em instrumentalizar o PROLER a fim de dar uma resposta positiva para a comunidade preparando seus futuros discentes potencializando a qualidade do ensino oferecido.

Palavras – Chave: Leitura, Políticas públicas de incentivo a leitura; Programa Nacional de Incentivo a leitura – Proler; Universidades estaduais da Bahia.

ABSTRACT

One of the features of modern society is in constant search of information and knowledge. For this, it is necessary for the education of individuals emphasize reading as an essential condition for social inclusion, and therefore to the improvement of the human condition. We must reflect on the belief in reading as a value, contributing to strengthen it, cause individuals to understand how something essential for their social integration. In Brazil, the presence of the State is essential to understanding the role of reading, readers for the Constitution of citizenship and democracy-building. With the goal of transforming Brazil into a country of readers, the Ministry of culture, through the National Library Foundation instituted the national programme for Encouraging reading-PROLER. In Bahia, currently there are representative of committees 08 PROLER, among them, three are part of State universities: the State University of Bahia-UNEB, the State University of Southwest of Bahia-UESB and Santa Cruz State University-UESC. For the case of three State institutions of higher education and hence subject to Secretary of education of the State of Bahia, this study seeks to answer: what are the similarities and differences of the committees representing the National Program to encourage reading in the Bahia State universities? Aims generally outline the reading Incentive Program-PROLER, Bahia State universities, in order to identify the extent to which they contribute to the reduction of illiteracy in the community in which they are inserted. We used the comparative method, and how to search the design case study, the research instrument used was the interview, which was held with the coordinators of the respective committees. Through the result it was possible to identify the inconsistency of public policies to encourage reading and the absence of effective involvement of universities in instrumentalizing the PROLER in order to give a positive response to the community by preparing their future students to enhance the quality of education offered.

Keywords: Reading, public policies to encourage reading; National reading incentive program – Proler; Bahia State universities.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

01	Quadro de arte: Moça com livro	15
02	Gráfico 1 - Distribuição dos comitês no Brasil	45
03	Fotografia 1 - Crianças do Comitê de Jequié	53
03	Gráfico 2 - Média geral do PISA por região brasileira	67
04	Gráfico 3 - Idade das coordenadoras do Proler	75
05	Gráfico 4 - Tamanho das equipes de cada comitê	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participantes do Brasil do PISA 2000 e 2009.	65
Tabela 2 - Média geral do PISA por estados do Nordeste.	66
Tabela 3 - Distribuição de comitês por região brasileira.	68
Tabela 4 – Relação dos municípios e microrregião	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFB	- Conselho Federal de Biblioteconomia
CRB-5	- Conselho Regional de Biblioteconomia – 5ª Região
EGBA	- Empresa Gráfica da Bahia
FAINOR	- Faculdade Independente do Nordeste
FBN	- Fundação Biblioteca Nacional
FJT	- Faculdade Juvencio Terra
FNLIJ	- Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
MEC	- Ministério da Educação
MinC	- Ministério da Cultura
OCDE	- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PISA	- Programa para Avaliação Internacional de Estudantes
PROLER	- Programa Nacional de Incentivo a Leitura
PUC – MG	- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
UESB	- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	- Universidade Estadual de Santa Cruz
UFRB	- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNEB	- Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.
FUNDEF	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	POLÍTICAS PÚBLICAS	19
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA	25
3	PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO A LEITURA - PROLER	36
3.1	O PROLER NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA	49
3.2	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB	49
3.2.1	UESB – Campus Vitória da Conquista	49
3.2.2	UESB – Campus Jequié	53
3.2.3	UESB – Campus Itapetinga	54
3.3	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC	55
3.4	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA - UNEB	58
3.4.1	UNEB – Campus II - Alagoinhas	58
4	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESCOLARIDADE	61
5	METODOLOGIA	71
5.1	COLETA DOS DADOS	75
5.2	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	108
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	115
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	120
	APÊNDICES	121
	APÊNDICE - A - Roteiro de Entrevista (formulário estruturado)	121
	APÊNDICE - B - Carta de apresentação da Pesquisa e da Pesquisadora	123
	ANEXOS	126

ANEXO – A - Cópia do Decreto que institui o Proler	126
ANEXO – B - Cópia do Termo de convenio entre a FBN e a UESB	127
ANEXO – C - Cópia do Termo de convenio entre a FBN e a UNEB	128
ANEXO – D - Cópia do Termo de convênio entre a FBN e a UESC	129
ANEXO – E - Relatório Proler 2012 - gráfico 4 - Avaliação do usuário	130
ANEXO – F - Folder de divulgação do encontro do Proler	131
ANEXO – G - Imagem da pesquisadora no Comitê UESB/Vitória da Conquista	132
ANEXO – H - Imagem conhecendo as publicações do Projeto Letras da vida	133
ANEXO – I - Imagem da Sala Iris Silveira – vista de fora	134
ANEXO – J - Imagem da Sala Iris Silveira – vista de dentro	135



"Moça com livro", de autoria de José Ferraz de Almeida Júnior.
Período: Itú, São Paulo, 1850 - Piracicaba, São Paulo, 1899.
Óleo sobre tela, 50 x 61 cm.
Disponível em: <<http://www.masp.art.br/>>

1 INTRODUÇÃO

Uma das características marcantes da atual sociedade consiste na busca constante da informação e do conhecimento. Para isso, faz-se necessário que a educação dos indivíduos enfatize a leitura como condição indispensável para o aprimoramento da capacidade de acesso à informação e para o processo da aprendizagem.

Por ser a leitura a via que pode ajudar a resgatar e consolidar a cidadania, ao devolver a autoestima além de desenvolver o senso crítico possibilitando assim a formação de uma sociedade consciente, é indispensável refletir sobre a crença na leitura como um valor, contribuindo para reforçá-la, fazendo com que os indivíduos a compreendam como algo essencial a sua inserção social, cultural e econômica.

A opção em estudar este tema surgiu em 2009, quando ainda trabalhava na Imprensa Oficial do Estado - Empresa Gráfica da Bahia – EGBA, onde foi possível desenvolver projetos voltados ao estímulo da leitura – **Ciranda de Leitura Infantil** - voltado para as crianças do ensino fundamental das escolas públicas do entorno da empresa e **Ler e Viver Tudo a Ver**, criado com o propósito de estimular o hábito à leitura dos empregados da empresa.

Além disso, a realização de leituras enquanto aluna especial do Mestrado em Ciências Sociais especificamente na disciplina Políticas Sociais, somado a isso, por estar participando da gestão do Conselho Regional de Biblioteconomia da Bahia/Sergipe – quinta região CRB/5, o qual, em parceria com o Conselho Federal

de Biblioteconomia - CFB, se preocupa com ações de estímulo à prática da leitura, como exemplo podemos citar o Projeto Mobilizador Biblioteca Escolar: Construção de Uma Rede de Informação para o Ensino Público. O fato é que, a escolha do tema reside na certeza que a leitura é um grande divisor de águas entre o saber e a ignorância, na convicção de que a leitura é o descortinar das possibilidades, o poder da decisão alicerçada na informação, no conhecimento, na inteligência.

No Brasil, a presença do Estado é importante para fazer compreender o papel da leitura, da formação de leitores para a constituição da cidadania e a consolidação da democracia e do desenvolvimento. Com o objetivo de tornar o Brasil num país de leitores, o Ministério da Cultura, através da Fundação Biblioteca Nacional cria o Programa Nacional de Incentivo a Leitura, o PROLER.

Na Bahia, atualmente, existem 08 comitês representativos do PROLER, dentre eles, três fazem parte de universidades estaduais: a Universidade Estadual da Bahia - UNEB, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB e a Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC.

Este estudo ora apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, na Linha de Pesquisa Desigualdades Sociais e Políticas de Desenvolvimento Territorial aborda Políticas Públicas de Incentivo a Leitura, mais especificadamente, o PROLER, implantado nas universidades estaduais da Bahia.

O estudo apoia na hipótese que, os comitês, enquanto implementadores, de políticas públicas de incentivo a leitura tem a possibilidade para tomar decisões cruciais de uma política setorial, o que pode descaracterizar a proposta inicial do formulador.

As políticas públicas de incentivo a leitura operam em um ambiente carregado de incertezas, considerando as limitações de tempo e de recursos, bem como de prever as contingências que podem afetar o ambiente político no futuro. Somando-se a isso, podemos afirmar que os formuladores expressam suas preferências individuais ou coletivas através de programas e políticas nem sempre em consonância com os interesses da coletividade a qual se destinam.

Por se tratar de três instituições estaduais de ensino superior e, por conseguinte subordinadas a Secretária de Educação do Estado da Bahia, este estudo busca responder a seguinte questão: **Até que ponto existe similaridades e divergências dos comitês representativos do Programa Nacional de Incentivo a Leitura nas Universidades estaduais da Bahia – UESC, UNEB, UESB?**

O objetivo geral deste estudo é fazer um estudo comparativo do Programa de Incentivo à Leitura, PROLER, das Universidades estaduais da Bahia, sendo elas: UNEB, UESC e a UESB, a fim de identificar suas similaridades.

Tendo como objetivos específicos: investigar as características de semelhanças do PROLER nas Universidades estaduais da Bahia; estudar as divergências do PROLER nas Universidades estaduais da Bahia; identificar as realizações de atividades de estímulo à leitura na circunscrição de cada comitê; mostrar as dificuldades encontradas durante a implantação e na execução de atividades de estímulos a leitura deparada pelos comitês.

Este trabalho é composto por seis capítulos, onde o segundo trata de políticas públicas, as quais descrevem o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado com vistas a atender as demandas da sociedade, tendo por objetivo darmos início a proposta desse estudo, nele decorreremos sobre a origem do emprego deste termo, que está ligado ao período anterior à segunda guerra mundial. Além de expormos os conceitos de alguns teóricos sobre o tema. Ainda neste capítulo abordamos sobre as Políticas Públicas de Leitura enfatizando sua importância e o seu delineamento no cenário brasileiro, considerando que elas nos últimos anos têm ocupado espaço em muitos países ibero-americanos, uma vez que a leitura é muito importante para a construção da cidadania, sendo impossível a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária sem que a população saiba ler e tenha hábitos de leitura, neste aspecto é de competência do Estado a função de tornar acessível o livro, seja nas salas de aula, nas bibliotecas públicas, nos mais diferentes ambientes, estimulando todas as iniciativas voltadas para despertar o interesse pela leitura, ensinando as pessoas como utilizar os livros para as mais diferentes possibilidades de fruição e aproveitamento.

No capítulo 3 apresentamos o objeto desse estudo, o Programa Nacional de Incentivo a Leitura – Proler, cuja criação surgiu a partir da pesquisa “por uma política

nacional de leitura” e teve como objetivo incentivar o hábito da leitura na população brasileira através de ações de coordenação, disseminação, articulação de propostas na área da leitura, realizadas nas diversas regiões do país por iniciativas de grupos governamentais e não governamentais. Este capítulo está subdividido em sete partes, que tratam dos comitês pertencentes a cada uma delas.

Encontramos no capítulo 4 a avaliação de políticas públicas de escolaridade, que apresenta a importância para a avaliação de políticas públicas a fim de funcionarem como termômetros de programas e projetos governamentais.

Para o capítulo 5 destinamos a parte do trabalho destinado aos procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa em questão, informando se tratar de uma investigação com abordagem qualitativa, utilizando o método comparativo, que pretende ressaltar as similaridades e diferenças entre os fenômenos que preenchem a realidade, relativos ao tema aqui apresentado, cujo delineamento utilizado foi o estudo de caso, por ele proporcionar um estudo profundo do objeto, permitindo o seu conhecimento detalhado, além de indicar que o instrumento utilizado no desenvolvimento da pesquisa foi a entrevista semiestruturada. Este capítulo também se subdivide em coleta dos dados e discussão dos resultados.

No sexto e último capítulo, apresentamos as considerações finais, onde concluímos o estudo que procurou apresentar um panorama a respeito das pesquisas e dos projetos que tratam sobre as Políticas Públicas de Leitura no Brasil, em destaque o Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER.

Seguindo os rigores científicos, o estudo traz os apêndices que consistem no formulário de questões para a coleta dos dados dos coordenadores e do modelo da carta de apresentação, da pesquisadora e da pesquisa assinada pelo orientador que foi enviado para cada coordenadora do comitê do Proler; e os anexos que compõem o Decreto que instituiu o Proler e os termos de parcerias entre as universidades e o Ministério da Cultura através da Fundação Biblioteca Nacional.

“Um país se faz com homens e livros”.

Monteiro Lobato

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

A sociedade é vista nas ciências sociais como um conjunto de indivíduos de ambos os sexos e todas as idades, permanentemente associados e equipados de padrões culturais comuns, próprios para garantir a continuidade do todo.

Nas teorias recentes, uma das maiores características das sociedades modernas é a diferenciação social apresentada pelos seus membros, seja através dos seus atributos biológicos, mas especialmente pelos morais que se ligam aos atributos pessoais que vão sendo desenvolvidos ao longo da sua existência.

Essa diferenciação faz com que a vida em sociedade não só seja complexa, mas também conflituosa por envolver variados tipos de interesses. Esses conflitos podem contribuir para impulsionar mudanças na sociedade, sendo também necessária a mediação da política, através do poder público nas elaborações e execuções das políticas públicas.

Neste capítulo daremos uma maior compreensão do termo políticas públicas, por ser uma expressão que constantemente utilizamos para atender nominalmente a variadas intervenções administrativas do poder público – municipal, estadual e federal. Assim, decorreremos sobre a origem do emprego deste termo, o qual está ligado ao período anterior à segunda guerra mundial. Foi possível verificar que o livre comércio, da forma que era praticado, não trouxe os benefícios esperados pela humanidade, tais como, a paz, a prosperidade tampouco o bem-estar.

Este sentimento se estendeu por todo o mundo capitalista, levando muitos países a mudarem suas políticas econômicas para um formato centrado na ideia do pleno emprego. Isso fez com que esses estados nacionais passassem a ampliar o volume de suas intervenções e seu caráter regulador, tanto nos aspectos econômicos, quanto nos aspectos sociais da vida coletiva.

Esse tipo de política conseguiu perdurar durante três décadas, chegando a ser conhecida como “os trinta anos gloriosos”¹. A partir de 1980 essas políticas são postas em questão, passando a ser atacadas pelos ideólogos do neoliberalismo – compreendido aqui, como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende uma menor participação do estado na economia. De acordo com esta doutrina, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país – a crença no Estado mínimo para o desenvolvimento da nação.

Contudo, as propostas neoliberais provocam a reação de vários segmentos da sociedade, tais como partidos políticos de oposição, sindicatos e necessidades sociais. Com esse novo cenário de reação desses grupos sociais, as sociedades capitalistas compreendem essas presenças como uma perigosa ameaça política interna, agravada pelo modo de organização social alternativo, vivido no bloco socialista. Essas reações forçam o estado a rever seus interesses e ações, os quais resultam em algumas mudanças sociais.

Para Di Giovanni (2011)

Tais mudanças produziram uma nova concepção das sociedades sobre o estado. Para muitos segmentos da sociedade, o estado verdadeiramente democrático passa a ser visto, não apenas como aquele que inclui mecanismos clássicos de representação (direito de votar e ser votado; participação igualitária de classes, categorias e interesses), mas também aquele que revela uma certa capacidade de resposta às demandas da sociedade. Este argumento, se tomado conjuntamente com as observações anteriores, mostra que o crescimento da presença das políticas públicas na vida cotidiana, não se dá simplesmente pela ampliação da ação do Estado, mas também pelas exigências que lhe são colocadas pela sociedade (DI GIOVANNI, 2011, p. 02.).

Assim podemos inferir que as políticas públicas não são implementadas simplesmente pela boa vontade da ação do Estado, mas, sobretudo pelas exigências que são colocadas pela sociedade, especialmente dos grupos organizados. Com isso criam-se ofertas de serviços de natureza social, iniciando assim as políticas de Bem Estar-Social.

¹ Período compreendido entre os anos de 1945-1975, onde foram firmados pactos entre "capital e trabalho". A reconciliação desses interesses opostos foi sustentada pelas políticas econômicas que visavam crescimento, pleno emprego e pelas instituições do "welfare state".

Ainda segundo Di Giovanni (2011), essas demandas sociais foram se cristalizando e se fortalecendo ao ponto de serem institucionalizadas, com pautas de conduta política, regras e padrões que modificaram os processos decisórios tradicionais, dando origem a essa forma nova, contemporânea, mais partilhada de exercício do poder, também conhecida como agenda política. Para Oszlak (1997) essa representa:

O “espaço problemático” (destaque do autor) de uma sociedade, o conjunto de questões não resolvidas que afetam a um ou mais de seus setores – ou a totalidade dos mesmos – e que, portanto, constituem em jogo de ação do Estado, seu domínio funcional. As políticas que esta adota são, no fundo, tomadas de posição de seus representantes e instituições frente às diversas opções de resolução que essas questões vigentes admitem teórica, política ou materialmente. A vigência dessas questões, quer dizer, sua presença permanente na agenda, revela a existência de tensões sociais, de conflitos não resolvidos e de atores mobilizados em torno da busca de soluções que expressem seus interesses particulares e valores. (OSZLAK, 1997 p. 122).

Em sentido *lato*, as políticas públicas podem ser entendidas por intervenções do poder público, sejam eles da esfera federal, estadual e municipal para atender as exigências da sociedade. Assim, podemos afirmar que as políticas públicas descrevem o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado com vistas ao bem coletivo. Essas políticas podem ser desenvolvidas em parcerias com organizações não governamentais e com a iniciativa privada. Entretanto, via de regra é de competência do Estado propor ações preventivas diante de situações de risco à sociedade por meio de políticas públicas.

Por outro lado, Teixeira (2002) argumenta que as políticas públicas são as diretrizes, os princípios norteadores de ação do poder público. O autor concebe as políticas públicas como as regras e os procedimentos indispensáveis nas relações entre poder público e sociedade civil. Ou seja, as regras estão no centro da definição de políticas públicas.

Já Bucci (2002) inclui no conceito de políticas públicas a participação de entidades privadas, ao definir políticas públicas como os programas de ação do governo, visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

Por sua vez, Di Giovanni (2009) compreende política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre Estado e sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas no campo da economia, que são consequentes de um processo histórico, no interior do qual se constituiu uma forma específica de exercício do poder político nas sociedades democráticas contemporâneas.

As políticas públicas refletem desde seu processo de elaboração, implantação e resultados as concepções, os valores e o ponto de vista do seu gestor e em parte da sociedade. Daí a necessidade de uma agenda política construída com outros atores sociais integrantes da sociedade civil.

Teixeira (2002) defende que:

Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente (...) é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público (TEIXEIRA, 2002, p. 02).

Corroborando com Teixeira (2002) Marin (2008 *apud* VALLES 2002) destaca que “políticas públicas é um conjunto inter-relacionado de decisões e não decisões, que tem como foco uma área determinada de conflito ou tensão social”. Partindo desta assertiva é possível identificar que na sociedade existe uma diversidade de interesses e de visões que necessitam serem debatidas, colocadas entre os atores sociais com o objetivo de entrarem em um acordo, num consenso mínimo. Rua (1997) amplia este conceito, ao afirmar que:

As políticas públicas (policies), por sua vez, são outputs, resultantes da atividade política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. (RUA, 1997, p.01).

De acordo com as exposições dos autores ao refletir sobre os pontos de vista já citados, formulamos e concatenamos a seguinte opinião: o conceito de políticas públicas é um conceito evolutivo, na medida em que a realidade está inserida num processo constante de transformações históricas nas relações entre Estado e sociedade, a qual perpassa por mediações de natureza variada, mas tendo como referência os processos de democratização das sociedades contemporâneas.

Soma-se a isso a existência latente da necessidade de regulação de conflitos entre os mais variados setores da sociedade, conforme destaca Teixeira (2002):

Os objetivos das políticas públicas têm como referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para a sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo assim da sua capacidade de organização e negociação (TEIXEIRA, 2002, p. 03).

Para alcançar seus objetivos, as políticas públicas dependem de um conjunto de decisões e ações relativas a alocação de valores socialmente aceitáveis, envolvendo decisões com ações estrategicamente selecionadas. Especial destaque deve ser dado na implementação de políticas públicas, pois é através dela que é possível o sucesso ou o fracasso de um programa ou projeto de políticas públicas, conforme destacam Silva e Melo (2002).

As vicissitudes da implementação de programas governamentais tem sido entendidas como uma das dimensões cruciais – senão a variável central – para a explicação do insucesso dos governos em atingir os objetivos estabelecidos no desenho das políticas públicas. (SILVA; MELO 2002, p. 03).

Ao mesmo tempo, a implementação corresponde à execução de atividades, as quais permitem que ações sejam realizadas com vista à obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas públicas, muitas vezes influenciadas pela própria população.

Silva e Melo (2002) destacam a complexidade da implementação das políticas públicas, ao afirmarem que:

Uma política pública, no entanto deve ser vista como engenharia social. O *policy cycle* deve ser visto como um campo estratégico no qual observa-se uma relativa indistinção entre não só os implementadores e os formuladores, mas também a população meta de um programa. Na realidade a forma de uso ou consumo dos

produtos da política altera a política e à semelhança do que se afirmou em relação aos implementadores cria política. (SILVA; MELO 2002, p. 12).

Associado as visões de implementação, há ainda as disputas de interesses na estruturação e desenvolvimento da implementação de políticas públicas, onde os conflitos de interesse dos gestores nem sempre correspondem aos interesses de grupos da sociedade civil organizada, mas de especuladores. Podemos citar como, por exemplo, as distribuições de livros didáticos, que nem sempre estão ligadas ao combate ao analfabetismo, mas, em atender ao mercado livreiro, ou seja, muitas das ações voltadas para o estímulo à leitura têm como foco o livro e não o leitor.

Nesta perspectiva Soares (2002 *apud* CINTRA, 2008) afirma que:

Contudo, continuamos a constatar a ausência de uma verdadeira política de leitura [...] sabemos que desenvolver ações num determinado campo constitui numa política para este campo. Assim, quando as ações são desarticuladas, como é o caso das políticas de leitura, também são uma política. Isto quer dizer que tal forma de conduzir uma política, de maneira desarticulada, isolada, caracteriza também um ato político: o de não formação de leitores. (SOARES 2002 *apud* CINTRA, 2008, p.04).

De acordo o exposto, podemos afirmar, portanto que um programa de leitura que parte do princípio de que a leitura é uma prática social deve ser planejado, levando em consideração todas as variáveis incluindo a diversidade cultural do país, dimensão territorial bem como de envolver todos os grupos sociais, em destaque os menos privilegiados além de se utilizar de indicadores de desenvolvimento para a partir do delineamento do perfil de usuário poder traçar as estratégias que alcance o maior número de beneficiários.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA

A história da leitura fundamenta-se na história da possibilidade de ler. Assim, a leitura se consolidou como prática, nos seus variados sentidos. Enquanto produto da escola é o passaporte para o indivíduo poder ingressar e participar na sociedade. Ela começou a ser valorizada como ideia, por distinguir o homem alfabetizado e “culto” do analfabeto “inculto”. Portanto, a ideia, o ideal e a representação da leitura se concretizam como uma prática, a qual exerce-se de forma individual, mas que resulta da compreensão que a sociedade elabora para as classes e as pessoas que a compõem.

Assim, surgem as políticas públicas de leitura, que revelam-se de acordo os interesses dos grupos, os perfis e as representações da própria leitura que o gestor tem dela.

Conforme destaca o documento final do Proler (2010)

Não basta, entretanto, planificar e executar projetos de fomento à leitura sem, paralelamente, trabalhar a escrita autônoma, o que pode indicar a necessidade de incorporar à gestão pública processos sistemáticos de estudo, pesquisa, acompanhamento e avaliação de programas de leitura em andamento. (PROLER, 2010, p. 03).

As políticas públicas de leitura nos últimos anos têm ocupado espaço em muitos países ibero-americanos, uma vez que a leitura é muito importante para a construção da cidadania, sendo impossível a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária sem que a população saiba ler e tenha hábitos de leitura. Neste cenário, o livro aparece como forma básica, mas, não única, de expressão da identidade dos povos, da acumulação de uma parte significativa dos conhecimentos e das experiências.

Ao Estado compete a principal função de tornar acessível o livro, seja nas salas de aula, nas bibliotecas públicas, nos mais diferentes ambientes, estimulando todas as iniciativas voltadas para despertar o interesse pela leitura, ensinando as pessoas como utilizar os livros para as mais diferentes possibilidades de fruição e aproveitamento.

Pode ser visto como algo imoral um país ter uma casta de leitores e uma multidão de não letrados. Não se pode conceber que milhões de brasileiros continuem excluídos do direito de aprender a ler, não se pode aceitar que seja negado à grande maioria da população os benefícios que a leitura propicia. O estímulo à leitura é uma exigência moral, tanto quanto a eliminação do analfabetismo é um compromisso para a efetivação de uma sociedade melhor para todos.

No mundo globalizado, saber ler é uma exigência das sociedades competitivas. Há, contudo, uma importante diferença entre saber ler e a prática efetiva da leitura: a primeira trata da habilidade de leitura como uma necessidade pragmática para a vida em coletividade e permite a realização inclusive de atividades básicas, como identificar uma linha de ônibus, ler anúncios, entre outras ações, enquanto que a segunda, a prática da leitura é importante instrumento para o exercício da cidadania e para a participação social.

Neste aspecto, Maia (2008) atesta que:

A concepção de livro e de literatura que nós temos é reforçada quando consideramos o papel da escrita nas sociedades modernas, ou seja, a partir do século XV, com o advento da burguesia, o crescimento das cidades, a organização dos estados nacionais e a invenção da imprensa. Passa a ser relevante então percebermos que a importância do livro deve ser historicizada e a escrita precisa ser desmistificada, tendo o seu valor relativizado de acordo com o seu uso - ou não - pelas variadas culturas. (MAIA, 2008, p. 01).

Acrescenta-se que se o indivíduo não incorpora a prática de leitura, não desenvolve de forma satisfatória as habilidades necessárias ao uso do conhecimento para poder entender, compreender e apreender, pois não basta apenas o decifrar de signos, algo que não é suficiente para a efetiva participação cidadã.

Segundo Jesus (2007),

[...] a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais e só podem ser alcançados quando todos os cidadãos estiverem informados para exercerem seus direitos democráticos e assim desempenharem um papel ativo na sociedade (JESUS, 2007, p. 01).

Atualmente existem discussões imensas sobre a necessidade de estimular o estudante brasileiro ao hábito da leitura, fazendo disso uma meta que envolve destinação de verbas de governos municipal, estadual e federal. Por isso é freqüente a realização de encontros, simpósios, congressos dentre outros eventos que reúnem profissionais da educação para discutir o tema com apoio de empresas e entidades, mas devido a formação da sociedade brasileira, essas ações ainda apresentam-se de forma ainda muito incipiente para resolver o problema da falta de leitura no Brasil.

O Brasil desde que se tornou um Estado nação não conseguiu desvencilhar-se das altas taxas de analfabetismo da população.

Conforme Gadotti (2000):

A construção e a constituição do Estado Nacional brasileiro, interessava a promoção do acesso dos sujeitos ao documento escrito por vias da leitura e, sobretudo, o combate do analfabetismo crônico existente no país, um problema que ia de encontro com interesse governamental de formação do Estado e, de certa forma, de sua governabilidade. Mais tarde, esse processo foi reforçado pela necessidade de mão-de-obra qualificada. Ao lado dessa configuração, a educação, e nela implícitos o ensino, a prática de leitura ou mesmo a alfabetização, em suas origens no século, tinha um caráter extremamente elitista, pois, “enraizada na sociedade de classes escravista da Idade Antiga, destinada a uma pequena minoria” (GADOTTI, 2000, p. 45).

Séculos de escravidão bastaram para que a negligência na educação fosse característica marcante do jeito brasileiro de governar. Este débito repercutiu na leitura, chegando ao ponto de ser assunto em 2006 da Revista britânica “*The economist*”, que destaca ser uma vergonha nacional o desinteresse do brasileiro pela leitura e atribui ao baixo índice de leitura à precariedade das bibliotecas públicas.

A situação da leitura no Brasil é precária, grande parte do conhecimento acadêmico da humanidade está nos livros, sejam eles impressos ou não. Na França, cada pessoa lê, em média, 25 livros por ano. No Brasil, a estatística aponta a leitura de pouco mais de um livro por brasileiro.

Como destaca Bahia (2004):

O péssimo desempenho dos estudantes brasileiros, exposto em diversos relatórios de estudos e sistemas de avaliação, tem aumentado a preocupação de educadores com as dificuldades de acesso aos mecanismos de desenvolvimento do senso crítico, tão necessário na formação de cidadãos conscientes e socialmente ativos (BAHIA, 2004, p. 130).

A questão da leitura tem muito a ver com a vividez cultural, de hábito e vivência. É difícil tornar um adulto não leitor em leitor, mas é muito fácil tornar uma criança em leitora, daí tantas iniciativas voltadas para estimular as crianças e os jovens a esta prática.

Conforme destaca Alquéres (2008):

Dizem que o gosto pela leitura é um hábito que se consolida a partir da prática cotidiana, devendo, portanto, ser estimulado desde a infância, até tornar-se uma necessidade. Muitos afirmam que os pais são os principais responsáveis pelo incentivo à leitura e que um bom leitor se faz, fundamentalmente, em casa. (ALQUÉRES, 2008, p.11).

Associado à formação cultural do povo brasileiro, as ações de incentivo à leitura também esbarram-se na falta do comprometimento com os resultados pela carência de verbas e também pela descontinuidade das ações, vistas muitas vezes por gestores como que estivessem dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelo seu opositor político não atentando assim para os benefícios para a coletividade.

Nesta perspectiva Jambreiro (2006) destaca que:

Apesar de ser colocada como prioridade na legislação e em programas sociais, a educação no Brasil precisa superar antigos obstáculos, que têm origem nos mesmos fatores econômicos, sociais e políticos que causam nossa profunda desigualdade social. A Constituição Federal tem como a cidadania e a dignidade da pessoa humana, e coloca como objetivos fundamentais da União o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos. Para que esses objetivos sejam efetivamente alcançados, sabe-se que antes de tudo é preciso oferecer educação de qualidade à população. A Educação se coloca, pois, como o maior desafio para que o Brasil consiga atingir os objetivos constitucionais. E o hábito da leitura permeia inteiramente esta questão (JAMBEIRO, 2006, p.112).

O sistema público de ensino brasileiro tem pautado o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção do livro e da formação de leitores. Embora geralmente o contato inicial com a leitura aconteça no ambiente escolar, é justamente fora dele que percebe-se o impacto da precariedade da leitura no Brasil.

Como destaca Regis (2009):

Pedagogicamente falando “ler” é uma das mais importantes competências a serem trabalhadas com os alunos. No entanto “ler” é uma das principais deficiências do estudante brasileiro, pois não basta identificar as palavras, mas fazê-la ter sentido, compreender, interpretar, relacionar e reter o que for mais relevante. (REGIS, 2009, p.78).

Isso se dá pela própria formação da sociedade brasileira, no seu processo histórico de exclusão de milhares de pessoas da educação básica, onde por muito tempo a educação foi defendida como um privilégio, sendo negada para os mais carentes. Somando-se a isso Peres e Gonçalves (2005) chamam atenção que:

Os discursos sobre leitura, a forma e os modos pelos quais vão sendo construídos histórica e socialmente as oscilações entre o que é dado como valor, as disputas de poder, dentre outros aspectos, potencializa vislumbrar como isso se traduz ou não se traduz em projetos e programas para a leitura, formação de leitores e acesso ao livro (PERES; GONÇALVES 2005, p.06).

Assim, faz-se muito necessário um conjunto de políticas para propor e assegurar que os jovens e adultos continuem lendo e estudando, garantindo assim, através desta atitude a existência de livros em todas as residências do país, dando maior ênfase, as da população mais pobre. Segundo Cristovam Buarque (2006), para elaborar políticas de distribuição do livro e de estímulo à leitura em um país com a dimensão do Brasil é necessário, criatividade e agilidade, para fazer o livro chegar às populações que nunca tiveram acesso a ele.

De ante o exposto é possível perceber que nas atuais políticas públicas de incentivo a leitura destacam-se a necessidade de estimular o estudante brasileiro ao hábito da leitura, fazendo disso uma meta que envolve destinação de verbas de governos municipal, estadual e federal.

Jesus (2007) destaca que:

A implantação de Bibliotecas em comunidades é necessária e urgente, sendo uma das ferramentas fundamentais na batalha para tornar o Brasil uma nação letrada, além de transformar vidas e conquistar resultados surpreendentes. (JESUS, 2007, p. 02).

Nos últimos anos foram desenvolvidas políticas públicas de incentivo à leitura, a fim de, promover mudanças culturais, com o intuito de melhorar o desempenho

dos leitores e a formação de uma sociedade mais crítica, consciente de seus direitos.

As ações de políticas públicas de incentivo a leitura tem como fundamento despertar em todos os envolvidos, a consciência da importância política, social e cultural da leitura, pois é a partir desta prática que constrói-se o conhecimento, sendo que este se dá no sujeito através da significação (apropriação). Para que isto ocorra é importante que a informação esteja vinculada aos contextos e experiências do leitor. Embora este processo seja lento, reflexivo, individual, seus resultados são facilmente visíveis e coletivamente compartilhados.

Nesta perspectiva, a escola surge como estabelecimento socialmente institucionalizado encarregado de possibilitar o acesso à leitura e à escrita aos membros da sociedade, por serem esses, os meios de comunicação e também fonte de construção, disseminação e apreensão do conhecimento. Assim a escola como espaço de aprendizagem e consolidação da leitura coopera para a formação de uma sociedade crítica. Entretanto, o formato de concepção da educação como um privilégio, cerceia a potencialidade da escola para a realização da sua missão social.

A leitura é também condição indispensável para que o Ser humano se relacione. De acordo com essa afirmativa, não ler significa, portanto, ficar fora das condições necessárias para interagir com o mundo e se o indivíduo não interage, ele não incorpora as exigências estabelecidas pela sociedade para agir de forma crítica com o mundo que o cerca. De acordo com McLuhan (1969), a sociedade humana vivenciou três culturas: a oral, a tipográfica e agora a eletrônica, incidindo características próprias a cada sociedade cultural e graças à leitura e a escrita as sociedades tornaram-se independentes de limitações do tempo, do espaço e da memória humana por meio dessa atividade complexa. Desta forma, o processo cognitivo circunscrito em uma interioridade social, a leitura pode ser vista como um processo cultural que, não independente de processos decodificacionais e recodificacionais, não tem existência ou significância sem interpretação e reflexão da manifestação da linguagem.

Nesta perspectiva, Silva; Silva (2006) esclarecem que, na atualidade o debate sobre a leitura no Brasil implica no uso efetivo da leitura, ao afirmarem que:

No que concerne à leitura, a demanda de maior relevância hoje não é o incentivo às práticas que não se efetivam, e sim de atenção ao *como* se lê, haja vista que o Brasil, avaliado por órgãos da UNESCO, além de não passar do nível 1 em letramento em leitura, ainda ocupa uma posição desfavorável no ranking de proficiência. (SILVA; SILVA, 2006, p.10).

Conforme exposto foi possível verificar que a questão da leitura não perpassa por uma questão apenas de vontade, de prazer pelo ato de ler, pois os indicadores de avaliação tanto em nível nacional quanto internacional apontam que o desinteresse do povo brasileiro pela leitura foi um processo construído por um longo período de tempo.

Entretanto, isso não significa que seja um processo irreversível, como aponta a pesquisa realizada pelo Pró-leitura (2007). Conforme este estudo, de cada quatro brasileiros entrevistados três reconhecem a importância da leitura na vida da pessoa. Outro dado importante apontado pelo Instituto Paulo Montenegro² – IPM, (2010) é que o ensino brasileiro está tendo alguns avanços, porém apresenta contradições. Os jovens estão estudando mais, entretanto, tem aumentado o índice de analfabetos funcionais. Por isso, o estudo destaca a necessidade de manter o foco na qualidade do ensino.

A capacidade de ler é indispensável à realização pessoal, sendo que o progresso econômico e social do país depende do acesso que seu povo tem ao conhecimento que é transmitido através da leitura.

Britto destaca que (1999),

[...] a leitura é "um ato de posicionamento político diante do mundo". Desse modo, é importante que o indivíduo tenha consciência sobre o processo de leitura, pois assim poderá se colocar frente às afirmações trazidas no texto, não as tomando como verdades absolutas, mas como produto. Vale lembrar que o não conhecimento do caráter político do ato de ler não extingue esse componente, mas pode levar a uma espécie de mitificação da leitura e dos textos impressos. (BRITTO, 1999, p.84).

² O Instituto Paulo Montenegro é uma organização sem fins lucrativos, vinculada ao IBOPE, que tem por objetivo desenvolver e executar projetos na área de Educação.

Um dos maiores responsáveis pela precariedade da leitura no Brasil é a fragilidade e a desarticulação das ações desenvolvidas, além das descontinuidades e rupturas das gestões administrativas.

Como destaca Copes (2007):

É possível afirmar que a ausência de demandas sociais significativas e de políticas para a área faz com que a tendência seja continuar formulando políticas sem um planejamento para longo prazo, segundo os valores e concepções próprios de cada administração, como políticas de governo e não uma política de Estado. (COPES, 2007, p. 24).

Embora, tenha crescido a quantidade da produção de livros e a fundação de bibliotecas, cada vez mais modernas, isso não tem trazido uma real inclusão cultural e política dos grupos dos menos favorecidos socialmente, conforme destaca Souza (2007) *apud* (SANTORO e CONFUORTO, 2006, p.07): “[...] mais de 70% da população no Brasil não lê jornais nem revistas e o restante, cerca de aproximadamente, 30% varia muito no grau de compreensão de texto, de acordo com notícias na mídia, em geral”.

O que nos leva a afirmar que políticas de distribuição de livros não resolverão a questão do estímulo à leitura da sociedade brasileira. A distribuição de livros é apenas uma das ações de uma política de incentivo à leitura. Neste aspecto, Alves (2004) assevera que:

É importante promover a leitura como compromisso político, visando a formação cidadã de nossos alunos, ou seja, demonstrar, na prática social, a sua competência alfabética, o que, inegavelmente, lhes ampliará as possibilidades de identidade e poder, diante da busca de respostas para resolver as questões que o mundo lhes impõe (ALVES, 2004, p.148).

A falta de foco para as possibilidades de ações de incentivo à leitura trouxe conseqüências no desempenho do brasileiro em testes de habilidades de leitura, conforme ocorrido em 2006, obtendo o Brasil desempenho insatisfatório, apresentando resultado negativo em relação à questão da leitura na avaliação realizada pelo Programa de Avaliação Internacional de Alunos³ – PISA, ao avaliar as habilidades de ler e escrever, interpretar texto, usar a escrita em situações

³ É um estudo internacional que começou no ano de 2000. Seu objetivo é avaliar sistemas de ensino em todo o mundo, testando as habilidades e conhecimentos, de 15 anos de idade.

cotidianas e opinar. Neste exame os estudantes brasileiros tiveram uma média que deixou o Brasil entre os últimos num quadro de 57 países.

Ainda de acordo com os dados Barros e Dias (2009) salientam que:

Pesquisas mostram que a preocupação com o leitor proficiente é que o Brasil se encontra numa situação bastante vexatória, tal fato é comprovado pelo Instituto Paulo Montenegro (2007), órgão não governamental que investiga o índice de analfabetismo funcional dos brasileiros – através do INAF - Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional. Atualmente, 68% das pessoas são analfabetas funcionais, ou seja, têm dificuldade de interpretar textos e não têm muita habilidade na escrita. Há 7% de analfabetos absolutos, 30% estão no nível rudimentar (sabem ler, mas não conseguem entender, não conseguem se expressar), 38% estão no nível básico dois (conseguem ler, entender e se expressar mais do que o nível rudimentar, mas de maneira insuficiente), e 26% estão no nível três, que são aqueles que dominam a leitura e a escrita. (BARROS; DIAS, 2009, p. 03).

De acordo essas informações, percebe-se que transformar o Brasil em um país de leitores não é tarefa fácil, sobretudo no contexto da sociedade da informação, no qual novos suportes informacionais direcionam as políticas não apenas para as práticas leitoras e para a alfabetização cidadã, mas principalmente para o domínio das novas tecnologias, muitas vezes distantes da formação do cidadão leitor e apenas portador de habilidades primárias. Cidadão aqui compreendido de acordo com Boneti (2003), que o define como:

[...] aquele que tem participação na sociedade, participação na produção, o acesso igualitário no atendimento aos serviços sociais básicos... Cidadão é aquele que mesmo diferente do ponto de vista cultural, físico, religioso ou de habilidades profissionais, tem participação na produção e em todos os serviços básicos. (BONETI, 2003, p. 34).

Assim, inferimos que para que exista uma sociedade leitora, ou seja, uma sociedade que tenha a efetiva participação dos cidadãos no processo democrático é preciso unir conforme destaca Freire (2004) “a leitura da palavra à leitura de mundo”, pois, só através desta junção é possível as pessoas refletirem sobre a sua condição enquanto atores sociais e políticos.

Como ratifica Goldin (2006):

La lectura es esencial para alcanzar las competencias mínimas necesarias para vivir en el mundo actual. Es una actividad fundamental en el desarrollo de la imaginación y creatividad humana,

en el aprendizaje y conocimiento del lenguaje, y en el cultivo de la capacidad de expresar ideas y desarrollar un pensamiento crítico. (GOLDIN, 2006, p.5).

Os maiores provedores de políticas públicas de incentivo a leitura no Brasil são, os órgãos federais, a saber, o Ministério da Cultura - MinC e o Ministério de Educação - MEC, essas políticas priorizam a distribuição de livros, em destaque os didáticos. A saber:

O Programa Nacional do Livro no Ensino Médio – PNLEM - implantado em 2004, o qual prevê a distribuição de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o país.

O Plano Nacional de Livro e Leitura – PNLL - é um conjunto de políticas, programas, projetos, ações continuadas e eventos empreendidos pelo Estado e pela Sociedade, para promover o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas no Brasil. Sua finalidade básica é assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional. O PNLL é subordinado a um Conselho Diretivo com membros do MEC e do MinC além da Academia Brasileira de Letras e da Câmara Brasileira do Livro.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência em formato de atendimentos variados, acervos às bibliotecas, alunos e professores das escolas públicas do ensino fundamental. Está ligado institucionalmente a Secretaria de Educação Básica do MEC.

O Programa Fome de Livro é um projeto integrado à política pública de leitura e biblioteca pública que tem como objetivo central assegurar e democratizar o acesso ao livro e à leitura a toda a sociedade, a partir da compreensão do valor da leitura e da escrita como instrumento indispensável para que as pessoas possam desenvolver plenamente suas capacidades humanas, exercer seus direitos, participar efetivamente da sociedade, melhorar seu nível educativo, fortalecer os valores democráticos, criar, conhecer os valores e modos de pensar de outras

pessoas e culturas e ter acesso ao conhecimento e à herança cultural da humanidade mediante a palavra escrita.

O **Programa Nacional do Livro Didático** – PNLD - tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. O PNLD também atende aos alunos que são público-alvo da educação especial. São distribuídas obras didáticas em Braille de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e dicionários.

O **Programa Nacional de Incentivo a Leitura** – PROLER - institucionalizado por meio do Decreto nº 519 de 13 de maio, com o objetivo de formar leitores nos espaços sociais, o qual busca a valorização social da leitura e da escrita através de ações que busquem promover o interesse nacional pela leitura e pela escrita. Vinculado ao Ministério da Cultura através da Fundação Biblioteca Nacional. Presente em todo o país desde 1992.

Neste estudo trataremos apenas do Programa Nacional de Incentivo a Leitura – Proler, que será apresentado a seguir.

*“ou a leitura dá um sentido à vida
ou ela não tem sentido algum.”*

Lajolo

3 PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO A LEITURA – PROLER

A situação da leitura no Brasil estimulou em 1992 a criação do PROLER – Programa Nacional de Incentivo a Leitura. Sua proposta de criação originou-se a partir da pesquisa “por uma política nacional de leitura” com duração de cinco anos (1984-1989). O Proler foi criado na gestão do poeta Affonso Romano Sant’Anna, cujo projeto era desenvolver ações entre leitura, o livro e a biblioteca. Assim o Programa é concebido com o objetivo de formar leitores nos espaços sociais.

Para Copes (2007), o Proler é:

[...] um programa gerado com objetivo de incentivar a criação de novas bibliotecas e o aumento de seus acervos literários. Sua finalidade não é distribuir livros, mas coordenar, disseminar, articular, ouvir as propostas, as ideias para a dinamização de experiências na área da leitura, realizadas nas diversas regiões do país por iniciativas de grupos governamentais e não governamentais. (COPES, 2007, p. 42).

Embora o decreto tenha sido publicado em maio, em janeiro do mesmo ano já tinha sido implantado na região sudoeste da Bahia. O Termo de Compromisso entre a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, a Fundação Biblioteca Nacional e as prefeituras de Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga, Porções, Barra do Choça foi assinado em 10 de janeiro de 1993, na cidade de Vitória da Conquista.

Elizabeth D’ Ângelo Serra (1997), coordenadora do PROLER nacional e da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil - FNLIJ destaca que:

[...] a coordenação do PROLER, respeitando a participação e envolvimento dos setores representados na primeira fase do PROLER, procurou dar continuidade às ações em andamento em torno do objetivo principal que é o de incentivar a leitura entre os cidadãos brasileiros, considerando, principalmente, o aspecto da diversidade e da carência de oportunidades. (PROLER, 1997).

O PROLER reconheceu a importância da leitura para a construção da cidadania, pois formar leitores significa formar cidadãos e conseqüentemente uma sociedade melhor. Como destaca o editorial do Folha do Proler (1999):

[...] ler, ler e ler num chamado uníssono capaz de abrir para nós outros portos, outras paragens, outras passagens, para além do horizonte que querem nos fazer pensar único. Ler com fome de justiça, e tirar suas fendas; ler com fome de saber e afastar de vez o espectro do analfabetismo; ler com fome de cidadania e avançar, não recuar jamais em relação dos direitos conquistados; ler com fome de ética, que por aqui anda escassa e rarefeita; ler com fome de beleza, porque a vida anda cinza e miserável para muitos, desbotada de calor humano, tingida por pinceladas esparsas de um verde – esperança equilibrista – aqui e ali, um dourado sol acolá, um azul te quero sempre vez em quando; ler com fome de democracia porque nos rondam os eternos inconformados com a liberdade e a participação; ler com fome de solidariedade, achincalhada por valores passageiros, reverentes a competição e ao deus mercado, ao se dar bem a qualquer preço; ler como fome de paz para acalmar a cultura da guerra e da truculência e dominação entre os povos; ler para transformar... a si, aos outros, às coisas, o hoje, o agora e o sempre. Ler e ponto... e poder pronunciar, anunciar e escrever com todos um mundo novo, livre, justo e feliz. (FOLHA DO PROLER, 1999, p. 01).

O PROLER está instalado na Casa da Leitura, no Rio de Janeiro, com o objetivo de promover ações de valorização da leitura, envolvendo políticas de difusão de livros e bens de leitura. Assim, o PROLER exige, principalmente, a constituição de uma política destinada à formação de leitores e também de agentes de leitura. Entretanto, para Rodrigues (2008), o PROLER é um programa de políticas públicas relacionadas à leitura e à formação do educador [...] relacionado aos problemas mais da política, e por acreditarmos que, como a cidadania, a leitura é também um tema que deve ser amplamente debatido na sociedade atual.

Assim o Proler procura atender a todos os vícios que a leitura possa vir a se fazer presente, seja por meio de distribuição de livros, no estímulo a leitura através de contação de histórias e formação de agentes de leitura, ampliação de espaços para debater a leitura na sala de aula.

Neste aspecto, o relatório do PROLER de 2010, destaca que:

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), ao longo de dezoito anos, vem envidando esforços para consolidar no país uma política pública de Estado, no sentido de viabilizar a leitura e a escrita como práticas sociais visíveis, necessárias e prazerosas para todos os brasileiros, ou seja, conceber a leitura e a escrita como

atos problematizadores, indutores de uma práxis transformadora, construída pela via da compreensão e da interpretação. (PROLER, 2010, p.03).

Nos primeiros quatro anos, o PROLER delineou-se como experiência executiva de uma política nacional de leitura, criada para responder a uma questão de fundamental importância: a falta de interesse pela leitura por grande parte da sociedade brasileira, um problema estrutural da formação do povo brasileiro e, tendo como consequências o comprometimento das perspectivas de desenvolvimento social, econômico e cultural.

Com uma equipe de servidores da Fundação Biblioteca Nacional como também de especialistas da área acadêmica e cultural, o PROLER promoveu um trabalho inicial de consolidação de ideias e parcerias em torno de projetos de leitura. Como alicerces das suas ações, foram estabelecidos convênios com instituições privadas e públicas, dentre elas, secretarias estaduais e municipais, prefeituras, universidades, fundações culturais, estabelecendo assim uma rede de responsabilidades compartilhadas que abrangeram instâncias políticas, materiais e técnico-teóricas.

Essa proposta de cooperação descentralizava a gerência dos projetos de leitura com sua consequente inter-relação, tendo por objetivo sistematizar atividades regulares e assegurar recursos que fortalecessem a sua continuidade. Este trabalho de mobilização em torno da leitura estendeu as iniciativas do Programa para aproximadamente 200 municípios nas quatro regiões brasileiras e, depois foi impulsionar os diálogos preliminares do PROLER com o Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe (CERLALC) e outras instituições de países vizinhos voltadas a objetivos similares.

As linhas de ação que foram adotadas pelo Programa definiram três prioridades:

a) formação de promotores de leitura trabalhando não apenas com mediadores tradicionais - professores e bibliotecários - mas também com outros profissionais tais como agentes comunitários, servidores das áreas de saúde e cultura – pessoas que tivessem acesso a outras pessoas, para assim poder levar a leitura em todos os variados ambientes;

b) ampliação e dinamização dos acervos das bibliotecas e salas de leitura de todo o país – com a intenção de transformar os ambientes de leitura em locais agradáveis que pudessem vir a contribuir para despertar nas pessoas o prazer pela leitura.

c) disseminação da leitura como valor social, como recurso para circulação da informação, produção do conhecimento e construção da cidadania.

Desescolarizar a leitura foi uma meta para levá-la aos espaços sociais do cotidiano dos cidadãos e ao mesmo tempo preservar a primazia da leitura na escola, reformular as relações da escola com a leitura para retirá-la do seu confinamento disciplinar e apresentá-la como elemento comum a todas as formas de conhecimento.

Essa estratégia segue o conceito de Foucambert (1994) “leiturização da sociedade”. Ou seja, a formação de leitores deve ser permanente não apenas dentro da escola, nem apenas durante a formação escolar:

Se a alfabetização era, por bons motivos, um aprendizado escolar, a leitura é um aprendizado social, da mesma natureza que o aprendizado da comunicação oral. Com a leitura será como se fala; se o aprendizado se realizar através das práticas familiares e sociais, então e somente então, a escola poderá cumprir um papel fundamental de ajuda e de redução das desigualdades. (FOUCAMBERT, 1994, p. 116).

Em 1996, o PROLER adota a abordagem de constituição de uma comissão organizadora com o intuito de obter várias concepções de leitura, através de profissionais e de instituições com experiência na área de leitura tanto de base acadêmico-universitária como também de organizações não governamentais.

Desta forma, o PROLER passou a ser um Programa que contemplou a variedade e a diversidade das práticas de promoção da leitura em todo o território nacional. Para Vieira (2011) “o importante do PROLER é que ele trabalha experiências de leitura, em qualquer lugar, qualquer canto, independente da escolaridade da pessoa, se ela for uma leitora, ela pode cativar outros para a leitura”. Assim, o PROLER considerou o tipo de escola básica que a sociedade brasileira possuía, com uma frágil intervenção pedagógica e também com a precariedade de serviços bibliotecários, a leitura como conseqüências dos

processos de escolarização que não incluíam o sujeito no mundo da informação para o efetivo exercício da cidadania.

Em 2003, por conta de mudança de governo e, claro, de orientação política, o Programa sofre uma ruptura, ocasionando a escassez de meios materiais e também de financiamento, o que chegou a comprometer a continuidade das suas atividades além de afetar a manutenção da infraestrutura e dos equipamentos da própria sede.

Em 2006, o cenário muda com uma nova coordenação acompanhada por um conselho consultivo diretamente ligado à presidência da Fundação Biblioteca Nacional – FBN. Este conselho reuniu especialistas em leitura tendo como responsabilidade formular, sugerir metas e indicadores culturais de ação anual do PROLER, e de também reunir esforços, buscar recursos a fim de dar agilidade às políticas públicas para a leitura e o livro.

Com base na 'linha do tempo' do PROLER, verifica-se a instabilidade do Programa em sua capacidade de mobilizar apoio externo, conforme relato de Dagnino (2002):

Nunca é estável. Ela depende de habilidades transitórias de indivíduos ou unidades para mobilizar recursos para manejar os procedimentos dos outros. A posição formal na hierarquia é apenas um dos fatores que determinam a distribuição do poder. Outros fatores são conhecimento, controle de recursos materiais e capacidade de mobilizar apoio externo. O exercício do poder nas organizações é fragilmente relacionado a sua estrutura formal. (DAGNINO, 2002, p.23).

Com este propósito o programa buscou se aproximar de outros programas e de instituições formando novas relações de parcerias a fim de ampliar sua representação em municípios e comunidades em todo o Brasil.

Como afirmado anteriormente, o PROLER, adotou uma estrutura aberta a novos projetos de leitura com as ações sempre voltadas para estimular iniciativas autônomas em favor da leitura em todo o país. E foi esta condição que assegurou que os projetos de formação de leitores conveniados aos Programas instituídos através dos comitês trabalhassem de acordo com suas respectivas realidades locais a fim de atender suas próprias demandas.

Os comitês são vinculados formalmente ao PROLER, através de um termo de parceria que estabelece os compromissos em comum com o estatuto oficial integrando-se a um sistema que favorece o intercâmbio e a difusão de experiências. Esses comitês instituem-se por adesão e são constituídos em geral, por parceiros que já desenvolvem trabalhos de promoção da leitura e se organizam para somar esforços em torno de objetivos comuns.

Os comitês são grupos de pessoas que tomam parte em ações locais de incentivo à leitura, integradas ao projeto nacional do PROLER. Um dos membros do comitê é indicado pelos seus pares como coordenador dessas ações, e as condições de realização destas – espaço físico, pessoal ou recursos – são fornecidas por uma instituição designada pelo comitê para firmar o termo de parceria com a Fundação Biblioteca Nacional - FBN.

E é justamente esta regra que assegura a continuidade das ações locais. Portanto, os comitês são como colunas de sustentação do PROLER, ao longo da sua trajetória, atuando como articuladores sociais de políticas mais amplas em prol da leitura.

Para Câmara (2007):

Fazer parte de um Programa como o PROLER é nutrir a esperança por novos rumos sociais, decorrentes de uma leitura de si que se desenvolve em direção a uma mais clara leitura do outro. Encontros, descobertas, reconhecimentos, escolhas e o esforço de todos nós pelo incentivo à leitura e a escrita no país. (CÂMARA, 2007, p. 03).

O PROLER se constitui numa rede de cooperação, competindo ao conselho consultivo e a coordenação nacional ligar os nós que fazem parte da rede, entrelaçando os fios, promovendo o diálogo entre as diferentes concepções de incentivo a leitura.

Assim, o Programa tem como princípios, respeitar a diversidade de concepções e práticas relacionadas à leitura e à escrita; reconhecer as iniciativas autônomas da sociedade em favor da leitura e finalmente conciliar os aspectos culturais e educacionais ligados à leitura e escrita. Por outro lado tudo fica relegado aos comitês, seja os recursos, os planejamentos e as execuções das atividades.

Com base nesses princípios, o PROLER privilegiou a comunidade escolar, haja vista as instituições públicas de ensino reunirem o maior quantitativo de

crianças e jovens em processo de aprendizagem e a maioria dos profissionais de educação que têm carência de subsídios pedagógicos para atuar como promotores de prática de leitura e escrita. Nesta perspectiva, Câmara (2011) destaca que “é preciso disponibilizar material de leitura sem censura, sem restrições, nem exigência de bom comportamento”.

As diretrizes desenvolvidas pelo Programa para atender as suas concepções e objetivos que orientam as ações de formação de leitores são:

- Diversidades de ações e de modos de leitura - decorrência da própria variedade dos materiais escritos e dos gêneros textuais;
- Especificidade do ato de ler - que exige modos próprios de abordagens e competências específicas;
- Articulação da leitura e da escrita com a cultura, as quais devem inserir-se nos contextos sociais para a construção de uma cultura alicerçada no humanismo e no respeito à diversidade das tradições e dos costumes;
- Prioridade do público - desenvolvimento em instituições públicas e em parcerias com órgãos públicos. Os projetos de incentivo à leitura devem beneficiar a maioria da população leitora e não-leitora.
- Fortalecimento da leitura no imaginário social – promover a valorização social da leitura para que ela seja reconhecida como elemento central na cena político-educacional.
- Democratização do acesso à leitura – ampliar o acervo de bibliotecas escolares, públicas e comunitárias, tornando os livros disponíveis em sala de aula ao alcance de alunos, e em salas de leitura instaladas em espaços públicos para a livre visitaçãõ.

Concebidas conforme essas diretrizes, o PROLER desenvolve suas ações por meio de quatro vertentes:

Na primeira, tem-se a preocupação na formação continuada dos profissionais como promotores de leitura e escrita (professores, bibliotecários), tendo em vista a

reflexão crítica e sua permanente recriação a partir de produções já desenvolvidas sobre o que é ser profissional-leitor e promotor de leitura.

Na segunda vertente o foco está na promoção de ações estratégicas de articulação política e institucional, que envolvem diferentes atores sociais capazes de trabalhar pela valorização da leitura e da escrita e também pela consolidação de seu estatuto de prioridade nas políticas públicas de cultura e educação.

Em seguida aparece o estímulo à criação de bibliotecas públicas, escolares e comunitárias, considerando-as como núcleos difusores de ideias e conhecimentos e também como centros de formação de leitores é a terceira vertente.

Em seu depoimento, quando coordenadora do Proler Psczol (2009) lembra que:

Em nossas bibliotecas demonstrativas, aplicamos o primeiro mandamento para o incentivo à leitura: criamos um ambiente leitor. Quando o objetivo a ser atingido é o sucesso nas atividades de leitura, nada mais acertado do que organizar um espaço onde a visualização dos livros seja fácil, o acesso livre e o ambiente estimulante. De que adianta um recinto bonito, limpo, em ordem e agradável se os livros, jornais e revistas estão escondidos, guardados, invisíveis? Um ambiente leitor tem que estimular os olhos, aguçar a vontade e a curiosidade, mexer com o desejo do usuário. Essas coisas tornam-se possíveis quando a vista do leitor alcança, espalhados em todos os cantos e sempre expostos ao olhar, livros, revistas, recortes de artigos, textos informativos, murais com informações e outros materiais de leitura. (PSZCZOL, 2009, p. 03).

E a quarta e última vertente é a produção de publicações impressas e gravações em meio digital como material de apoio ao trabalho pedagógico de profissionais de leitura e escrita, e divulgação, em rede eletrônica, de reflexões, estudos e pesquisas desenvolvidas em torno de questões ligadas à leitura e à escrita, com o registro de informações e dados de projetos nessa área.

Para cumprir essas vertentes o PROLER estabeleceu sete ações estratégicas, a saber:

1. Formação de uma rede nacional de encontros de incentivo à leitura e à escrita;
2. Promoção de cursos de formação continuada de profissionais que realizam práticas de leitura e de escrita;

3. Assessoria para a implementação de projetos de leitura;
4. Implementação de uma política de incentivo à leitura na Casa da Leitura;
5. Consolidação do Centro de Referência e Documentação em Leitura - CRDL;
6. Consolidação das Bibliotecas Demonstrativas na Casa da Leitura;
7. Consolidação de um sistema de acompanhamento e avaliação.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que o PROLER tem formalmente como compromisso a democratização do acesso da maioria da população, leitora e não-leitora, à rede de informações que sustenta as sociedades contemporâneas, contribuindo para a redução dos mecanismos de exclusão que afastam as pessoas da sua condição de cidadãos.

Como destaca Berenblum (2006):

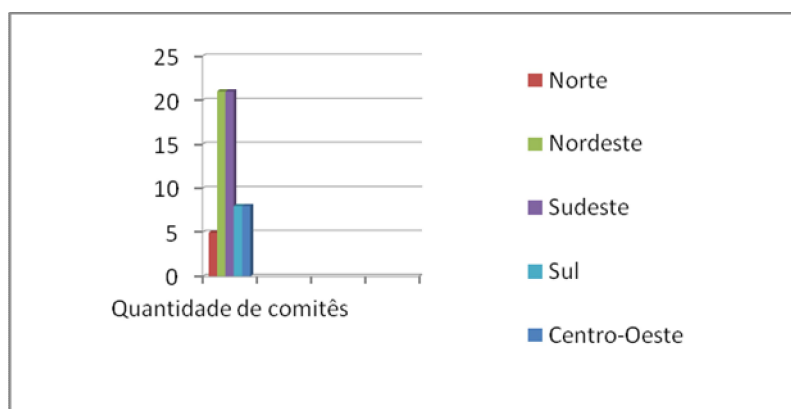
A leitura como prática sociocultural, deve estar inserida em um conjunto de ações sociais e culturais e não exclusivamente escolarizadas, entendida como prática restrita ao ambiente escolar. Portanto, pensar políticas de leitura extrapola o âmbito da escola - como *locus* e como função -, mas sem dúvida não pode prescindir dela, inclusive por ser a instituição pública das mais democratizadas - pela qual quase todos recentemente conseguem chegar e passar - ainda que, em muitos casos, descontinuamente e sem sucesso. (BERENBLUM, 2006, p.23).

Os comitês atuam como braços executores de uma política de leitura de abrangência nacional além de atuarem como centros locais de reflexão sobre leitura e desenvolvimento de estratégias de incentivo social aos atos de ler e escrever. Levando em conta a dimensão dessa tarefa, o PROLER procura ampliar sua rede de colaboração para além dos comitês e multiplicar suas parcerias juntamente com os Ministérios de Cultura e da Educação, secretárias estaduais e municipais de educação e cultura, Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, universidades e outras entidades.

Essas parcerias têm cooperado com as ações do PROLER oferecendo estruturas, recursos e instalações, apoio aos cursos de formação e aperfeiçoamento que o Programa tem procurado desenvolver, minimizando as responsabilidades do Proler Nacional e maximizando as dos comitês espalhados em todo o território nacional.

Atualmente o Programa Nacional de Incentivo à Leitura vem sendo desenvolvido no país em parceria com os governos estaduais e municipais, perfazendo um total de sessenta e três⁴ (63) comitês, constituindo em uma rede nacional voltada para a minimização do déficit de leitura no Brasil. Distribuídos por regiões temos: na Região Norte cinco (05) comitês, a Região Nordeste e a Região sudeste apresentam cada uma vinte e um (21) comitês, e tanto a Região Centro-oeste quanto a Região Sul possui oito (08) comitês cada. Conforme apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 1; Distribuição dos comitês no Brasil



Fonte: site do Proler

Só a título de ilustração para um melhor delineamento do tema em questão, citemos a região nordeste, em especial, o estado da Bahia, o qual possui quatrocentos e dezessete (417) municípios e conta com apenas oito (8) comitês do PROLER, “o que equivale a aproximadamente 2% dos municípios baianos serem contemplados por esta política pública de incentivo a leitura” (FERNANDES; SANTANA, 2011, p. 05). Ou seja, a implantação de comitês do PROLER para estimular a prática leitora em todo o território nacional ainda se apresenta de forma bastante acanhada, especialmente se pensarmos em termos de universalização do acesso à leitura, ou seja, a quantidade de comitês é muito pequena para a demanda existente no Brasil.

⁴ Informação disponível no site da Fundação Biblioteca Nacional: <http://www.bn.br/proler/comitesproler.htm>. Acesso em 24 de novembro de 2012.

Em virtude disso, várias críticas são feitas ao PROLER, como destacam Pellegrini; Yunes (2010):

Entre as críticas feitas ao PROLER há os que defendem que sua política é apenas paliativo que mascara a realidade da leitura no Brasil, por que não considera a participação popular na estruturação do programa – somente na execução. Outros consideram que as parcerias e convênios feitos com estados ou municípios se apresentam verticalmente, sem negociar as demandas regionais, impondo estratégias políticas e concepções defendidas pelo programa, determinando o que deve ser realizado e de que forma. (PELLEGRINI; YUNES 2010, p. 197).

Embora possamos reconhecer que a leitura para o PROLER é compreendida como mecanismo para possibilitar mais participação, e que constitui-se numa necessidade fundamental para o desenvolvimento não apenas socioeconômico e cultural, mas, principalmente como instrumento que possibilita dignidade à pessoa humana, percebe-se que o discurso distancia-se visivelmente da prática. No meu ponto de vista, basta comparar o tempo de existência deste programa com os indicadores de analfabetismo e o comportamento do leitor no Brasil, para comparar a sua pouca eficácia.

Corroborando com esta assertiva, Falcão, Oliveira e Moreira (2009) destacam que:

Políticas de incentivo à leitura, instituídas, seja pelo Governo Federal, Estados ou Municípios, são estratégias importantes de serem mapeadas, mas não suficientes para se dar conta dos usos que delas são feitos, pois, na relação entre as estratégias materializadas nessas políticas e os usos escolares que delas são feitos há uma complexa relação, uma vez que essas estratégias podem ganhar vida própria e usos distintos. Nesse sentido, é impossível determinar os usos escolares apenas dos usos visados ou prescritos nas estratégias que os produziram. (FALCÃO; OLIVEIRA e MOREIRA, 2009 p. 12).

Acredito que só através de um esforço mais amplo, possamos em longo prazo obter resultados desses esforços, seja através de um melhor desempenho nas avaliações de leitura ou através do próprio comportamento do leitor brasileiro. Mas uma coisa deve ser bastante enfatizada, a implementação e avaliação dos programas de incentivo a leitura devem ser observadas com bastante atenção, pois a questão não é apenas mapear e sim avaliar os resultados até aqui obtidos. Segundo Cintra (2008) para que as políticas de leitura atinjam seus objetivos elas

devem estar associadas a outras políticas públicas mais amplas e de transformação social, pois não basta apropriar-se de um discurso em nome da democracia sem se criar e garantir as condições mínimas para a aquisição e prática da leitura.

A exclusão social implica na ausência do acesso de várias políticas públicas tais como: renda, educação, saúde, segurança. Um programa sozinho não é capaz de ter impacto nas outras interfaces sociais. Neste aspecto Pszczol (2009) acrescenta que:

O Brasil é pobre e violento porque os caminhos desastrosos de nossa história produziram uma sociedade em que somente 25% dos brasileiros entendem o que leem. Construimos um país sem livros, sem acesso democrático ao sonho, ao conhecimento e à esperança. A falta de acesso aos livros e a insuficiente difusão de práticas de leitura são não apenas sintomas da exclusão social que atinge três quartos de nossa população, mas também fatores que agravam os efeitos desse processo. Só que em pleno século XXI, não podemos nos restringir apenas à leitura de livros. Escolas e bibliotecas devem reivindicar a estruturação de espaços para a leitura das novas linguagens surgidas a partir da revolução tecnológica. Hoje é necessário que as pessoas sejam capazes de compreender e utilizar as múltiplas linguagens constituídas no livro, na música, no teatro, no cinema, na internet, na televisão. (PSZCZOL, 2009, p.03).

Criar condições para que as camadas desprivilegiadas, desfavorecidas e marginalizadas da sociedade tenham acesso à leitura, através das políticas públicas de incentivo a leitura, “forma mais democrática ao acesso aos bens culturalmente produzidos pela humanidade, assim, contribuiria para o aumento do capital social⁵ desses sujeitos” (FERREIRA; NUNES, 2011, p.20).

De acordo o exposto, podemos considerar a complexidade da implantação de políticas públicas de incentivo a leitura, tendo em destaque o PROLER. Em termos

⁵ Empregaremos neste texto, o conceito de Capital social, definido por Bourdieu (2007):

(...) conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidos pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (...) (BOURDIEU, 2007, p.55).

Na medida em que exista ausência ou diminuição do volume de capital social, criam-se as condições necessárias para a criação e a proliferação da violência simbólica, “ela se dissemina pela ação das forças sociais e pela estrutura das normas internas do campo do mundo social em que os indivíduos se inserem (...)” (FERREIRA; NUNES, 2011, p.22).

de concepção esse programa é bastante amplo, cujos objetivos são de grande alcance. Entretanto, quando na sua implementação fica visível seus entraves. Em nível de Programa Nacional ele tem enormes fragilidades, que vão desde as alternâncias de poder até em cumprimento das suas metas, estratégias, diretrizes e concepções, pois fica a cargo dos comitês tecerem a rede que envolve sua execução, principalmente no que se referem a recursos humanos, financeiros, estruturais e parcerias.

O PROLER é um Programa de abrangência nacional, que sobrevive a longos períodos históricos. Contudo, o maior problema desse Programa é seu baixo alcance, cuja abrangência é muito restrita para as necessidades do país. Além disso, os comitês são relegados muitas responsabilidades nem sempre possíveis de serem solucionados em nível local. Por conta disso esse Programa tem tido pouco impacto na redução do nosso analfabetismo.

3.1 O PROLER NAS UNIVERIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DA BAHIA

O estado da Bahia conta com quatro Instituições estaduais públicas de ensino superior, a UESC, a UNEB, UESB e UEFS, sendo que a última não possui o comitê do PROLER. Assim podemos afirmar que 75% das Universidades estaduais da Bahia abrigam um comitê do PROLER.

3.2 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB

A UESB foi criada em 1965 como a Faculdade de Sociologia Política de Vitória da Conquista, com dois anos de funcionamento é extinta, no período conturbado da história política brasileira. Em 1987 a Uesb teve autorização para funcionamento em sistema *multicampia* distribuídos nas cidades de Vitória da Conquista, de Jequié e de Itapetinga.

Através dos campi de Jequié, Itapetinga e V. da Conquista, a UESB presta assessorias aos municípios do seu entorno, por meio dos Núcleos Coordenadores desenvolvendo um trabalho de extensão universitária.

3.2.1 UESB - Campus de Vitória da Conquista

Vitória da Conquista é reconhecida hoje como um polo de educação no Estado. Inaugurada em 1965, funcionou mais ou menos dois anos, sendo extinta no período em que era presidente da República o General Humberto de Alencar Castelo Branco.

Dois anos depois, em 1967, com a política de interiorização do Ensino Superior, foram criadas as Faculdades de Formação de Professores de Vitória da Conquista e Jequié, que só começaram a funcionar em 1969, impulsionadas pelo Plano Integral de Educação do Estado. Em Conquista, somente no ano de 1971 é que foram surgir os cursos pedagógicos de Letras, Estudos Sociais e Ciências. A

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia só se tornou realidade 20 anos depois, em 29 de maio de 1980. O *campus* de Conquista fica situado cinco quilômetros do centro da cidade, no final da Nova Avenida Olívia Flores.

Atualmente o campus de Vitória da Conquista é o que oferece o maior número de cursos da região, perfazendo um total de vinte e quatro (24) cursos, o que o consolida como referência em educação superior no Sudoeste da Bahia. Em seguida aparece o campus de Jequié, que oferece doze (12) cursos e por fim, oferecendo seis (6) cursos o campus de Itapetinga.

O PROLER/UESB: campus de Vitória da Conquista é o comitê pioneiro no Brasil, do Programa Nacional de Incentivo à Leitura da Fundação Biblioteca Nacional. Em 10 de janeiro de 1992, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista foi assinado o termo de compromisso que estabeleceu a parceria entre a Fundação Biblioteca Nacional com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e as prefeituras municipais de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, Brumado, Poções, Anagé e Barra do Choça.

O PROLER/UESB articula iniciativas de promoção de leitura, especialmente voltadas à formação crítica do educador-leitor, para viabilizar o acesso à educação de qualidade e aos bens imateriais nos processos de democratização cultural. Anualmente é realizado o Encontro de Leitura do PROLER/UESB como atividade de extensão, onde são realizadas palestras, mesas redondas, encontros com escritores, comunicações, exposições, painéis, oficinas, apresentações artístico-culturais, lançamento de livros e também exibição de filmes. Esse encontro tem como objetivo colaborar com as propostas pedagógicas das Secretarias de Educação, e as parcerias estabelecidas.

O PROLER/UESB Campus de Vitória da Conquista está constituído por grupos de trabalho: **Comitê PROLER/UESB** - coordena o desenvolvimento de ações de leitura junto à rede pública de educação, e à comunidade; **Núcleo PROLER/Mongoio** - promove atividades de leitura junto a comunidade escolar, valorizando a Literatura Regional e o **Núcleo Letras de Vida: escritas de si**⁶ - é um

⁶ Aqui abro um parêntese, para registrar que no dia que estive no Proler de Vitória da Conquista para a realização desta pesquisa, na hora em que estava saindo, chegou uma senhora, de prenome Doralice, a qual

programa de estímulo à leitura e à escrita produzidas por autores iniciantes, autodidatas.

Chamo a atenção também para a ação deste comitê, o **PROLER/Carcerário** que tem como meta divulgar as produções escritas por autores populares, destinada a pessoas que não puderam estudar, por diversas razões estão em situação de aprisionamento.

Em nível de estrutura o comitê está instalado no Centro de Cultura Camilo de Jesus Lima, num espaço de acesso externo ao centro. Neste espaço há a sala de Leitura, inaugurada com o nome de Íris Silveira, sendo um espaço alternativo de leitura e também de convivência social, onde são realizadas atividades de **Alfabetização Digital**. Essa ação visa oferecer oportunidades a pessoas que não tem acesso a computador, mas que desejam e precisam adquirir conhecimentos na área de informática.

Esta atividade proporciona interação entre usuário, literatura e computador. O usuário interage com computador e a literatura de forma instigante, pois estimula a leitura e gera comentários sobre os poemas digitados, o que propicia a socialização das produções dos participantes. Ainda neste espaço existe o **Escritório Virtual**, como o nome já anuncia, oferece serviços de escritório, com arquivo para documentos de escritores do programa Letras de Vida. Na sala Iris Silveira encontra-se um acervo bibliográfico contendo livros de literatura infanto-juvenil, livros de autores regionais, livro de arte e educação, periódicos, romances populares, obras gerais, Mini biblioteca da Embrapa.

Essas obras são provenientes de doações. Neste espaço também há a disponibilização de empréstimos dessas obras. Há também neste mesmo espaço o Museu Literário Amélia B. de Sousa. Trata-se de uma amostra da leitura na região,

buscava informações para publicar um livro. Ela disse morar no acampamento do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, e estava escrevendo o livro há sete anos. A professora Heleusa, esclareceu que o autor leva o caderno e lá ele é fotocopiado. O original fica com o autor, só após a obra ser publicada é que os originais são entregues ao PROLER e o autor fica com alguns livros. Chamou muito a minha atenção na fala de D. Doralice, quando esta chama atenção que “é tudo muito simples” se referindo à questão da escrita, da ortografia... quando a professora Heleusa responde que o que eles buscam é o conteúdo, a história é o que o autor tem a socializar.

composta de fragmentos de bibliotecas particulares. Preservam-se ainda textos originais manuscritos, datilografados de autores prisioneiros, autodidatas, trabalhadores rurais e de serviços informais.

Os **Encontros de leitura** são atividades de extensão, iniciadas desde 1992, as quais são realizadas anualmente, que tem como proposta a troca de experiência de leitura entre especialistas e participantes através de palestras, exposições, painéis, oficinas, apresentações culturais, além de lançamento de livros e exibição de filmes.

Outro projeto que esse PROLER possui é o **Histórias da Escola**, que traz o cotidiano da escola realizado por diretores, secretários, coordenadores, serventes, vigilantes, merendeiras, professores, alunos, pais, amigos e também pela representação política do município no sistema escolar. O registro das atividades dilui excessos de exaltação e demonstra valores de pequenos atos. Falar sobre os trabalhos recentes implica incorporar as trajetórias percorridas ao longo do tempo.

Dar ênfase as tradições, costumes e modos de vida urbana e rural da região, através de imagens fotográficas, as quais são organizadas em slides e são apresentadas nos lugares registrados faz parte do programa **Nossa Terra tem belezas, vale à pena conferir.**

Esse comitê é todo projetado para o estímulo da leitura acreditando no seu papel social e dos formatos que ela se apresenta, proporcionando assim a leitura de mundo, começando pela organização física do espaço, onde na fachada existem painéis de pessoas simples como o vendedor de balas. Na parte interna temos uma sala arejada com portas e janelas de vidro e móveis coloridos, mais um recurso para o convite à leitura prazerosa. Todas as atividades são registradas, tanto da equipe, como das pessoas que vão lá para realizar as atividades oferecidas pelo comitê ou por outro motivo, nem que seja por simples curiosidade. A impressão que tive, foi que a coordenação do comitê procura deixar bem claro que o acesso à leitura é um direito de todos.

3.2.2 UESB - Campus de Jequié

Embora faça parte política e administrativamente do Sudoeste baiano, geograficamente a cidade de Jequié está situada no Sudeste da Bahia, com seu clima quente e seco e com chuvas poucas e irregulares. O município é chamado de “Cidade Sol” (RIOS, 2011, p. 09)

Após, ficar um tempo inativo, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), comitê Uesb/Jequié, reinicia suas atividades em 2010. Devido ao afastamento da coordenadora, que foi convidada a ocupar um cargo de confiança no município.

O comitê do PROLER da Uesb está localizado no próprio campus, no pavilhão de aulas, sendo instalado num gabinete, onde funciona como um escritório. Esse é o local onde se realizam o planejamento das ações e as reuniões com os membros do comitê, as quais ocorrem todas as quartas feiras no final da tarde. As atividades com o público são realizadas em outro espaço, em especial são realizadas nas praças e nas escolas parceiras tanto as públicas estaduais como as municipais. Uma das atividades que vem sendo desenvolvida junto às escolas é o **Ninho Poético**, que pode ser ilustrado abaixo de acordo a fotografia:

Fotografia – 1: Crianças em atividade do Comitê



Fonte: Comitê do Proler de Jequié

Trata-se de mais uma ação deste comitê que busca incentivar a leitura e a produção da poesia nas escolas públicas da cidade.

A Oficina de Contação de História desenvolve atividades de práticas leitoras, além de promover a capacitação de estudantes e da comunidade externa para atuarem como mediadores na formação leitora da cidade. O comitê também privilegia atividades nas comunidades rurais.

Uma das ações deste comitê é o **Programa Viagem Literária** – a Poesia e as Histórias que cantam e encantam estão no ar nas ondas das rádios, é transmitida pela rádio 105 FM, todas as terças e quintas às treze e dezoito horas.

Embora, o local fosse pequeno, foi possível identificar que era nele que partiam todas as decisões, planejamento das atividades e o arquivo dos materiais utilizados nas ações, tais como os ninhos, os kits literários, cartazes. Isso não diminuía nem atrapalhava em nada a gestão, salvo engano, apenas na realização de alguma reunião com os interessados.

3.2.3 UESB - Campus de Itapetinga

O comitê do PROLER de Itapetinga está localizado na UESB, onde funciona a administração da universidade. Possui duas salas contínuas, sendo que numa funciona a administração do comitê e na outra uma sala de leitura infantil, a qual tem atividades de incentivo a leitura todas as sextas-feiras.

A equipe é composta de três pessoas, a coordenadora, uma secretária e uma estagiária do curso de Pedagogia. Há também os voluntários, contadores de histórias e amigos do PROLER que sempre que tem alguma atividade estão dispostos a participarem. Como atividades constantes têm-se a oficina de leitura todas as sextas feiras para o público infantil.

Outro evento bastante comum entre os comitês são os encontros de leitura, em Itapetinga, sendo que acontecerá o XVII Encontro de Leitura do PROLER que contará com a presença de educadores, estudantes, escritores e agentes de leitura. A realização deste evento é por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Proex) e da Fundação Biblioteca Nacional.

Neste Encontro serão oferecidas oficinas que tratam de temas diversificados, como canções de leitura, contação de histórias, construção da linguagem reflexiva da literatura, histórias de vida e cidadania, literatura de cordel, libras e cuidado do corpo e da mente a partir dos 60 anos. Todas as atividades objetivam a formação de leitor-cidadão de várias formas. Este comitê tem uma estrutura que permite tanto a sua administração no planejamento e elaboração das atividades, como na execução das oficinas de leitura com as crianças realizadas todas as sextas-feiras. Importante destacar que uma atividade não sacrifica as outras, sendo possível até que elas ocorram no mesmo tempo.

3.3 UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CRUZ – UESC

Através do convênio firmado entre a Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC e a Casa da Leitura, sede do Programa Nacional em 1996 é que o PROLER da UESC na região é criado. Hoje tem como principal objetivo buscar parceiros e formar mediadores de leitura. O comitê conta com uma equipe de seis pessoas, a saber, as professoras Glória de Fátima Lima dos Santos (coordenadora) e Tiane Cléa Santos Oliveira ambas do Departamento de Letras da UESC, com duas bibliotecárias Regina Figueroa (Biblioteca Municipal de Ilhéus) e Suely Santana (Biblioteca da UESC); com dois membros pertencentes de fundação, Mara Rute Lima (Fundação Cultural de Itabuna) e Keyla Silva Rabelo (Fundação Bandeirantes).

O PROLER da UESC tem como Vertentes a formação de mediadores de leitura e articulação de práticas leitoras que chamem a atenção da importância de ler nos cidadãos; a criação e valorização de bibliotecas públicas; a promoção de ações estratégicas de articulação e valorização do lugar político da leitura; e por fim a divulgação de informações sobre a leitura em Rede de Informações e Comunicações.

Para a Universidade Estadual de Santa Cruz a leitura é também um patrimônio cultural, que deve ser assegurado a todos. Assim em 1996 a UESC assinou o convenio junto a Fundação Biblioteca Nacional. A partir de então variadas

foram às atuações em benefício do estímulo à leitura realizadas por este comitê. A fase inicial do Comitê PROLER/UESC foi marcada pela promoção de encontros e cursos para a sensibilização e formação de novos leitores. Surge o Projeto Biblioteca Viva, que traz o resgate de textos orais através da contação de histórias em creches e escolas.

Num segundo momento, o Projeto Biblioteca Viva, atendeu escolas de vários municípios da região sul baiana, mediante a promoção de cursos pontuais de contação de histórias. Neste projeto é utilizado um micro-ônibus que além de levar livros também serve de cenários para os contadores de histórias que procuram resgatar o caráter artístico das histórias retiradas do livro e da tradição oral, sendo também possível ouvir e registrar as histórias contadas ao público.

De acordo o PROLER/UESC (2012):

Quando a contação de histórias acontece em escolas, os professores e as professoras são “convidados” a participar de um encontro de orientação sobre o trabalho com a Literatura Infantil na escola, para que haja uma continuidade no trabalho de acesso ao prazer de ler, através da contação de histórias em suas salas de aula. Em algumas ocasiões, os “viajantes” terão a oportunidade de conhecer e conversar com alguns autores e receber livros autografados (PROLER,/UESC, 2012).

Para poder receber a ação deste Projeto é necessário fazer um agendamento através de solicitação escrita em formulário próprio e encaminhado ao PROLER.

O projeto “**Ler faz bem à saúde**” visa à promoção das práticas leitoras entre pacientes hospitalares de Ilhéus e Itabuna. Seu objetivo é fomentar eventos de práticas leitoras que possam despertar o prazer pela leitura através da interação com o texto. Com isso busca-se o bem-estar físico e emocional dos pacientes através de encontros com outros mundos e vivências existentes nas palavras de um bom livro.

Os efeitos positivos que a leitura proporciona ao processo de recuperação da saúde dos pacientes, despertando-lhes esperança, desabrochando risos, tocando-lhes o intelecto, a emoção e ativando seu cérebro, são significativos e incontestáveis na promoção do bem-estar emocional e físico, além de ampliar seu universo cultural. (PROLER/UESC, 2012).

O Projeto **A Leitura vai à Praça** objetiva a criação de um espaço sociocultural para a formação de leitores, bem como a viabilização de experiências leitoras significativas, como forma de incentivo às práticas leitoras. Busca ainda a ampliação de oportunidades de encontro com as várias vozes e referências através da leitura.

Trata-se, portanto de uma ação que busca a inserção dos sujeitos em experiências e práticas leitoras, com o objetivo de desenvolver a cultura letrada e também de ampliar as condições sociais de exercício da cidadania. Este Projeto procura popularizar o ato de ler, tornar comum a relação com o livro e com os autores locais.

Há uma carência nos municípios de Ilhéus e Itabuna de ações mais efetivas e contínuas de incentivo à leitura. Este projeto procura atender esta demanda por ser uma ação afirmativa à frente desta procura, tendo estabelecido parcerias com secretarias de educação e cultura e demais entidades.

A ONG Movimento Bandeirantes efetivou sua participação e novos parceiros estão sendo buscados para garantir a permanência do projeto nas praças. São objetivos do projeto: Promover um espaço sociocultural para formação de leitores, viabilizar experiências leitoras significativas, como forma de incentivo às práticas leitoras autônomas, ampliar as oportunidades de encontro com as múltiplas vozes e referências através da leitura, inculir uma cultura de letramento literário, abrindo um espaço de trocas de experiências leitoras e de atos de leitura e oportunizar o contato com os escritores regionais como forma de aproximação e dessacralização do livro (PROLER, 2012).

Os Projetos **Biblioteca Viva**, **Ler faz bem à saúde** e **A Leitura vai à praça** tornam-se carros chefes para demonstração das variadas formas de incentivo à leitura prazerosa e lúdica.

O Projeto **Pequenos Leitores** tem como objetivo desenvolver as competências leitoras dos alunos da Escola Municipal do Salobrinho (bairro próximo à Universidade). O projeto convida a escola, a qual seleciona 15 alunos (por turno) para, em turno oposto às atividades escolares, comparecerem à Sala e receberem orientações mediadoras das suas práticas de leituras.

A partir de 2008, o comitê assumiu uma feição representativa da região, iniciando suas atividades com ações em parceria com Secretarias de Educação e Fundações culturais e bibliotecas. O Comitê faz um positivo balanço de suas

atividades através da sua criação perfazendo um total de nove (9) encontros locais com a aprovação da Casa da Leitura.

Em 2010 foi realizado o Fórum de políticas públicas do livro e da leitura, com a presença de assessores das secretarias de educação e gestores culturais, com o objetivo de se discutir as formas de mobilização para transformar a sociedade local numa região de leitores. O Comitê do PROLER/UESC abrange 28 municípios da região. Atualmente o Comitê assumiu uma nova frente: Comunidades leitoras, sensibilizando e planejando junto com as associações de moradores de bairros um plano local em prol da leitura.

3.4 UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

É uma instituição pública, gratuita, mantida pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, que em 2012 fez 29 anos, estando presente geograficamente em todas as regiões do Estado, estruturada no sistema multicampia.

A complexidade de sua estrutura está diretamente ligada ao seu papel social, pois possui 29 Departamentos sediados na capital e em 23 centros regionais de médio e grande porte, perfazendo um total de 24 Campi, onde a cada um é atribuído a ordem numérica corresponde ao campus, exemplo: Campus I – Salvador, Campus II – Alagoinhas, Campus III – Juazeiro e assim por diante.

3.4.1 – UNEB – Campus II – Alagoinhas

O Comitê do PROLER UNEB foi instituído através o termo do convênio nº 71/2007 vinculado entre a Fundação Biblioteca Nacional e a Universidade do Estado da Bahia. Sendo devidamente publicado no dia 28 de maio do ano de 2008. Salientamos que houve uma publicação retificadora no dia 02 de junho de 2008.

Dentre as ações do PROLER estão as atividades de contação de histórias em escolas, creches e abrigos, oficinas de formação de contadores de histórias; formação de mediadores de leitura, e **Apoio à criação de espaços de leitura e/ou bibliotecas.**

Além dessas atividades, destaque para o Trote literário. Essa ação teve como objetivo principal arrecadar na comunidade acadêmica (alunos, professores e funcionários) do Campus, livros de literatura infanto-juvenil, para serem doados às bibliotecas da região e para as crianças que participam das contações de histórias. Esta ação acontece todo início de semestre, com a participação anual efetiva de aproximadamente duzentas pessoas.

Partindo do princípio norteador do PROLER de estimular a leitura, o comitê realizou **I Encontro de Leitura e Literatura Infanto-Juvenil**, que procurou apoiar a produção local, contemplando os escritores da região.

Este comitê também lançou a **Campanha de preservação de acervo**, que tem como foco principal oportunizar a comunidade acadêmica a fazer reflexões sobre a importância da preservação.

Esta ação foi idealizada pela biblioteca do campus II – Alagoinhas e buscou mostrar que o descuido com os livros causa prejuízos, gerando a necessidade da reposição deste acervo que já existia em suas prateleiras. Essa campanha também acontece durante todo o ano, e busca abranger todos os alunos, sendo distribuídos: folders e panfletos convidando os usuários para a responsabilidade ao usar o livro e necessidade de preservação do acervo, o qual será utilizado coletivamente.

O que pode ser observado é que este comitê, talvez por ter menos tempo que os demais é o mais carente em todos os aspectos. Em destaque também é o de acolhimento, principalmente a falta de uma referência física que caracterize a sua existência.

O atendimento desta demanda depende unicamente da sensibilidade da instituição, afinal de contas houve a assinatura do Termo de convênio, não sendo algo implantado sem o consentimento da universidade. Por isso a Instituição deveria dar suporte para o seu pleno funcionamento. Se não tinham como atender esta

demanda, por que consentiram a implantação? Aqui também se registra toda a omissão do Proler Nacional em não dialogar com a Instituição para negociar um espaço, uma sala para administrar o comitê e atender as demandas diárias, arquivamento do material utilizado tanto para as ações como os documentos produzidos referentes à gestão do comitê.

“... O que importa não é que os alvos sejam ou não atingíveis concretamente na sua sonhada integridade. O essencial é que nos disponhamos a agir como se pudéssemos alcançá-los, porque isso pode impedir ou ao menos atenuar o afloramento do que há de pior em nós e em nossa sociedade.”

Antônio Cândido

4 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESCOLARIDADE

Nos últimos anos tem-se dado muita importância para a avaliação de políticas públicas a fim de funcionarem como termômetros de programas e projetos governamentais, o que tem proporcionado iniciativas de avaliação, tais como a Rede Brasileira de Avaliação, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) do Ministério da Educação, o Portal ODM - Acompanhamento dos Objetivos do Milênio, a Associação Brasileira de Avaliação Educacional, a Agência Brasileira de Avaliação, dentre outras com a mesma importância.

Trevisan e Van Bellen (2008) chamam a atenção que:

A função de *avaliação* sofreu deslocamentos teórico-discursivos, tomando-se como ponto de partida a década de 1960. Nesse período, a ênfase política sobre a avaliação concentrou-se no fornecimento de informação para os gerentes de programas públicos, de forma a garantir *feedbacks* para correções de rumo. Na década de 1980, a avaliação pende para a função de (re)alocação, ou seja, buscava-se eficiência na alocação de recursos com base em critérios racionais do processo orçamentário.

A década de 1990 marca a última fase evidenciada pela literatura, na qual o deslocamento teórico-discursivo é fortemente marcado pelo questionamento do papel do Estado, aliado à influência da nova administração pública.

A avaliação assume a função de legitimação, ao mesmo tempo em que são exigidos *resultados* da administração e das políticas públicas.

Inovações e refinamentos teóricos com relação a metodologias de avaliação acompanharam e acompanham de perto as concepções e funções das políticas públicas. (TREVISAN; VAN BELLEN, 2008 p. 08).

Num sentido amplo, entendemos por avaliar, fazer julgamentos, estimar, medir, classificar, ordenar, ponderar, aferir ou analisar criticamente o mérito, o valor, a importância, a relevância ou a utilidade de algo ou alguém.

Para Dagnino (2012, p. 20) “É a avaliação que aponta as direções de mudanças e as ações a serem implantadas num momento ulterior”. Em um sentido preciso – no caso de políticas – avaliar é determinar o mérito e a prioridade de um projeto de investimento ou de um programa social, geralmente financiado com recursos públicos e voltado para resolver um determinado problema econômico ou social.

Cunha (2006) acrescenta ainda que:

A avaliação pode subsidiar: o planejamento e formulação das intervenções governamentais, o acompanhamento de sua implementação, suas reformulações e ajustes, assim como as decisões sobre a manutenção ou interrupção das ações. É um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo. (CUNHA, 2006, p. 01).

A avaliação não só mede os resultados, como também tem a capacidade de julgar as intervenções através dos beneficiários.

Borges (2007) destaca que:

[...] a avaliação tão quanto todas as mudanças estruturais não deve ser apenas um ato normativo, mas deve englobar uma filosofia de interesse e preocupação com os resultados para a sociedade, bem como o interesse da mesma pelas propostas instituídas pelos representantes eleitos para os benefícios comuns, públicos. (BORGES, 2007, p.63).

Vamos nos debruçar nos conceitos de Avaliação, defendido por Cunha (2006), o qual defende que a avaliação não se trata de uma atividade isolada e autossuficiente, muito pelo contrário, é apenas uma das etapas do processo de planejamento das políticas e programas governamentais: que compete gerar informações que possibilitam novas decisões a serem seguidas; analisa resultados que podem indicar a necessidade de reorientação das ações para o alcance dos objetivos traçados.

Conforme a autora:

O interesse do governo na avaliação dos programas e das políticas públicas está relacionado à preocupação com a eficácia, a eficiência, a efetividade e a *accountability* de suas ações. Os estudos de avaliações podem fornecer aos gerentes e administradores públicos respostas sobre a qualidade de seu trabalho, bem como a possibilidade de mostrar os resultados de seu

trabalho à sociedade e ao Legislativo. De acordo com a análise de experiências estrangeiras, os principais interesses das atuais avaliações são os resultados, a alocação orçamentária racional e a reorganização dos programas de modo a alcançar os objetivos de planejamento. Estas são as respostas que as avaliações podem oferecer como subsídio ao processo de tomada de decisões, durante a execução dos programas e das políticas. As iniciativas do Governo Federal brasileiro, quanto ao processo da avaliação de programas, seguem as tendências internacionais, visando às pressões sociais para a melhoria da qualidade na provisão dos serviços públicos e às demandas para redução das despesas públicas. (CUNHA, 2006, p.38).

Através do governo federal, o Brasil tem realizado a avaliação sistemática de seus programas. Esta avaliação está pautada na eficácia e eficiência de acordo com os programas expressos nos Planos Plurianuais.

Para a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE⁷, a avaliação constitui-se na determinação de valor ou significância de uma atividade, política ou programa. É um julgamento, tão sistemático e objetivo quanto possível a respeito das intervenções governamentais. Assim ao decidir-se aplicar recursos em uma dada ação pública significa que reconhece-se o valor dos seus objetivos para a sociedade. A avaliação verifica o cumprimento de objetivos e validação constantemente do valor social que faz parte do cumprimento desses objetivos.

Os principais aspectos que devem levar-se em conta na avaliação de políticas públicas são: o conhecimento detalhado do programa, em destaque seus objetivos.

Ramos (2009) afirma que:

Todo programa ou política social ao ser idealizado, deve vir acompanhado de uma série de informações necessárias para a sua posterior avaliação após a sua implementação, se assim não for os procedimentos técnicos podem se tornar impossíveis de serem aplicados. (RAMOS, 2009, p. 114).

Além disso, deve possuir uma considerável quantidade de informações tanto sobre o programa como as metas que se deseja atingir. Ainda segundo Ramos

⁷ Tal organização é composta pelos seguintes países: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça e Turquia. (OCDE, 2006).

(2009) existe também outras questões tais como, ideológicas, políticas, financeiras, dentre outras que podem superar as metodologias utilizadas e criar obstáculos para uma séria realização de uma avaliação alicerçada. Ao se tentar verificar o impacto de uma política pública, lida-se com as relações de causa e efeito, sendo que busca-se identificar sua repercussão quanto a vida política, social, econômica, ou seja, identificar se os resultados obtidos foram os esperados.

Rosa; Oddone (2006) afirmam que:

As discussões em favor de políticas nacionais de leitura, como foi visto, acontecem há alguns anos. Em 1992, por exemplo, foi realizada no Rio de Janeiro, promovida pelo CERLALC e a Fundação Biblioteca Nacional, a Reunião Internacional de Políticas Nacionais de Leitura para América Latina e Caribe. Nessa reunião, a leitura foi defendida como responsabilidade de todos e recomendava-se que os países participantes criassem programas de efeitos multiplicadores cujo objetivo era atingir maior número de cidadãos – crianças, jovens e adultos – na tentativa de criar condições favoráveis ao desenvolvimento da capacidade leitora. Sobre o Estado e as políticas de leitura, foi dito que é função primordial do Estado ocupar-se dos direitos básicos da população e de seu desenvolvimento econômico e social. A leitura constitui-se num desses direitos e contribui para o desenvolvimento. (ROSA; ODDONE p. 191-192.).

A avaliação de políticas públicas não só é útil para medir a eficácia da gestão pública como também é decisiva para o processo de aprendizagem institucional. Desta forma, a avaliação contribui para a obtenção das ações governamentais no que diz respeito a atender os anseios dos portadores de direito além de legitimar-se política e socialmente.

Embora exista a publicação da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro⁸ - IPL, em sua terceira edição (2012) que faz o levantamento em nível nacional do comportamento do leitor brasileiro, cujos dados, podem apresentar, conforme destaca Oliveira (2011), importantes indicadores sobre a realidade do leitor brasileiro.

⁸ Trata-se de uma associação de caráter privado e sem fins lucrativos mantida com recursos de contribuições de entidades do mercado editorial, com o objetivo principal de fomento à leitura e à difusão do livro.

Para fazermos a avaliação de Políticas públicas de incentivo à leitura, recorreremos as pesquisas do PISA dos anos 2000 e 2009⁹, que retratam o *status quo* dos jovens brasileiros na aquisição de conhecimento da língua materna. Sua escolha foi norteadada por dois motivos, o primeiro, trata da ausência de avaliação de políticas públicas de incentivo a leitura de forma pontual, sendo necessário recorrer à avaliação de escolaridade, assim, surge o segundo motivo, o fato dele desenvolver testes que não estão diretamente ligados ao currículo escolar.

Esses testes são elaborados a fim de avaliar em que medida os estudantes no final da vida acadêmica, podem aplicar seu conhecimento no cotidiano, participando ativamente na sociedade. Associado a isso, seu uso justifica-se também por seus dados serem utilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que considera a importância destes testes pelo fato deles fornecerem indicadores de alta qualidade do ensino, possibilitando assim estudos comparativos internacionais no que refere-se a precisão, consistência e generalização, onde seus resultados são interpretados de acordo ao contexto de cada país, fornecendo dados pertinentes para elaboração de políticas públicas.

Segundo o INEP (2012):

Como o principal objetivo do PISA, em todos os países envolvidos, é produzir indicadores de desempenho estudantil voltados para as políticas educacionais, fornecendo orientações, incentivos e instrumentos para melhorar a efetividade da educação, além de possibilitar a comparação internacional. (INEP, 2012, p.03).

No ano 2000 foram avaliados no Brasil pelo PISA 4.893 alunos e para o ano de 2009 houve um aumento da amostra perfazendo um total de 950 escolas e 20.013 de alunos. De acordo com o quadro comparativo é possível perceber o aumento tanto dos participantes quanto da média nacional em leitura. Conforme tabela n.1.

Tabela. 01: Participantes do Brasil no PISA.

	2000	2009
Numero de alunos Participantes	4.893	20.013
Leitura/Brasil	396	412

⁹ Destacamos que, embora esteja disponível o resultado da avaliação do PISA 2012, não trabalharemos com seus dados, uma vez que a ênfase deste ano é dada a área de conhecimento matemática.

Tabela adaptada do PISA, 2000 e PISA 2009.

Assim, para uma melhor compreensão do resultado, faz-se necessário especificar as escalas de níveis de compreensão de leitura/proficiência que são adotados pelo PISA para a realização do exame e conseqüentemente apresentação dos resultados através dos relatórios:

Abaixo do Nível 1 - menor que 335 - Não atingiu as habilidades básicas que o PISA objetivava mensurar.

Nível 1 – 335 a 407 – Localizar informações explícitas em um texto; reconhecer o tema principal ou a proposta do autor; construir uma conexão simples entre uma informação expressa em um texto de uso cotidiano e outras já conhecidas.

Nível 2 – 408 a 480 – Localizar informações que podem ser inferidas em um texto; reconhecer a ideia principal, em um texto, compreendendo as relações ou construindo um sentido; construir uma comparação ou várias conexões entre o texto e outros conhecimentos extraídos de experiência pessoal.

Nível 3 – 481 a 552 – Localizar e reconhecer as relações entre várias informações presentes no texto; integrar várias partes de um texto em uma ordem para identificar a ideia principal, compreendendo uma relação ou construindo o sentido de uma palavra ou frase; construir conexões, comparações ou explicações ou avaliar uma característica do texto.

Nível 4 – 553 a 625 – Localizar e organizar informações relacionadas em um texto; interpretar os vários sentidos da linguagem em uma parte do texto, levando em conta o texto como um todo; empregar o conhecimento formal ou público para formular hipóteses sobre um texto ou para avaliá-lo criticamente.

Nível 5 – maior que 626 – Localizar e organizar várias informações contidas no texto, inferindo a informação; demonstrar uma compreensão global e detalhada de um texto com conteúdo ou a forma não familiar; avaliar criticamente ou por hipótese um texto, extraindo dele determinado conhecimento.

Com base neste resultado, nos reportaremos a média geral por estados do nordeste referente o PISA de 2009, para uma melhor aproximação do tema em estudo. De acordo exposto na tabela 02:

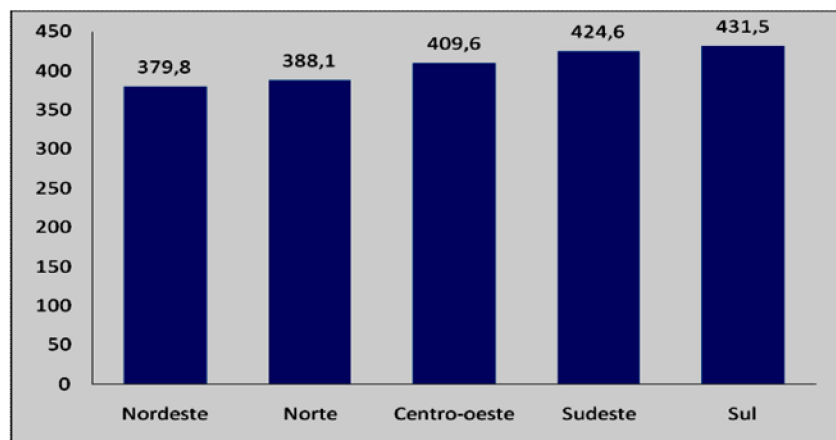
Tabela 02: Média geral do PISA por estados do Nordeste.

Estados	Média 2009	Estados	Média 2009
Brasil	412	Paraíba	385
Alagoas	354	Pernambuco	381
Bahia	382	Piauí	374
Ceará	376	Rio G. do Norte	371
Maranhão	355	Sergipe	372

Fonte: Adaptado do relatório do PISA, 2009.

Observando as escalas, verifica-se que o Brasil em 2000 esteve no nível 1 e em 2009 conseguiu avançar para o nível 2. No que diz respeito à região, o nordeste se manteve no nível 1. A análise deste gráfico nos revela situações destoantes e retratam com precisão a desigualdade regional no Brasil. Conforme detalhado no gráfico 2:

Gráfico 2 - Média geral do PISA por região brasileira.



Fonte: Adaptado de Ferreira; Nunes (2011).

O desempenho em leitura nas regiões varia muito, identificando desta forma uma diferença entre as regiões mais ricas com as mais pobres¹⁰. De acordo com Baiardi (2004) “a concentração de recursos [...] em determinadas regiões, traz problemas a qualquer política de redução dos desequilíbrios econômicos regionais, os quais se fazem presentes na forte associação com os desequilíbrios sociais”.

Fazendo a intersecção dos dados do gráfico 7, juntamente com a distribuição dos comitês do Proler por região, podemos inferir que as regiões sul e sudeste tem uma melhor proporcionalidade de comitês por estados o que pode refletir nos seus desempenhos serem melhores que as demais regiões, conforme aparece na tabela 03:

Tabela 03: Distribuição dos comitês nas regiões brasileiras.

REGIÃO	COMITÊS	ESTADOS	PROPORÇÃO
Centro-Oeste	8	4	2
Nordeste	21	9	2,3
Norte	5	7	0,71
Sudeste	21	4	5,25
Sul	8	3	2,6

Adaptado do IBGE – Censo 2010

Ainda que resultados publicados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – 2007 revele que “em termos absolutos coube a região Nordeste apresentar a maior redução do analfabetismo, entretanto esta região ainda apresenta um alto índice. Para a pesquisa, esta contradição é devido ao fato dessa “região concentrar 53% do total de analfabetos brasileiros.” (PNAD, 2007).

Nos resultados do PISA, o desempenho do Brasil de acordo com as regiões, mostra que as médias oscilam entre valores altos como, por exemplo, Brasília que obteve a média 449,1 e valores baixo como o resultado de Alagoas com a média 362,6.

Assim com esse resultado, o Brasil ocupa a 53ª posição no ranking geral do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) entre os 65 países

¹⁰ O indicador de rico e pobre aqui é considerado a renda per capita.

participantes. Embora seja visível o desempenho em relação à primeira edição, ocorrida em 2000, os alunos de 15 anos¹¹ que realizaram o exame conseguiram elevar em 9% a média brasileira, infelizmente ainda estamos entre as últimas posições da lista.

Bacchetto (2012) pondera que:

Os alunos estão progredindo dentro das séries. Na faixa etária avaliada pelo PISA (15 anos), o aluno pode estar da 7ª série até o 3º colegial. O que você observa ao longo dos anos é que houve uma progressão desses estudantes para os níveis mais altos: 1º, 2º e 3º anos do ensino médio. Observamos que houve crescimento significativo não só do resultado, mas também dos indicadores de fluxo dos estudantes (...). Há países que regrediram, pioraram seu desempenho. Acredito que obtivemos uma melhora. O ideal é continuar assim, porque temos uma dívida educacional muito grande. (BACCHETTO, 2011, p.03).

Os resultados do Brasil no PISA apontam as dificuldades de leitura e de produção de textos por nossos alunos. Para Ferreira (2011):

O Brasil, segundo os resultados do PISA, aparece entre os três países que mais evoluíram na educação nesta década. Considerando o desempenho médio global, o Brasil evoluiu 33 pontos nos exames realizados no período entre 2000 e 2009. Foi superado apenas pelo Chile, 37 pontos, e Luxemburgo com 38 pontos. Em relação às áreas avaliadas, a Leitura destaca-se em relação às demais como a área que menos evoluiu, evoluindo apenas 16 pontos, de 2000 para 2009, enquanto ciências, evoluiu 30 pontos e Matemática 52 pontos, em média, na escala de proficiência. Porém, parece que a questão da leitura não é um problema isolado do Brasil já que é possível perceber um decréscimo médio no desempenho dos países da OCDE de 8 pontos de 2000 para 2006 e de 4 pontos de 2000 para 2010. (FERREIRA, 2011, p. 10).

De modo geral, concordamos com a autora, considerando que na primeira participação brasileira no PISA, ocorrida no ano de 2000, o país ficou em último lugar em leitura. Os outros resultados mostram que houve um esforço, embora com oscilações, haja vista, que a sua média geral foi 396 (2000); 403 (2003); 393 (2006);

¹¹ A escolha desse grupo etário se deve ao fato de que, na maioria dos países, é nessa idade que os jovens aproximam-se da conclusão da escolaridade mínima obrigatória. Dessa maneira, o momento em que a avaliação é realizada, apresenta-se bastante propício para investigar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos, acumulados em um período de dez anos, além de possibilitar uma análise da eficácia do sistema educacional. (FERREIRA, NUNES, 2011)

412 (2009). Mesmo se for colocar também os fatores externos que implicam no resultado, tais como a quantidade de países participantes em cada edição.

Como destaca Castro, (2010):

Na última edição do exame, em 2009, veio a primeira boa notícia: o Brasil foi o 3º país a crescer mais na década, na comparação com os resultados de 2000. Em Leitura, foi a 10ª nação com maior crescimento, mesmo perdendo para vizinhos como o Peru e Chile. No ranking geral, o país ficou em 53º lugar. Mais do que gerar alardes temporários e justificativas que não conduzem a soluções - como a de que é injusto comparar um país continental e com uma história de exploração como o Brasil com nações pequenas e ricas -, esses resultados servem para refletir sobre o espaço que a educação ocupa nas políticas públicas brasileiras de hoje. (CASTRO, 2010, p. 115).

De acordo com o que foi exposto, fica evidente que a avaliação de políticas públicas de leitura, deve ser assimilada e compreendida como uma ação estratégica de estímulos à leitura, haja vista que essas avaliações seriam direcionadas para as pessoas. As avaliações de escolaridades, as quais são determinadas tanto por séries como por idade são focalizadas para um público específico e restrito, jovens matriculados. Não sendo direcionadas para aqueles que mesmo em idade escolar não se encontram nela, tampouco os que não fazem mais parte desta faixa etária.

Segundo Castro (2010):

Numa avaliação ainda positiva, é visível que nos últimos 10 anos foram o período de maior avanço da educação no Brasil, onde foi quase possível a realização da universalização do Ensino Fundamental (98% das crianças com idade adequada a essa etapa de ensino estão nas escolas), além da ampliação do financiamento, a criação dos primeiros mecanismos para acompanhamento da qualidade do ensino e também a formalização dos primeiros planos e metas para a educação brasileira. (CASTRO, 2010, 117)

Os últimos, 20 anos foram anos decisivos para que o Brasil chegasse ao patamar que se encontra hoje. Embora possa perceber que muito ainda tem que ser feito, vale reconhecer que foram criados instrumentos para o acompanhamento da qualidade das redes e um plano de educação – o PDE, mais importante que a sua criação foi a sua continuidade e efetividade.

Outro aspecto, que deve ser considerado é que, a questão do acesso foi praticamente resolvida no Ensino Fundamental e as políticas de financiamento, com

o Fundef e depois o Fundeb, conseguiram que os recursos fossem aplicados de forma mais equânime e eficaz. Entretanto, o foco agora deve ser a qualidade do ensino. Como chama atenção Castro (2010) “o ritmo do crescimento econômico não acompanha o da educação e cada vez mais o país sofre com a falta de profissionais qualificados”.

“Um só bom e verdadeiro leitor é muito mais do que milhares de leitores superficiais”

Hermann Hesse

5 METODOLOGIA

Como uma boa parte das pesquisas desta natureza, este estudo começa num esforço de descrever o lugar em que surgem as narrativas dos atores sobre seus próprios dilemas, desafios, dúvidas e questionamentos.

Do ponto de vista metodológico, recorreremos às bases lógicas de investigação com abordagem qualitativa, utilizando o método comparativo, que pretende ressaltar as similaridades e diferenças entre os fenômenos que preenchem a realidade, relativos ao tema aqui apresentado.

Nosso objeto também determinou para melhor alcance de resultados satisfatórios que o delineamento utilizado fosse o estudo de caso, pois ele proporciona um estudo profundo do objeto, permitindo o seu conhecimento detalhado. Em se tratando deste estudo, trabalharemos com três instituições, ou seja, três casos, portanto, nossa pesquisa trata-se de um estudo de múltiplos casos.

Como instrumento de pesquisa, disporemos da entrevista semiestruturada, seu uso se justifica, porque os dados por ela fornecidos são sucessíveis de classificação, informação imprescindível para a disposição dos resultados.

Como destaca Selltitz (1967 *apud* GIL 2010):

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas que precedentes. (SELLTIZ , 1967 *apud* GIL 2010, p. 109).

O tipo de entrevista utilizada foi a semiestruturada, que além de fornecer certo grau de organização, estabelece os pontos de interesse do estudo, com um roteiro previamente definido, as perguntas, portanto, foram predeterminadas.

Com o intuito de subsidiar a entrevista nos servimos do uso de um gravador, sendo o uso deste equipamento deu-se devido à exiguidade do tempo da pesquisa e uma melhor fidedignidade na interpretação dos dados fornecidos. Porém, este recurso só foi utilizado com o consentimento do entrevistado.

Portanto, já apresentados o método e o instrumento que foram utilizados para uma aproximação do que se propôs a conhecer, iniciou-se a pesquisa entrando em contato com os coordenadores dos respectivos comitês com o objetivo de agendar as entrevistas. Para tanto foi necessário acessar o site da Fundação Biblioteca Nacional, a qual possui uma página do Programa para obter os respectivos nomes e contatos dos coordenadores dos comitês que compreendem o estudo.

Os coordenadores do Comitê do PROLER que foram entrevistados nas respectivas universidades estaduais da Bahia:

UESC - Gloria de F. Lima dos Santos;

UNEB - Ângela M. D. Barbosa/Áurea Pereira

UESB - Maria Helena S. Ribeiro (Campus de Itapetinga); Márcia do Couto Auad (Campus de Jequié); Heleusa Figueira Câmara (Campus de Vitória da Conquista).

Importante destacar que as informações encontradas no endereço eletrônico do Programa não se encontravam em sua totalidade atualizadas, o que ocasionou certo contratempo, como por exemplo, não foi possível um contato imediato pelo endereço eletrônico de alguns coordenadores que não estavam utilizando mais os e-mails registrados no site, tampouco a coordenadora do Proler/UNEB que já tinha sido substituída, sendo que não constava esta informação.

Os campi da UESB compreendem três e cada um tem um comitê e consequentemente um coordenador.

Em relação as distâncias geográficas de cada Comitê, temos: o comitê da UESC se localiza na rodovia Ilhéus/Itabuna; o da UESB, em Vitória da Conquista, Itapetinga e Jequié; o da UNEB na cidade de Alagoinhas.

O contato inicial deu-se através de um e-mail, a fim de aferir a receptividade dos coordenadores ao estudo. Esta mensagem foi acompanhada com a carta de apresentação do estudo assinada pelo orientador.

Em seguida, entrou-se em contato a fim de fazer o agendamento da entrevista, considerando que a data, local e horário foram estabelecidos pelos entrevistados. Este critério deu-se com o intuito de obter-se a disponibilidade do entrevistado e de lhe proporcionar conforto e conseqüentemente um bom acolhimento ao estudo, efetivando assim, uma boa condução da pesquisa, através do correto fornecimento das informações solicitadas.

O primeiro comitê visitado foi o de Jequié, que funciona no pavilhão do Centro de Aperfeiçoamento Profissional, 1º andar, localizado na última sala próximo da saída pelas escadas, na porta da sala existe uma placa, a sala é recente e não possui ramal, utiliza-se o telefone do colegiado. Observando a estrutura foi possível perceber que a sala é relativamente pequena, possui computadores, mesas, cadeiras e armários, onde são guardados os materiais utilizados nas atividades do comitê.

A coordenadora mostrou os jornais de divulgação das atividades do comitê, e entregou uma cópia do termo de compromisso celebrado entre a UESB e a Fundação Biblioteca Nacional em 1993. Ao questionar sobre a existência de relatórios, a profª. Márcia Auad informou que eles são preenchidos eletronicamente através do sistema da universidade, conforme exigência da instituição, mas infelizmente não tive acesso a esses documentos. Para essa entrevista recorri a gravação mediante o consentimento da professora, mas a qualidade do áudio comprometeu a transcrição dos dados, o que solicitei a coordenadora, depois ao conferir a gravação que ela me enviasse o questionário preenchido, que ela muito gentilmente atendeu.

Em seguida parti para Vitória da Conquista a fim de conhecer o comitê da UESB, o qual está localizado no Centro da cidade a sala do comitê encontra-se no terreno do Centro de Cultura Camilo de Jesus Lima, denominada Sala de Leitura Iris Silveira, é um espaço alternativo de leitura e de vivencia social, pois desenvolve outras atividades de socialização promovidas pelo comitê. No que se refere a sua

infraestrutura, trata-se um espaço amplo e arejado com mesas e cadeiras coloridas, computadores, armários, estantes onde tem-se uma amostra da leitura da região.

Embora não tenha tido acesso aos relatórios enviados para a coordenação nacional do Proler e ou outras informações do PROLER através de documentos locais, a coordenadora apresentou-me dados do registro de todas as atividades desenvolvidas pelo comitê, o que além da sua importância administrativa agrega valor científico, por ser uma fonte de pesquisa para estudiosos de temas relacionados à leitura.

As informações coletadas junto ao comitê do PROLER UESB/Vitória da Conquista através da coordenadora foram gravadas e anotadas no formulário de entrevista pela entrevistada.

Assim, quando estava me preparando para seguir para a UESC, entrei em contato com a professora Glória Lima, a qual desmarcou nosso encontro por estar em Salvador acompanhando a sua mãe que se encontrava internada. Diante do imprevisto a professora perguntou se eu não poderia enviar o questionário por e-mail, desta forma, entrei em contato com meu orientador e expus a situação, o qual acenou positivamente e enviei o material para que a professora pudesse responder e enviar por e-mail para mim.

A visita para a coleta dos dados do comitê do PROLER UNEB/Alagoinhas, foi realizada na biblioteca da universidade, devido ao fato deste não possuir um espaço próprio. A coordenadora me informou que o material que o comitê possui se encontra num armário da biblioteca, e que os relatórios de atividade desta coordenação ainda não foram enviados para o PROLER nacional por estar ainda na etapa de formação de mediadores de leitura. Os instrumentos utilizados para a coleta de informações foi o formulário acompanhado de um gravador.

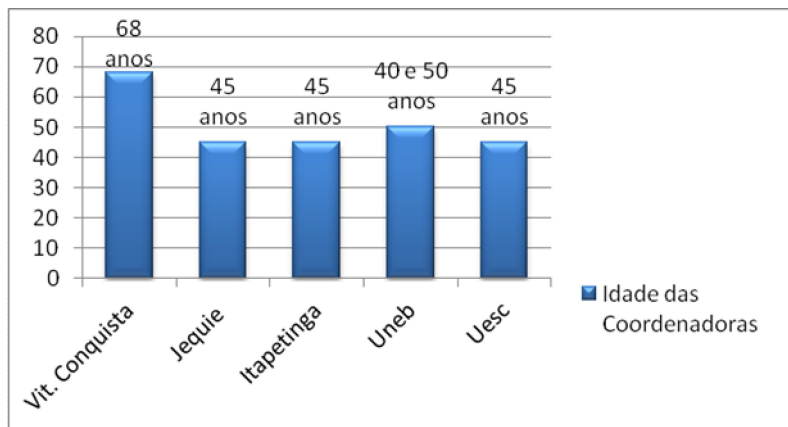
5.1 COLETA DOS DADOS

Conforme especificado na metodologia, utilizamos o formulário de questões semi-estruturadas tendo como base os coordenadores dos comitês das universidades estaduais da Bahia.

Ao todo o questionário possui 29 perguntas sendo que o formulário é composto por dois blocos. O primeiro visa à identificação do coordenador em questões que possam contribuir para o delineamento do perfil e o segundo bloco as questões são todas abertas, dando o caráter subjetivo das respostas para um melhor entendimento do que se busca responder através do estudo, conforme a exposição que segue:

Idade das coordenadoras

Gráfico 3: Idade das coordenadoras do Proler por comitês



Para que fosse possível delinear o perfil dos coordenadores, perguntamos o nível de instrução dos coordenadores, constatamos que todos possuem na sua formação acadêmica a pós-graduação *Stricto Sensu*.

Capacitação na área de leitura

A primeira pergunta buscou identificar o perfil do coordenador através da sua formação. De acordo com Rodrigues e Cardoso (2006), sabe-se que a leitura exerce papel fundamental na formação de todas as pessoas. Com relação aos acadêmicos, a leitura é um instrumento de estudo e pode tornar-se uma poderosa ferramenta de aperfeiçoamento profissional.

Com base nesse entendimento, foi possível identificar que todas as coordenadoras possuem conhecimento estreito com a leitura, sendo que todas realizaram cursos que estimulam a leitura, seja através da graduação, seja através da educação continuada, como a especialização. Em destaque, a primeira coordenadora do Proler da UNEB registrou a sua “paixão pela leitura nascida na graduação, chegando a ser contadora de história do Proler da UESC”.

Motivação para coordenação do comitê

Todas coordenadoras exerceram essa função no Proler devido à sua forte ligação com a leitura, somado ainda a vontade de trabalhar com o estímulo à leitura por compreendê-la como um bem cultural. Todas entendem que deveriam trabalhar vários seguimentos sociais, sejam as escolas, igrejas, asilos, associações, universidades entre outros.

Os motivos norteadores para a escolha em coordenar o Proler, assemelham-se bastante com o conceito de Copes (2007) ao afirmar que:

O conhecimento não é informação e nem pode ser medido pela quantidade de informações que o sujeito obteve e armazenou. O conhecimento está atrelado à capacidade do sujeito articular criticamente os elementos do mundo com as informações adquiridas e, assim, ressignificá-las conforme o seu interesse. Assim, a leitura pode ser vista como um caminho para se chegar ao conhecimento, isso porque a leitura é um ato de comunicação que envolve não só o leitor, mas também a obra e o autor (COPES 2007, p.12).

É possível assegurar que o processo da leitura não se limita apenas ao decifrar de signos, vai além, constituindo-se, portanto, como uma prática social, ou seja, na crença na leitura como um bem cultural.

Processos de implantação do Proler

Para implantar os comitês, algumas fases fizeram-se necessárias como o atendimento burocrático tão característico do serviço público brasileiro, tais como o fornecimento da documentação exigida, o cadastramento e os registros dos participantes, tanto em nível pessoal quanto institucional. Somando-se a isso pode-se acrescentar a busca de parceiros junto a órgãos governamentais – municipal, estadual e federal, iniciativa privada.

O primeiro contato foi o da “visionária” professora Heleusa Câmara, na época vice-reitora da UESB, que nos ligou falando da existência desse Programa e se gostaríamos de fazer parte, a resposta foi sim sem pestanejar. Logo depois recebemos a visita de Francisco Gregório para conhecer a cidade, os espaços e as pessoas, ao final foi realizado um convênio com a assinatura dos representantes das Prefeituras de Jequié, Conquista e Itapetinga, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e da Biblioteca Nacional. (Coordenadora do Comitê de Jequié).

Neste prisma podemos considerar que a implementação é a fase administrativa da política, onde o controle está com os formuladores, situados no topo das organizações, os quais assumem o controle dos fatores políticos, organizacionais e técnicos e a divisão de responsabilidades. A coordenação nacional do Proler estabelece os critérios e as regras para os comitês locais implementarem o Programa.

Segundo Baptista e Rezende (2011), a implementação é definida como o momento de colocar uma determinada solução em prática. Esta fase envolve uma série de sistemas ou atividades da administração pública: o sistema gerencial e decisório, os sistemas de informação, os agentes implementadores da política, os sistemas logísticos e operacionais (recursos materiais, financeiros), dentre outros.

A coordenadora da UESC informou não ter condições de responder, pois não estava presente neste momento. A primeira coordenadora do Proler da UNEB declarou não ter tido dificuldades. Entretanto, as demais coordenadoras afirmaram

que as dificuldades foram relacionadas à burocracia¹², característica marcante do serviço público.

Instituições que assinaram o termo de parceria junto à Fundação Biblioteca Nacional para a criação do comitê

Como já sinalizado antes, o Proler se sustenta através dos seus comitês, os quais podem ser estabelecidos com parcerias de Universidades, prefeituras, demais instituições públicas, sindicatos, organizações não governamentais, também instituições privadas. Há casos também que várias instituições unem-se para a implantação do comitê. Conforme registrado:

“UESB, Secretaria Municipal de Educação, Instituições de Ensino Superior – FAINOR, Juvêncio Terra”. (Coordenadora do Comitê de Vitória da Conquista).

Identificamos aqui a presença de instituições particulares, sendo mais abertas do que os demais comitês, mesmo fazendo parte da mesma universidade.

“Prefeituras (Vitória da Conquista, Brumado, Jequié, Barra do Choça, Anagé, Porções, Itapetinga e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia”. (Coordenadora do Comitê de Jequié).

A assinatura deste termo envolveu vários entes públicos, do entorno da universidade, o que neste aspecto poderia assegurar mais o formato de ideal de políticas públicas de incentivo à leitura.

Quem assinou o termo junto com a gente foi a própria Universidade aqui e a prefeitura de Itapetinga que na época (o prefeito) era o professor José Marcos Gusmão que era o irmão de Pedro Gusmão que foi professor da UESB, na época ele não era reitor, mas era irmão de Pedro então foi fácil assim, pelo menos o entendimento do que era o PROLER. Mas agora também teve... Parece que ano passado ou ano retrasado teve que refazer e a prefeitura assinou novamente. (Coordenadora do Comitê de Itapetinga).

As coordenadoras de Vitória da Conquista e de Itapetinga forneceram outras informações quanto às instituições que assinaram o termo. A coordenadora do

¹² Qualquer sistema de administração, em que os assuntos são tratados por escrito e dependem da assinatura de vários funcionários.

Comitê de Jequié forneceu cópia do termo de compromisso com assinatura datada de 10 de janeiro de 1993.

“Apenas a UESC” (Coordenadora do Comitê de Ilhéus).

“A Universidade” (Coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

“A universidade do estado da Bahia” (Ex-coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

As universidades de Santa Cruz e a Estadual da Bahia tiveram o termo assinado apenas pela instituição que abriga. Isso evidencia que a busca por outros entes que possam se interessar e acolher o Programa varia, ficando a cargo das coordenações de cada comitê, sem a participação da Fundação, tampouco da universidade. Aqui podemos registrar a semelhança entre os comitês em estarem sozinhos, cada um por si, no que refere-se a encontrar outros atores para fazerem parte institucionalmente do comitê. Isso é facilmente identificado pelas diferenças entre o comitê da UESB dos demais, sendo que o primeiro conseguiu que as prefeituras em cidades próximas aos campi também fossem parceiras do empreendimento, quanto que as outras só contaram com a universidade.

As maiores dificuldades enfrentadas na implantação do Proler

Como resposta a esta questão, a unanimidade prevaleceu e todas apontaram a forma equivocada da condução da coisa pública, conforme relata a coordenadora da UESB/Vitória da Conquista. As dificuldades enfrentadas na implantação do comitê residem “nas *relações humanas com os gestores públicos, as interferências partidárias, a descontinuidade dos programas em razão das mudanças de poderes públicos*”.

A maior dificuldade foi encontrar um lugar para ficar, no início a universidade funcionava aqui e não tinha lugar nenhum para ficar. Depois conseguimos negociar um lugar, era uma sala pequena um depósito, mas era nosso, tem a questão da pertença. Quando a Universidade foi para lá pra cima, aí pedi essa sala, ela era um departamento. Então logo pintei a sala de um rosa... E como a galera de zootecnia era bastante machista, ninguém quis esta sala e estamos até hoje (Coordenadora do Comitê de Itapetinga).

Em uma análise geral, podemos afirmar em princípio que as dificuldades estão no lidar com a coisa pública, o que acaba variando muito de acordo a concepção e os valores de quem pode intervir, dependendo muito do gestor.

Falta de apoio e investimento político, financeiro e humano – Recursos Humanos, Espaço físico. (Coordenadora do Comitê de Ilhéus).

É bastante difícil uma proposta com a dimensão do Proler, que pretende atender a uma grande parcela da população, sem o mínimo de infraestrutura para funcionar e atender aos seus objetivos.

Não tive dificuldades durante a implantação. Depois é que apareceram os obstáculos para colocar em prática ações de incentivo à leitura na região (Coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

De acordo com esta afirmação, subentende-se que a ausência de dificuldades na implantação deste comitê se restringe à parte burocrática, na assinatura do termo, pois como enfatiza a coordenadora, as dificuldades surgiram na execução das ações.

De acordo com o exposto, surge uma conscientização do governo para que se faça mais efetiva as iniciativas de estímulo a leitura. Copes (2007) chama a atenção que:

Ao Estado compete, além de criar, dar condições para que essas ações se efetivem. Por isso, são válidos todos os esforços reunidos pelo Proler e pelo Pró-Leitura com a intenção de se expandir a leitura no Brasil. Assim, pode-se afirmar que as ações desenvolvidas por esses programas merecem do governo brasileiro estímulos financeiros para que a leitura e o livro possam ser democratizados (Copes, 2007, p.44).

Em termos de semelhança entre os comitês podemos apontar a burocracia como um empecilho para atender as demandas dos comitês a fim de realizarem de forma mais ampla as ações que venham a incentivar a leitura.

As diferenças estão na sensibilidade de cada gestor da universidade em reconhecer a burocracia como inimiga aos atendimentos da demanda dos comitês e assim procurar de forma criativa sanar esses empecilhos.

As maiores dificuldades enfrentadas na manutenção do Proler

Mais uma vez a questão da burocracia foi marcante nesta resposta, embora cada uma dando ênfase em aspectos diferentes, mas todos pertencentes a ela, seja ao se referir ao comprometimento da equipe de trabalho na rotina diária a fim de que as atividades possam fluir, seja na ausência de recursos capazes de dar andamento às continuidades das atividades.

O programa sempre trabalhou com voluntários e isso dificulta, por proporcionar uma rotatividade entre os colaboradores, temos ainda parceria com as prefeituras, isso significa que a cada eleição precisamos renegociar espaços, pessoal, ações. Os recursos são poucos para tantas ações. (Coordenadora do Comitê de Jequié).

Para este comitê a dificuldade surge em vários aspectos, mas todos oriundos da falta de recursos, pois em muitos casos, não exige-se muito do voluntariado, como assiduidade, pontualidade, que em muitas vezes abandonam os projetos nos quais envolvem-se ou afastam-se a depender das demandas acadêmicas. Também sofremos com as instabilidades políticas, sendo talvez o fator que mais altere no desenvolvimento das ações, por implicar em recursos e apoio na execução das ações.

A questão financeira. Tem hora que é muito penoso, tem hora que falta papel, hoje temos dois computadores, mas antigamente era complicado, essas coisas do dia a dia a gente enfrentava. O Programa já tem 20 anos. Hoje vejo que falta a institucionalização do PROLER. Não tem mais condições de viver como projetos de extensão. Quando PROLER começou, ele era institucionalizado, mas com as mudanças de gestão acabamos entrando, mas hoje não dá mais. Aí descaracterizou. Mas como está hoje, não dá mais para continuar. Precisamos colocar a questão do livro e amarrar. Por que quem entrar aí não vai ter como mudar, pode até diminuir os recursos mais tirar, não tira. (Coordenadora do Comitê de Itapetinga).

Seja na perspectiva mais direta no que refere-se aos recursos financeiros, que talvez seja o maior responsável pelo sucesso ou fracasso de uma política pública, seja na indireta, o espaço de visibilidade que a instituição oferece para o comitê, uma coisa é evidente, as instituições não dão o valor merecido que requer essa temática. A ausência da valorização da leitura pela instituição compromete a motivação dos próprios membros, por não sentirem-se valorizados.

“Motivação pessoal do grupo PROLER/investimento na formação intelectual”.
(Coordenadora do comitê da UNEB)

Talvez a questão da motivação também perpassasse pela falta de recursos e de valorização por parte da instituição. Como o comitê não tem visibilidade junto aos pares, falta à motivação por parte dos grupos que não se sente devidamente reconhecido.

Falta de recursos financeiros para colocar em práticas ações de incentivo à leitura;
Falta de apoio por parte da coordenação nacional e UNEB (o apoio das duas instituições era mínimo);
Não tivemos verba para pagar monitores e por esse motivo todos os nossos monitores trabalhavam pelo amor a causa sem receber nem passagens quando se deslocavam para alguma atividade;
Falta de um espaço (sala) para funcionamento da coordenação do comitê (a biblioteca do campus nos cedeu um armário para guardar documentos do comitê);
Falta de apoio para desenvolver projetos (ex: conseguimos 300 livros para colocarmos em prática a biblioteca móvel e não conseguimos o carro da instituição para nos transportar na atividade)

Obs: não posso deixar de dizer que a UNEB nos ajudou no I encontro de leitura e literatura infanto-juvenil que realizamos no campus (nos ajudou com transporte, alimentação, hospedagem dos palestrantes; pastas e canetas; e participou da mesa de abertura do evento).
O proler nacional só patrocina duas oficinas pro evento regional e financia a viagem dos coordenadores para o Rio de Janeiro (encontro dos coordenadores). (Ex-Coordenadora do comitê da UNEB).

Aqui a coordenadora registra a ausência de apoio por conta das instituições que assinaram o termo de convênio e da falta de uma referência física, o que não mudou muito entre quando foi coordenadora e atualmente. Teve ajuda para a realização do I Encontro, o que pode ser justificado pela participação das lideranças políticas tais como secretários, assessores e coordenadores, das esferas municipal, estadual e federal além de demais especialistas que preocupam-se com a temática.

A ausência de recursos financeiros é a característica marcante de semelhança entre os comitês. E a de diferença está na concepção do gestor, o que varia muito de gestão para gestão. Importante aqui registrar que os comitês que se apresentam em melhores condições são os que não sofreram interrupções desde sua implantação, os da UESB de Vitória da Conquista e Itapetinga, destacando que as duas coordenadoras eram portadoras de função gratificada nas respectivas

instituições, uma era vice-reitora e a segunda era diretora de departamento. No caso da UESC, o comitê foi implantado em 1996, sem ter tido suas atividades interrompidas e a coordenadora ser membro titular representante do departamento de letras e artes.

Todas as coordenadoras dos comitês sinalizam a burocracia, a falta de recursos e a ausência de uma equipe comprometida na rotina diária para que as atividades diárias possam maximizar.

Vantagem em trazer o Proler para a universidade

Compete à universidade potencializar o desenvolvimento humano, seja mediante a formação de profissionais competentes, éticos e criativos, seja através de atividades de extensão que proporcionem aos envolvidos uma cultura reflexiva, crítica e participativa da sociedade. É inquestionável a imagem de propulsor do desenvolvimento humano, econômico, social, político e cultural que as universidades carregam consigo. Para aferirmos a relação da universidade com a comunidade ao seu entorno, obtivemos as respostas que confirmam o enunciado acima:

“Cumprir as metas dos programas de extensão aproximando a comunidade dos saberes produzidos nas universidades”. (Coordenador do Comitê de Vitória da Conquista).

Percebe-se na fala da coordenadora o discurso institucional, bem característico de quem fez parte da gestão da instituição.

Uma das vantagens é possuir uma estrutura institucional que nos dê suporte. Possuímos uma sala equipada com mesas, cadeiras, armário, computador, um bolsista pago pela extensão e um recurso anual para o programa, que nem sempre supre as nossas necessidades. (Coordenador do Comitê de Jequié).

Como sinalizada em questões anteriores, os empecilhos burocráticos que estão sempre presentes no aparelho estatal, ainda a coordenadora destaca que a estrutura tem que se dá pelo fato de estar na universidade.

“O PROLER não foi trazido, ele nasceu aqui (mesma resposta da UESB/Jequié). Mas a vantagem dele estar na universidade é a credibilidade”. (Coordenador do Comitê de Itapetinga).

“A chancela de um Programa federal por certo valida e reforça as ações da universidade e atrai mais parceiros”. (Coordenador do Comitê de Ilhéus).

Tanto a coordenadora do comitê da UESC quanto o da UESB apontam a credibilidade que a universidade traz intrinsecamente consigo, o que ajuda na imagem social do comitê.

“Criação de um espaço de formação de leitores para dialogar com a comunidade”. (Coordenador do Comitê de Alagoinhas)

“Despertar em todos a consciência com relação ao incentivo com ações do coordenador e monitores”. (Ex-coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

A atual coordenadora e a ex-coordenadora do proler da UNEB enfatizam o espaço de desenvolvimento de uma massa crítica que deve ser fomentada pela universidade, atentam-se mais na responsabilidade social da Instituição.

Como característica de semelhanças é possível identificar a representação da universidade, o que ela significa para a sociedade enquanto espaço de disseminação do conhecimento atribuído este valor aos projetos relacionados a ela. As características de diferenças estão na referência das próprias coordenadoras, enquanto que a coordenadora de Jequié chamou a atenção no que refere-se a estrutura física as demais destacaram seu papel social e o status que a universidade ocupa no imaginário das pessoas.

Embora, os comitês do PROLER da UESB de Itapetinga e Jequié, tenham dado a mesma resposta que o “PROLER não foi trazido” ele nasceu na UESB, as demais, veem a vantagem na criação de um espaço para dialogar com a comunidade, seja através do cumprimento das metas dos programas de extensão aproximando assim a comunidade dos saberes produzidos pela universidade; o despertar em todos a consciência do trabalho da equipe para o incentivo a leitura e por fim apropriar-se da credibilidade que a universidade goza na comunidade, o respeito da coisa pública.

A recepção da instituição com a implantação do Proler

Ainda considerando o status intelectual como característica marcante das universidades, haja vista ser nela e através dela que são produzidos, disseminados e perpetuados conhecimentos, buscou-se saber o inverso da questão anterior, ou seja, qual a vantagem em possuir o Proler na Universidade. Curiosamente registra-se um antagonismo, pelo que foi possível identificar através dos depoimentos das coordenadoras.

“A UESB tem atendido as necessidades do programa com parcimônia em razão de que as verbas públicas não sejam suficientes para as finalidades das universidades”. (Coordenador do Comitê de Vitória da Conquista).

Mesmo considerando os recursos escassos, para a coordenadora suas demandas são atendidas pela universidade.

“Como já dissemos tudo nasceu aqui”. (Coordenador do Comitê de Jequié).

Para a coordenadora, o comitê faz parte da universidade.

A vantagem de “permanecer” aqui é que fica uma coisa independente, é uma coisa que é socializada, que ninguém manda, não tem dono, quem quiser participar participa, não é uma coisa que é fechada, que é de grupo nem de nada. Eu acho que é o melhor de estar dentro da universidade. ...Eu acho também outra coisa, que a instituição Universidade, pelo nome, independente de qual seja, ela também já é uma referência de quando você vai fazer alguma coisa... Eu acho que como a universidade da gente é uma universidade que tem credibilidade... Quando você vai para um lugar e fala que é um projeto da Universidade e da Fundação Biblioteca Nacional, isso vai te dar um peso muito grande. Eu acho que isso aqui é a vantagem de estar na universidade. (Coordenador do Comitê de Itapetinga).

Embora a resposta coincida com a da coordenadora de Jequié, esta destaca a questão da valorização do público, não existindo um dono, a quem todos devam se curvar. Estando na universidade as próprias relações interpessoais fluem de forma mais livre.

“Penso que tenha sido com todo apoio e confiabilidade que a instituição tem assumido os projetos que valida e convênios que celebra”. (Coordenador do Comitê de Ilhéus).

“A universidade acatou muito bem, mas a burocracia dificulta os trabalhos de renovação do convênio”. (Coordenador do Comitê de Alagoinhas).

Maravilhosa. Tanto da comunidade acadêmica quanto dos moradores de Alagoinhas e região. Todos participavam das nossas ações e nos recebiam de forma carinhosa demonstrando sempre a consciência de que cada ação era muito importante. (Ex-coordenador do Comitê de Alagoinhas)

As demais coordenadoras confirmam a recepção positiva das Instituições embora no que refere-se ao compartilhamento das responsabilidades, a imagem modifique-se um pouco mais na avaliação delas, no que refere ao acolhimento.

As universidades gozam de boa reputação e isso facilita a aceitação do Programa. Houve unanimidade em responder que a recepção foi positiva, embora todas reconheçam que falte mais empenho da instituição para atender as ações do comitê incluindo verbas e recursos humanos, maior comprometimento e reconhecimento de pertencimento do PROLER na instituição. A primeira coordenadora do Proler da UNEB destaca que foi maravilhosa por parte de toda a comunidade interna e externa da universidade.

A universidade contribui com o comitê do Proler

Conforme o próprio nome já sugere, a universalidade de conhecimentos, na universidade é o ambiente das manifestações da curiosidade do Ser humano, seja através da arte, da ciência, das tecnologias, das letras, assim ela carrega consigo a ideia de multidisciplinaridade evidenciando que deve existir a contemplação de todas as áreas do conhecimento científico. Este estudo buscou pesquisar os comitês do Proler, especificadamente os implantados nas universidades, e considerando que essas instituições têm como objetivos o ensino, a pesquisa e a extensão fomentando assim o desenvolvimento econômico social e cultural do país. A universidade contribui com os seguintes pontos:

“O PROLER/UESB participa dos editais de extensão para poder realizar as atividades de leitura”. (Coordenadora do Comitê de Vitória da conquista).

“A Universidade contribui com uma sala equipada com mesas, cadeiras, armário, computador, um bolsista pago pela extensão e um recurso anual para o programa que nem sempre supre as nossas necessidades”. (Coordenadora do Comitê de Jequié).

“O PROLER/UESB participa dos editais de extensão para poder realizar as atividades de leitura, além do orçamento do edital, temos ainda 4.000,00 para o encontro de leitura”. (Coordenadora do Comitê de Itapetinga).

“Além de recursos humanos (coordenadora, estagiários e bolsistas), a UESC disponibiliza um espaço físico e recursos financeiros para as propostas do planejamento anual”. (Coordenadora do Comitê de Ilhéus).

“Contribui apenas acolhendo o projeto”. (Coordenadora do Comitê de Alagoinhas)

Contribuiu mais no evento regional (I encontro de leitura e literatura infanto-juvenil do comitê); esperava mais participação da coordenação de extensão da UNEB (uma participação mais ativa, reuniões mensais, ajuda para fazer parceria, etc) – isso não aconteceu. (Coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

Em todas as universidades há um espaço, com exceção dos comitês de Vitória da Conquista, a sua sala não está localizada no Campus, além do comitê de Alagoinhas, que não possui nem mesmo um ponto de referência. A contribuição das universidades é bastante semelhante, como a estrutura física, os estagiários e demais insumos pra funcionarem minimamente.

No que refere-se aos editais, o mérito não é da universidade e sim dos comitês em desenvolver projetos que são aprovados como atividades de extensão das universidades. Conforme registrado por algumas coordenadoras, a sua preocupação esta na forma de inserção do comitê na universidade através desses editais que é bastante tênue. O indicado deveria ser a institucionalização dos Programas nas universidades.

Todos os comitês do PROLER das universidades estaduais da Bahia fazem parte das atividades de extensão das suas respectivas instituições. As contribuições variam muito, no caso dos comitês da UESB/Itapetinga, de Jequié e o comitê da UESC as coordenações ocupam espaço da universidade, que variam no tamanho e na quantidade. Os comitês do Proler contam com as universidades para manter suas atividades diárias, além de outros insumos indispensáveis para a operacionalização do comitê, (exemplo, fornecimento de equipamentos, como computadores, impressoras, abastecimento de água, telefone, etc.).

E o comitê da UNEB, no primeiro momento destaca que houve um apoio mais efetivo para o evento regional e só. A atual coordenadora afirma que por ora ainda não possui um lugar fixo para se reunir com a equipe tampouco para realizar as atividades operacionais de administração e planejamento das ações do comitê. Ou seja, a única contribuição que a UNEB oferece ao comitê é apenas o acolhimento do Programa.

A estrutura física atual do Proler

A proposta do Proler é de ser um programa descentralizado, com as atividades sistematizadas e organizadas por seus diferentes participantes espalhados pelas regiões do país. Imperioso, portanto, a existência material do programa, a localização física deste, a referência, a questão do “pertencimento”.

“O comitê PROLER/UESB dispõe de uma sala muito interessante cedida pela Fundação de Cultura do Estado da Bahia”. (Coordenadora do Comitê de Vitória da conquista).

Sem sombras de dúvidas em nível de estrutura este comitê é o que melhor se apresenta principalmente pela excelente localização do comitê o que ajuda bastante na concepção das atividades, visualidade e valorização da comunidade.

“Uma sala equipada com mesas, cadeiras, armário, computador, um bolsista pago pela extensão e um recurso anual para o programa, que nem sempre supre as nossas necessidades”. (Coordenadora do Comitê de Jequié).

A estrutura fornecida pela universidade visa atender as atividades burocráticas do comitê, o qual se utiliza da criatividade, saindo dos muros da universidade para a realização de atividades de leitura.

“Duas salas, (escritório/gabinete e uma sala de leitura)”. (Coordenadora do Comitê de Itapetinga).

Este comitê tem uma estrutura interessante, as salas são espaçosas proporcionando um satisfatório desenvolvimento das atividades sejam as de

coordenação do comitê ou às de incentivo à leitura. Além do espaço privilegiado, a sala é colorida e bastante convidativa ao mundo encantado da leitura.

Hoje o PROLER dispõe de uma sala, onde se localiza a coordenação, espaços para preparação dos bolsistas e estagiários, que também serve como sala de leitura para estudantes da UESC e alunos das escolas do bairro próximo. (Coordenadora do Comitê de Ilhéus).

Embora seja um pouco mais espaçosa do que a sala do comitê de Jequié, a mesma é bastante parecida pelo fato de ser apenas um único espaço, contrapondo-se com a de Itapetinga pelo tamanho e quantidade e com a de Vitória da Conquista por apesar de ser uma é bastante grande, o que possibilita realizar várias atividades ao mesmo tempo num mesmo espaço, tais como alfabetização digital, o escritório virtual, pesquisa bibliográfica.

Por outro lado em Alagoinhas não existe estrutura.

“Não temos estrutura física”. (Coordenadora do Comitê de Alagoinhas)

Meu contrato de professor substituto com a UNEB acabou em 2010 e por esse motivo não posso responder sobre a estrutura física atual, mas na época em que coordenei (como falei acima numa outra resposta) não existia. Uma pena. Desejava uma sala para a coordenação fazer reuniões com monitores, uma biblioteca só com obras infanto-juvenis aberta ao público da região (não consegui nenhum dos dois – solicitei, mas não atenderam minhas solicitações).(Ex-coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

Neste aspecto, temos dois casos extremos: o comitê da UNEB, não tem nada, o da UESB/Vitória da Conquista, tem uma sala no centro cultural da cidade. E as demais ocupam espaço da Universidade (UESC uma sala, UESB/Itapetinga duas salas e UESB/Jequié divide a sala com outro grupo)

A situação da UNEB é diferente das demais, infelizmente não possui um ponto que possa referenciar fisicamente a existência do comitê. Isso pode ser justificado pelo pouco tempo de existência do comitê na região, embora não invalide a falta de sensibilidade por parte dos gestores, que sabem da necessidade de infraestrutura do comitê, mas não se esforçam para tentar atender minimamente o comitê com insumos que permitam seu funcionamento, ficando mesmo toda a responsabilidade por conta da boa vontade e do empenho dos participantes, especialmente da coordenadora, que infelizmente não tem um lugar para realizar

reuniões, planejar as atividades tampouco receber os que procuram conhecer o comitê.

A estrutura física atende as propostas do Proler

Outro aspecto importante relacionado à estrutura é o atendimento das ações, aos planejamentos e gestão do comitê.

Por ser uma sala de leitura com o caráter demonstrativo, ela atende bem as metas do comitê. Ela pretende sugerir outras salas que trabalhe com as linguagens culturais, que promovam encontros de leitura e de outras sociabilidades. É uma sala pública voltada para a inserção. (Coordenadora do Comitê de Vitória da conquista).

“Sim, atende para as questões administrativas, para as ações é necessário buscar outros espaços”. (Coordenadora do Comitê de Jequié).

“Sim atende”. (Coordenadora do Comitê de Itapetinga).

Para os coordenadores dos comitês da UESB, essa estrutura atende às necessidades, mas a estrutura mais acanhada é a de Jequié, o que talvez justifique-se por ter suas atividades interrompidas durante algum tempo. Os outros dois comitês podem desenvolver de forma satisfatória não somente atividades de leitura como também as de estímulo à leitura.

Poderíamos ter um espaço ambientado apropriadamente para leitura das crianças e adolescentes, um ambiente virtual para leituras de textos digitalizados, um espaço para memória da literatura regional, espaço para ensaios de desempenho, preparação de materiais e montagem de cenários e ter o espaço da coordenação com ambiente para reuniões do comitê. (Coordenadora do Comitê de Ilhéus).

A afirmação da coordenadora é bastante fiel ao que existe de espaço para as potencialidades que o comitê pode desenvolver. O espaço também funciona como oficina de atividades de graduação da própria instituição.

“Precisamos de um espaço físico para o comitê PROLER com apoio técnico, logístico, político e intelectual”. (Coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

Não existia estrutura. Sala do comitê (guardar documentos, fazer reuniões, receber parcerias, organização de evento regional); biblioteca infanto-juvenil com obras diversas para receber leitores de toda a região; transporte (ônibus ou caminhão) para biblioteca móvel. (Ex-coordenadora do Comitê de Alagoinhas)

As falas das coordenadoras do comitê da UNEB são semelhantes e pelo que se pode perceber pouca coisa mudou nesses últimos quatro anos de implantação do comitê nessa Universidade.

Com exceção da UNEB, conforme registrado nas outras questões, não possui nenhuma estrutura física. Para a coordenadora a estrutura ideal seria um espaço físico para o comitê com apoio técnico, logístico, político e intelectual. Todos os demais comitês informaram que a estrutura atual atende.

A partir desta pergunta foi possível identificar de forma clara, a questão da liberdade dos comitês em, de acordo com a diversidade cultural brasileira, onde cada um pode criar as ações e projetos de acordo com os perfis do público da região onde estão inseridos. Um único aspecto semelhante em todos quanto às atividades é a realização do Encontro de Leitura, que o comitê da UESC já conta com a sua décima edição, o da UESB/Itapetinga já realizou dezessete encontros, o da UESB/Vitória da Conquista vinte.

As atividades desenvolvidas pelos comitês

Despertar nas pessoas o prazer da leitura não é tarefa fácil, embora alguns acreditem que basta a distribuição de livros, mas incentivar o hábito de ler perpassa o ato que antecede a leitura.

Para Oliveira (2011):

Desde o início, o PROLER já reconhecia a importância da leitura para a construção da cidadania e do desenvolvimento social. Ele nasceu como uma tentativa de se criar uma política nacional de leitura, promovendo a aproximação da sociedade à leitura de forma geral, não apenas a distribuição de livros. Procurando atender à demanda da sociedade por políticas mais participativas, o programa desenvolveu parcerias com municípios e estados, mas também com fundações culturais, universidades e organizações da sociedade civil. (OLIVEIRA, 2011, pp.37-38).

Somando-se a isso podemos ainda perceber que as atividades, além de ter como propósito despertar o hábito à leitura, objetiva também conscientizar às pessoas como um patrimônio cultural, um ato político e social.

Perfazemos um total de dez atividades dentre ações e projetos voltados para estímulo à leitura e inclusão, são eles, sala de leitura Iris Silveira, Museu literário Amélia B. de Souza, Letras de vida: escritas de si e o PROLER Carcerário, Encontros de leitura, Histórias populares do Sertão da Ressaca, Histórias da escola, Nossa terra tem beleza, vale a pena conferir, Alfabetização digital, Escritório virtual, Luminosidade do PROLER, Ponto literário e o projeto Cyro Martins. (Coordenadora do Comitê de Vitória da Conquista).

As ações desse comitê abrangem variadas possibilidades de incentivo a leitura, como por exemplo, a alfabetização digital utiliza como metodologia o uso de literaturas aproximando o aluno às obras literárias.

Atualmente estamos com o programa de rádio Viagem literária, que vai ao ar 4 vezes por semana em dois dias às terças e quintas, no horário de 13 e 18 horas, nas 104,9- 105FM; encerramos o projeto Ninhos Poéticos, em 12 escolas municipais e estaduais de Jequié, Planaltino, Aiquara e distrito de Itajuru, projeto voltado para levar poesia aos alunos e a escrita de poemas para divulgação no programa de rádio. Estamos encerrando a oficina de Contadores Mirins de História, realizado numa escola municipal de Jequié e iremos iniciar uma oficina de imagens num colégio estadual de Jequié. (Coordenadora do Comitê de Jequié).

Estimular na criança não apenas o hábito à leitura, mas também contar histórias é uma proposta com a leitura de forma ampla, pois aumenta no leitor o prazer em ler para contar para as outras pessoas.

Café com Letras, Leituras na Praça, Seminário de Leitura, este é o carro chefe e a contação de história que acontece toda sexta-feira. Houve uma preocupação em não fazer muitas atividades por que estou fazendo doutorado e não quero sobrecarregar as meninas, pois preciso acompanhar de perto. (Coordenadora do Comitê de Itapetinga).

O comitê ao sair para as ruas amplia a possibilidade de incentivo, por ser a praça o local de convergência de pessoas independente de idade, sexo, classe social, escolaridade.

O comitê se reúne regularmente e define quais as ações que serão priorizadas anualmente. Planejamos, distribuimos tarefas, definimos público, mobilização, calendário e parceiros que investirão e com que recursos. (Coordenadora do Comitê de Ilhéus).

As atividades são devidamente planejadas e executadas, o que caracteriza a seriedade como a temática é abordada.

“Formação de agentes de leitura/contadores de histórias”.
(Coordenadora do Comitê de Alagoinhas)

“Trote Literário; Biblioteca Móvel; Realização De Encontro Regional (Com Palestras, Mesas Redondas, Oficinas); Realização de Oficinas Durante Todo o Ano; Contação de Histórias no Campus e na Biblioteca Móvel; Parceria Com o Curso de Biologia, Geografia e Educação Física para a Realização da Ação Denominada Atividade Lúdica No Campus (Com Crianças De Escolas Da Região); Encontro Com Escritores; Seleção E Formação De Monitores; Parceria Com Secretaria De Educação Municipal e Estadual; Participação em eventos com publicação de artigos científico relatando ações do Comitê; Parceria com a biblioteca do campus I”. (Ex-coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

Não se aplica apenas ao incentivo a leitura, mas também ao comprometimento com o livro, sua conservação e seu valor cultural.

Assim várias ações são realizadas pelo comitê a fim de levar aos cidadãos a motivação em pegar um livro, abri-lo e finalmente lê-lo. Foi aqui que pôde ser percebido o pulo do gato dos comitês. Aqui reside o sucesso e a perseverança em trabalhar com o incentivo à leitura, na percepção de cada coordenadora que reside a crença na leitura, a determinação em trabalhar este tema tão estimulante ao mesmo tempo tão carente da sensibilidade das instituições envolvidas na sua assinatura. O segredo está na criatividade e na imensa força de vontade das coordenadoras que fazem o Proler, acontecer, existir e persistir.

Pessoas beneficiadas / atendidas pelo comitê

O Proler caracteriza-se como elemento potencializador para a troca de experiências entre instituições e agentes formadores de recursos humanos preocupados em construir uma sociedade leitora. A fim de visualizar o raio de abrangência das atividades dos Comitês, foi perguntado quantas pessoas eram beneficiadas pelas atividades do comitê.

“Assinaram no livro de registro de visitantes, até o dia 06 de dezembro de 2011: 2.072 pessoas”. (Coordenadora do Comitê de Vitória da Conquista).

É visível as diferenças de pessoas beneficiadas nos comitês, o que variam muito tanto do ponto de vista de gestão como os critérios de registro, de quais as atividades são colhidos dados para quantificar a quantidade de pessoas beneficiadas.

O alcance do programa de rádio estima-se em 7.000 ouvintes. Os ninhos poéticos, acreditamos mais de 1000 leitores, pois foram distribuídos mais de 1500 poesias em 12 colégios. Os contadores mirins a turma foi de 10 crianças e a oficina será oferecida para 30 alunos. (Coordenadora do Comitê de Jequié).

Na fala da coordenadora, percebe-se que não existe um controle para contabilizar com exatidão ao recorrer aos termos “estima-se” e “acreditamos”. Isso não invalida a resposta, pois o que buscamos são indicadores que possam traçar o perfil, as características de cada comitê.

“Temos anotado a partir de 2009, contemplamos 5.996 pessoas. Em 2010 5.875, em 2011 6.256 e este ano não fizemos ainda o relatório. Estes números foram solicitados pela Fundação Pedro Calmon”. (Coordenadora do Comitê de Itapetinga).

Foram contabilizadas nesse comitê 18.127 pessoas atendidas, dentre todos os comitês este é o que registrou a maior quantidade de pessoas beneficiadas.

As atividades dos projetos atendem em média a 5000 pessoas/ano de escolas, hospitais, creches e praças. Ainda realizamos cursos, minicursos, fóruns e o encontro anual, perfazendo, aproximadamente mais 500 participantes. (Coordenadora do Comitê de Ilhéus).

A mesma inexatidão da resposta do comitê de Jequié caracteriza que o foco dessas ações não é quantificar o número de pessoas beneficiadas, mas de oferecer a oportunidade de contato com a leitura.

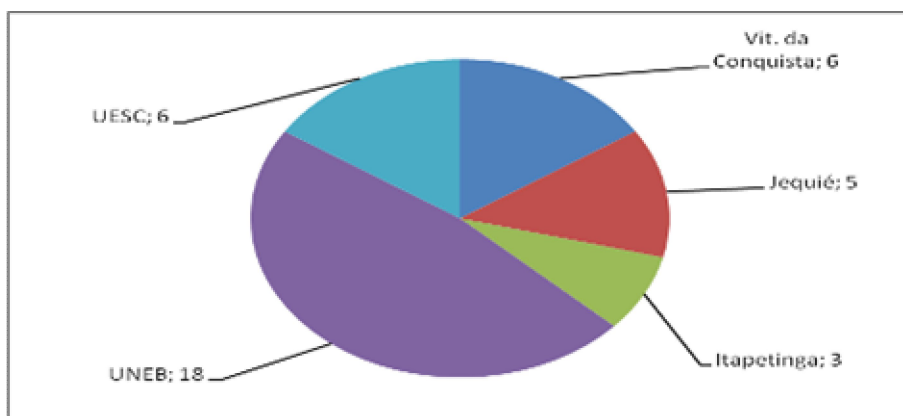
“Por enquanto as atividades beneficiam apenas aos estudantes de letras, mas no futuro essas atividades irão beneficiar as escolas, os asilos e os movimentos sociais”. (Coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

“Em média umas 1000 (de 2008 até 2010) – pessoas que participaram das ações”. (Ex-coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

Ratifico, portanto, as impressões retiradas dos demais comitês que não se preocupam em fazer um controle de pessoas que passam, o que varia muito da própria característica da ação, pois há ações que inviabiliza fazer o controle devido ao próprio tipo de atividade, como por exemplo, contação de história na praça, entre outras atividades.

Ao perguntar o tamanho da equipe de cada comitê, obtivemos variadas respostas. O que mais nos chamou atenção, é que o comitê do Proler da UESB/Itapetinga conta com seis integrantes, e é o comitê com maior quantidade de atividades/ações/projetos e o Proler/UNEB, o qual ainda não conta com um local para desenvolver suas ações possui 18 pessoas. Conforme pode ser visualizado abaixo:

Gráfico 4 – Tamanho das equipes de cada Comitê



Controle (informações/dados) dos participantes desse comitê

O Proler sempre reconheceu a importância da leitura para a construção da cidadania e do desenvolvimento social. Sua criação foi uma tentativa de criar-se uma política nacional de leitura, promovendo a aproximação da sociedade à leitura de forma geral, não apenas a distribuição de livros. Partindo desse princípio nem todos os comitês sentem-se na obrigação de fazer o controle dos participantes das suas atividades, embora a maioria registre para fins de avaliação ou de pesquisa:

“O arquivo das atividades do PROLER é disponibilizado a pesquisadores”.
(Coordenadora do Comitê de Vitória da Conquista).

Pude ter acesso ao arquivo desse comitê, o qual tem tudo devidamente registrado, não só em nível de gestão e indicadores das atividades como também a fim de proporcionar mais um serviço, no caso de fonte de dados para pesquisas.

“Sim, registramos frequência, emitimos certificados, fotografamos e filmamos as atividades e fazemos uma avaliação por ação”. (Coordenadora do Comitê de Jequié).

Aqui a opção em registrar está muito mais ligada a documentar as ações, as memórias do comitê.

“Não”. (Coordenadora do Comitê de Itapetinga).

A primeira vista parece uma contradição entre essa pergunta e a anterior, uma vez que as atividades deste comitê são em parcerias com escolas ou no caso da contação de história, os pais das crianças fazem o registro junto à coordenação do comitê. Isso proporcionou fornecer os dados anteriores. Nesse caso não possui uma base com as informações de todas as pessoas que passaram pelo comitê.

“As instituições representadas pelos membros dos comitês encaminham documento de indicação e apresentação”. (Coordenadora do Comitê de Ilhéus).

“Seleção, cadastro/frequência, formação e projetos de leituras com as escolas”. (Coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

Em Alagoinhas consideram-se apenas os monitores, não há ainda um trabalho voltado para a comunidade externa à universidade.

“Tenho listas de frequências semanais dos monitores de 2008 até 2010, material usado nas seleções de monitores”. (Ex-coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

É possível perceber as diferenças e ao mesmo tempo a liberdade administrativa e operacional de cada comitê.

Os pontos de semelhanças residem na autonomia de coordenar seus respectivos comitês, embora as atividades operacionais mudem de acordo as concepções de cada proposta.

Quanto a esta questão, nem todos os comitês manifestaram o interesse de registrar a quantidade dos participantes em suas atividades. Apenas dois comitês não registram as informações dos participantes, que são os da UESB de Itapetinga e Jequié. Interessante destacar que o de Vitória da Conquista tem o registro minucioso

de todas as atividades diárias. O restante, equivalente a 60% coletam informações sobre os seus participantes.

Crítérios para participar das atividades dos comitês

O Proler foi criado com o intuito de agir como elemento que estimule o entrosamento das pessoas envolvidas na promoção da leitura, assessorando as ações regionalizadas através dos comitês. Esses têm sido verdadeiros executores dos projetos e ações que venham a estimular a leitura no ambiente em que estão inseridos. Para fazer parte das suas ações cada comitê estabelece seus critérios de acesso dos participantes:

“Todos têm direito a participar das ações do PROLER, é um comitê auto-gestionário, libertário e aberto”. (Coordenadora do Comitê de Vitória da Conquista).

As pessoas podem se inscrever nos projetos ou nos procurar no comitê para saber de que maneira podem colaborar para as ações, ou ainda participar de nossas reuniões abertas. Qualquer pessoa pode participar. (Coordenadora do Comitê de Jequié).

“O acesso é livre para qualquer pessoa, desde quando saiba ler”. (Coordenadora do Comitê de Itapetinga).

“Não há critérios rígidos. Todas as pessoas da comunidade acadêmica e em geral podem atuar como voluntário nas ações do PROLER”. (Coordenadora do Comitê de Ilhéus).

“Seleção escrita, entrevista e participar ativamente da formação”. (Coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

“Pra ser monitor tinha que participar da seleção; Para as ações fazer inscrições”. (Ex-coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

Todos os comitês compartilham da concepção de que todos devem ter acesso às atividades de incentivo e valorização da leitura. Embora a coordenação atual do comitê da UNEB, não esteja ainda desenvolvendo atividades com a comunidade externa, defende o acesso irrestrito a todos que queiram participar das atividades de incentivo à leitura.

Impacto do Proler na universidade

O senso comum acredita que a universidade não seja apenas um local de ensino de conteúdos propriamente dito, mas como um espaço que possibilite a formação profissional, ética e crítica do cidadão, esses conhecimentos são portanto, molas propulsoras para o desenvolvimento na formação do capital intelectual e social do país.

Os projetos, serviços e iniciativas fomentados pelas universidades são sempre positivamente bem visto na sociedade, conforme expresso nas falas das coordenadoras:

“Respeito e credibilidades, pois é um projeto de extensão que funciona há 21 anos”. (Coordenadora do comitê de Vitória da Conquista).

“Sim, como trabalhamos com alunos nas oficinas estamos sempre formando mediadores e multiplicadores de leitura, fato positivo na formação do licenciado”. (Coordenadora do comitê de Jequié).

Sim, o impacto das pessoas sentirem a valorização que a leitura faz... Olha deixa eu te dizer uma coisa – não é pra todo mundo que eu falo não – mas eu tenho o título de cidadã itapetinguense por causa do PROLER...então a Câmara me deu isso assim...então quando vejo que tem muitas gente que talvez nem tanto na questão profissional..tem depoimento da participação do PROLER na sua vida...então eu acho que tem. (Coordenadora do comitê de Itapetinga).

“As atividades do PROLER, além de incidir sobre a formação dos alunos, abrem espaço para uma atuação comprometida da universidade com a comunidade do seu entorno”. (Coordenadora do comitê de Ilhéus).

“Há. O desejo dos estudantes em participar das oficinas”. (Coordenadora do comitê de Alagoinhas).

Acredito que o comitê despertou a vontade de trabalhar no incentivo à leitura; Tivemos mais alunos querendo pesquisar o incentivo à leitura na região através do tcc; Recebemos congratulações no diário oficial do estado da Bahia pela nossa ação trote literário. (Ex-coordenadora do comitê de Alagoinhas).

Sem exceção, todos os coordenadores apontam o impacto positivo do Programa na universidade. Vale destacar ainda que a ex-coordenadora foi motivada para ser coordenadora do comitê devido a experiência que teve com o programa quando era estudante de graduação, o que nos leva a afirmar a influência do Proler na formação de profissionais que preocupam-se com a temática.

Há exceção da fase de implantação do comitê da UNEB, sendo que o impacto reside no interesse dos estudantes em participar das oficinas. Os demais comitês foram unânimes em sinalizar que o impacto está na credibilidade institucional.

Monitoramento do aprendizado dos participantes desse Proler

Cabe à linguagem, através da leitura e da escrita, o papel de registrar, preservar e difundir esse produto de inteligir – o conhecimento, resgatando-o perpetuando-o como informações, devidamente codificadas. Nesta perspectiva, e de acordo com essa concepção, o entendimento dos objetivos do comitê para os coordenadores, apresentou opiniões interessantes, debruçadas na forma de compreender as atividades de estímulo à leitura:

“Sim. As avaliações, as cartas, os depoimentos estão a disposição dos pesquisadores”. (Coordenadora do Comitê de Vitória da Conquista).

A coordenação desse comitê registra tudo, seja no livro de frequência de visitantes, seja no diário das atividades da equipe ou no blog do comitê, nada passa despercebido, nem a minha visita ao pesquisar o comitê para este estudo.

“Não, o conhecimento é algo percebido quando das iniciativas, da realização de ações e do comprometimento com a leitura ao longo da vida”. (Coordenadora do Comitê de Jequié).

Monitoramento não tem não, nem é esta a proposta... Mas o que a gente tem assim é perguntar se a atividade influenciou, se foi bom, que resultado teve... Mas não como uma coisa de monitoramento. Se o que a gente fez valeu a pena ou não. É mais uma avaliação. (Coordenadora do Comitê de Itapetinga)

“Ainda não. Temos falado sobre uma rede PROLER na Bahia para fortalecer as ações dos comitês baianos, mas ainda não foi concretizado”. (Coordenadora do comitê de Ilhéus).

Aqui há consenso dos três comitês da UESB com o da UESC e UNEB de que não há o interesse em monitorar as ações por opção desses comitês.

“Sim. No final da formação eles apresentarão um projeto para ser implantado nas escolas”. (Coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

A coordenadora refere-se ao monitoramento do aprendizado dos monitores, o que é bastante interessante. Com base no que foi aprendido eles elaboraram um projeto para ser desenvolvido nas escolas. Isso mais uma vez confirma que os comitês do Proler também funcionam como laboratórios para os alunos de graduação, sendo mais um motivo para a sensibilização dos gestores das universidades, em ver os comitês não apenas como uma atividade de extensão, mas também de graduação e pesquisa. Em Alagoinhas o objetivo não é monitorar:

“Não. De forma alguma. Não queremos monitorar. Queremos apenas contaminar todos os possíveis leitores. Despertar o contato e prazer em ler”. (Ex-coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

É visível que os pontos de vista quanto aos procedimentos operacionais são divergentes, porém, a essência da concepção da leitura é a mesma, a sua importância na formação de leitores.

Nem todos os comitês manifestaram o interesse em monitorar o aprendizado dos participantes em suas atividades.

Apenas dois comitês não registram as informações dos participantes, que são os da UESB de Itapetinga e Jequié. Interessante destacar que o de Vitória da Conquista tem o registro minucioso de todas as atividades diárias. O restante, equivalente a 60% coletam informações sobre os seus participantes. Por ser a pergunta muito parecida com a 15ª a resposta acompanha o mesmo raciocínio.

Parceiros na concepção e execução das atividades do comitê

A concepção do Programa Nacional de Incentivo a Leitura, por si só, exige que os comitês busquem parcerias. Isso acontece pela limitada assistência que a coordenação Nacional concede aos comitês.

Segundo Copes (2007)

O Proler age como parceiro de diversas instituições que formam recursos humanos e busca apoios econômicos em linhas complementares a esse trabalho. Esse programa vem trabalhando com ações básicas que visam à constituição de uma sociedade leitora numa troca de experiências, através de uma Rede Nacional de Leitura. (COPES, 2007p. 43).

Assim, para manter-se e conseguir atender aos objetivos do Programa, os comitês precisam sair a procura de parceiros que apoiem a realização das suas atividades. Conforme os depoimentos, não há um tipo específico de parceria, podem ser da iniciativa privada, da pública, pessoas físicas, portanto, os parceiros são pessoas e instituições dispostas a ajudar os comitês na execução das suas ações de estímulo à leitura:

“UESB, Faculdade Independente do Nordeste - Fainor, Faculdade Juvêncio Terra Superior”. (Coordenadora do Comitê de Vitória da conquista).

Esse comitê mantém os mesmos parceiros que assinaram o termo de convênio, ou seja, as duas Instituições de Ensino superior particulares de Vitória da Conquista.

Contamos com a parceria das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, com a disponibilidade de um profissional, duas vezes por semana e, nas ações em espaços públicos, e da 105 FM, com disponibilização do tempo na grade para o programa de rádio Viagem Literária. (Coordenadora do Comitê Jequié).

O comitê de Jequié possui dois parceiros de grande contribuição para o incentivo à leitura, sendo que um entra com a parte da aprendizagem e o outro com a divulgação e disseminação desses processos.

“Sim, temos a CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas), Secretaria de Educação - DIREC, as empresas, a Vale Dourado, PROLEIC, o Sindicato Rural, os fazendeiros. Temos um leque muito grande e diversificado”. (Coordenadora do Comitê Itapetinga)

A coordenadora do comitê de Itapetinga tem uma variedade de parceiros de todos os tipos que vão de entidades sem fins lucrativos como as empresas privadas e até pessoas físicas.

“Além das instituições representadas no comitê, a tv Santa Cruz é uma parceira e algumas secretarias de educação, academia de letras de Ilhéus”.
(Coordenadora do Comitê Ilhéus)

“Tem sim. Há os pedagogos, professores e psicólogo da Secretaria Municipal de Educação”. (Coordenadora do Comitê de Alagoinhas)

“UNEB; Proler nacional; bibliotecas municipais; secretaria de educação; comerciantes locais; professores da UNEB; graduandos e graduados da UNEB; professores de outras universidades”. (Ex-coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

Os comitês da UESC e UNEB se assemelham ao de Jequié com os seguimentos afins que contribuem para o incentivo à leitura.

Para esta resposta todos foram unânimes, embora nem todos façam parte da concepção das propostas, e sim na execução das atividades, o que nos leva a afirmar que nenhum dos comitês trabalha isolado. Todos têm parceiros e muitos deles em comum, tais como as secretárias de educação e cultura dos municípios.

Intervenção do Proler Nacional nas atividades dos comitês das universidades estaduais da Bahia

As fases das políticas públicas, de acordo Howlett e Ramesh (1993) consistem em: montagem da agenda; formulação da política; tomada de decisão; implementação e avaliação, assim o estudo procurou saber se na fase da tomada de decisão era de competência apenas da coordenação nacional do Proler, sem a participação dos comitês regionais. O intuito era saber se o Proler está de fato alicerçado em políticas públicas com todos os ciclos de uma política pública ou simplesmente pelo fato de ser uma política criada pelo governo federal?

“Apenas o compartilhamento das ações do comitê por blog, site e facebook”.
(Coordenadora do Comitê de Vitória da Conquista).

“Não”. (Coordenadora do Comitê de Jequié).

Intervenção tem no sentido assim... Por exemplo, esse ano, eles queriam que a gente colocasse o nome do evento “20 anos de PROLER no Brasil” uma coisa assim. Eu não gosto muito não nem eu nem Heleusa a gente não obedece muito não... Por que uma coisa no nacional caberia... Mas fazer uma menção do PROLER Nacional tem que fazer menção no daqui que a gente vai chamar as pessoas... Lógico que a gente vai falar do daqui vai estar falando do nacional... Mas tem algumas coisas que a gente não obedece não... Teve algumas administrações que falavam assim “fulano não pode vir”¹³ eles não pagavam. A gente achava um patrocinador e trazia e pagava. Então nem eu nem Heleusa deixamos que nada dessas coisas interferissem. Por que tem muitas brigas de ideologias, de lado, não é tanto nas políticas partidárias, mas nas políticas de leitura... Eu também não gosto que fique pedindo muita coisa nesse sentido não.(Coordenadora do Comitê de Itapetinga).

“Ainda não. Temos falado sobre uma rede PROLER na Bahia para fortalecer as ações dos comitês baianos, mas ainda não foi concretizado”. (Coordenadora do Comitê de Ilhéus).

“Não há”. (Coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

“Às vezes sugestões ideológicas (que são discutidas) nos encontros no Rio de Janeiro. Intervenção não”. (Ex-coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

Todos os comitês foram unânimes em registrar que não há intervenção direta do Proler Nacional nas gestões dos comitês no que refere-se ao planejamento das ações. Tanto a coordenadora de Itapetinga quanto a ex-coordenadora do comitê da UNEB comentaram sobre a existência de intervenção política, ideológica, mas operacional não.

O que nos remete a lembrar, conforme citado por Teixeira (2002) que os objetivos das políticas estão sempre ligados a questões de juízo de valor contemplando os interesses dos que tomam decisão “mesmo que, para a sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados”. Por outro lado podemos identificar que esses posicionamentos não são obedecidos pelos coordenadores.

¹³ Refere-se aos cursos de contação de histórias. Os comitês encaminham os nomes para que o PROLER/nacional forneça as passagens e diárias... Ou pague o Pró-labore para os ministrantes dos referidos cursos.

Mas um ponto de convergência entre os comitês das universidades estaduais da Bahia, não há nenhuma intervenção de como os comitês devem executar suas atividades.

Municípios que o Comitê abrange

Se formos levar em conta que o estado baiano possui 417 municípios, e que os comitês do Proler pesquisados envolvem em suas atividades 45 municípios, podemos afirmar que aproximadamente 10% dos municípios baianos são contemplados. Isso de fato é muito pouco para atender as demandas sociais quanto a formação de uma sociedade leitora.

“Atende os municípios de Vitória da Conquista, Belo Campo e Anagé”.
(Coordenadora do Comitê de Vitória da Conquista).

“Jequié, realizamos uma ação em Planaltino e Aiquara”. (Coordenadora do Comitê de Jequié)

“Só os municípios da microrregião, dez (10): Catiba, Firmino Alves, Itaratim, Ibicuí, Itororó, Itambé, Macarani, Maiquenique, Nova Canaã, Potiraguá”.
(Coordenadora do Comitê de Itapetinga).

28 (vinte e oito) municípios. Selecionamos, inicialmente, como meta, os municípios que são da jurisdição das DIREC 06 e 07. Temos tentado mobilizar a todos, mas a resposta é lenta. Já conseguimos reunir 14 municípios no fórum de políticas públicas do livro e da leitura do sul da Bahia. (Coordenadora do Comitê de Ilhéus).

“Apenas o município de Alagoinhas, mas os estudantes de letras levam o projeto para seus municípios”. (Coordenadora do Comitê de Alagoinhas)

“Mais ou menos uns 24 municípios, pois a UNEB funciona em 24 campi em cidades do Estado da Bahia e divulgávamos as ações em todos eles, solicitávamos participação, etc”. (Ex-coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

As quantidades de municípios abrangidos pelos comitês variam com base nas informações prestadas pelas coordenadoras, podemos perceber que perfazem um total de aproximadamente 67 localidades. Isso é muito pouco, pois se formos considerar os municípios pertencentes a cada microrregião que os comitês fazem

parte, apresentando um déficit, que fica ainda maior quando comparado às microrregiões que não possuem comitês. De acordo com o exposto na tabela 4:

Tabela 4: Relação dos municípios e sua respectiva microrregião.

Município	Quantidade de município na microrregião
Alagoinhas	9 (nove)
Ilhéus	41 (quarenta e um)
Itapetinga	9 (nove)
Jequié	26 (vinte e seis)
Vitória da conquista	17 (dezessete)
Total	102 (Cento e dois)

Impacto do Proler na região que ele está localizado

No ambiente de exigências de políticas públicas de incentivo à leitura tem resultados variados e bastante camuflados. Entretanto são perceptíveis, como podemos certificar através das *“publicações do projeto Histórias Populares do Planalto da Ressaca e o Programa Letras de Vida que já tem publicação internacional”*. (Coordenadora do comitê de Vitória da Conquista)

No que refere-se à indicação de números, gráficos e tabelas, não há dados como sendo, perceptível em nível de qualidade, através dos participantes dos eventos, de outras formas de estimular a leitura, da sociedade perceber a importância da leitura na formação de uma sociedade mais justa e desenvolvida, nas chamadas midiáticas, nos prêmios recebidos pelos coordenadores, no impacto bibliográfico. *“Não temos como medir. Mas sabemos de diversos relatos envolvendo mudança de vida após o convívio com o Proler”*. (Coordenadora do Comitê de Jequié).

Eu acho que tem. No meu entender e nas avaliações que são feitas, essa questão da leitura começou aqui na região por conta do PROLER. Lógico que o governo hoje, tanto o federal, como os três né? No estadual não temos não, eu acho... Tem mais a questão cultural junto a Fundação¹⁴, mas dizer que a Secretária de Educação,

¹⁴ Fundação Pedro Calmon, através dos editais de cultura.

de projeto mesmo, eu acho que ainda falta... Mas nesta questão da leitura eu acho que foi o PROLER que iniciou essa discussão, essa valorização da leitura, tanto na escola quanto em outros espaços. No caso aqui o PROLER teve muita referência. Até por conta das escolas, principalmente algumas particulares colocarem salinhas de leitura. Se você perguntar, algumas, teve essa participação, assim, mesmo que pequena, mas teve do PROLER. Hoje já tem muitos projetos, mas o ponta pé assim da leitura, eu posso dizer que foi o PROLER. (Coordenadora do Comitê de Itapetinga).

“O PROLER é referência de ação continuada e efetiva no incentivo à leitura. Tem formado mediadores de leitura e tem mantido uma discussão pública de que a leitura é um bem cultural que deve ser garantido a todos”. (Coordenadora do Comitê de Ilhéus)

“Enorme porque antes já existiam algumas ações isoladas e estávamos unindo forças em prol da leitura”. (Ex-coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

Ou seja, o PROLER foi o primeiro passo para que se reflita sobre suas ações, que ele seja avaliado, medido, melhorado, mas nunca extinto, com exceção da fase de implantação do comitê da UNEB, pois no momento não tem como responder, haja vista estar em fase de formação de monitores/agentes de leitura. Os demais comitês foram unânimes em sinalizar que o impacto está na referência tanto do programa quanto da instituição que o abriga. (Coordenadora do de Alagoinhas).

Proler atende a expectativa da sua proposta de criação

A criação do Proler buscou reforçar através do estímulo a leitura às camadas menos privilegiadas, o desenvolvimento do capital social a fim de, através dele, fomentar um desenvolvimento econômico do país. O que pode ser facilmente identificado no depoimento das coordenadoras:

“Tem feito o que pode o que é possível e sem interrupções”. (Coordenadora do Comitê de Vitória da Conquista)

“Sim. Vem atendendo”. (Coordenadora do Comitê de Jequié)

“Eu acho assim... Que ele não vem atendendo tudo tem muita coisa pra se fazer ainda... Tem muita coisa... Mas é que não pode correr muito não devagarzinho a gente chega lá...” (Coordenadora do Comitê de Itapetinga).

O PROLER local ajustou-se a proposta de representatividade dos segmentos sociais, nestes últimos anos, projetando-se não como um projeto extensionista da universidade, mas como um comitê representativo e propulsor para mobilizar políticas públicas de leitura e ações de incentivo à leitura. (Coordenadora do Comitê de Ilhéus).

“Em parte não tem contribuído com seu objetivo que seria incentivar a leitura e criar projetos com as comunidades mais carentes.” (Coordenadora do Comitê de Alagoinhas).

Sim se observarmos os comitês e os esforços dos coordenadores e todos os envolvidos em cada região; Não se observamos a falta de apoio do governo federal com relação a cada comitê. Se ele criou a proposta e nos convoca que dê apoio para as ações e não é isso que vi. (Coordenadora do comitê de Ilhéus).

Conforme os registros, todas as coordenadoras acreditam que o Proler confirma o objetivo pelo qual foi criado.

Para os comitês da UESB, como para o da UESC, vem atendendo sim, embora reconheçam que muito ainda há de ser feito. Enquanto que o comitê da UNEB destacou que em parte não tem contribuído.

5.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com relação dos objetivos propostos para esta pesquisa, faz-se necessário apontar aspectos relevantes dos dados apresentados, indicar limitações do estudo e propor estudos futuros sobre o tema.

Como o ponto de partida norteador da pesquisa era saber quais as similaridades e divergências dos comitês representativos do Programa Nacional de Incentivo a Leitura nas Universidades estaduais da Bahia – UESC, UNEB, UESB.

Em relação às similaridades, destacam-se os seguintes pontos:

- 1** Através da pesquisa de campo, foi possível perceber que as maiores similaridades dos comitês estão em serem atividades de extensão das universidades as quais fazem parte, ou seja, todos os comitês do PROLER das universidades pesquisadas submetem aos editais de extensão, o que caracteriza um vínculo não permanente com a instituição. Evidencia-se portanto o pouco auxílio por parte das Universidades. Os comitês não estão institucionalizados nas universidades. Isso evidencia certa fragilidade da relação deste comitê junto a instituição. É algo meio antagônico a universidade assinar um termo de compromisso, de parceria e submeter os comitês às seleções de editais;
- 2** Foi possível identificar também que nenhum deles recebe apoio direto da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, as quais hierarquicamente fazem parte. O Estado da Bahia não tem política de apoio ao comitê;
- 3** Nenhum dos comitês é diretamente assistido pela Coordenação nacional do Programa Nacional de Incentivo a Leitura – Proler, tampouco do Ministério de Cultura. A Coordenação Nacional dá autonomia aos programas locais;
- 4** No que se refere a investigação das características de divergência do PROLER nas Universidades estaduais da Bahia, a maior diferença está na parte de estrutura. Foi possível perceber que o comitê do PROLER de Vitória da Conquista é o que apresenta o melhor espaço físico, enquanto que o comitê da UNEB não

possui nem uma sala como referência de sua existência. Para responder a tamanha diferença talvez o fato do primeiro ter sido implantado no tempo em que a coordenadora era vice-reitora e o segundo é muito recente ainda.

5 Dentre as atividades realizadas pelos comitês, foi possível identificar a liberdade das ações de cada comitê voltadas para seu público alvo, com exceção do campus de Jequié. Todos os demais realizam anualmente o Encontro do PROLER, evento este voltado para a reflexão e o debate sobre as políticas públicas de incentivo à leitura e ao livro, com oficinas e minicursos e formação de multiplicadores.

6 As dificuldades encontradas durante a implantação e na execução das atividades de estímulos à leitura, deparadas pelos comitês residem na burocracia, na falta de recursos e na descontinuidade dos programas em razão das interferências políticas dos gestores.

7 Durante o desenvolvimento do estudo, surgiram algumas limitações da pesquisa, a primeira está na amostragem utilizada, a qual poderia ter sido com os participantes das atividades de cada comitê do PROLER, uma quantidade maior de atores, para uma melhor aproximação do objeto. O que podemos concluir que este estudo não se esgota aqui.

*“Oh! Bendito o que semeia
Livros...
Livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro, caindo n’alma
É germe – que faz a
palma...
É chuva – que faz o mar!”*

Castro Alves

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de investigação científica, procuramos apresentar um panorama a respeito das pesquisas que tratam sobre as Políticas Públicas de Leitura no Brasil, em destaque o Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER. Ao investigar esse Programa, procuramos focar as políticas de leitura numa dimensão social, levando em consideração que este processo de elucubração científica nos possibilita literalmente a oportunidade de criar mecanismos estratégicos capazes de nos inserir através de ações sócio educativas dentro dos contextos macro e micro das políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil.

Temos a convicção de que os processos de alfabetização e leitura clamam por iniciativas que venham mitigar a dura realidade das pessoas menos favorecidas do Brasil. Com isso acreditamos que uma medida providencial é o investimento em políticas públicas de incentivo à leitura. De acordo com os estudos do INEP e PISA, a discrepância educacional é imensa entre os estados brasileiros, mostrando as regiões norte e nordeste como as piores.

Reconhece-se que o espaço da escola está voltado ao aprendizado inicial da leitura, sendo a biblioteca pública o equipamento que possibilita a democratização do acesso aos livros. Desta forma, podemos corrigir os erros e os equívocos do passado, porque vale ressaltar, o gosto pela leitura continua latente. A ausência de avaliação de políticas públicas de incentivo à leitura significa o não reconhecimento do valor do seu objetivo por parte do governo e através da sociedade.

O exercício de aprender a leitura é uma prática que forma relações, em diversos segmentos da sociedade, a exemplo da escola, no universo familiar, além dos demais ambientes de convívio social. Dentro desta perspectiva, vale lembrar

que, mesmo longe de fazer parte do cotidiano do brasileiro, a prática da leitura deve funcionar como aquisição de conhecimento.

Nos tempos atuais, em que há uma difusão preponderante de informações, é oportuno lembrar que é importante checar, filtrar e analisar a informação que se adquire, pois obter informação é muito diferente de adquirir conhecimento. Por isso, a leitura é um importante instrumento capaz de fazer o Ser humano compreender, de forma crítica, a realidade que o cerca. Assim, este estudo procurou apresentar a leitura enquanto direito social e conseqüentemente como função do Estado formar leitores. Ao poder público compete não só implantar políticas públicas para a formação de leitores, mas por criar condições de melhoria, tanto de acesso ao livro como de medição da leitura. A pesquisa nos concedeu a capacidade de entender que, há muitas disputas de interesses na estruturação e desenvolvimento da implementação de políticas públicas, onde os conflitos de interesse nem sempre correspondem aos interesses de grupos da sociedade civil organizada.

Assim, o processo de investigação desta pesquisa buscou analisar preferencialmente o PROLER, implantado nas universidades estaduais da Bahia. Isso se deve ao fato do mesmo estar inserido no núcleo das políticas de incentivo à leitura, promovidas atualmente pelos governos estadual e federal. Interessante chamar a atenção que em 2007, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério da Cultura foi reestruturado, sendo criada, portanto, a Secretaria de Formulação e Avaliação de Políticas Culturais, através do Decreto 4.805, de 12 de agosto, o que nos leva a observar que o Proler faz parte de políticas culturais deste ministério e que já se passaram 5 anos sem uma avaliação deste programa.

A pesquisa desenvolveu-se a partir da aquisição de material de cunho textual, ou seja, investigamos textos de variadas modalidades, desde artigos, dissertações, teses, e documentos elaborados pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), relacionados ao PROLER, leis e resoluções de órgãos oficiais, visando compreender o processo de implementação do PROLER. Partindo disso, os documentos foram estudados e analisados com o propósito de esclarecer a relação entre teoria e a viabilidade prática deste projeto de pesquisa. Soma-se a isso, as informações obtidas por meio de documentos e aplicação de questionários junto aos

coordenadores de cada comitê do PROLER localizados em cada uma das três universidades: UESB, UESC e UNEB.

Sendo assim, os resultados até então, obtidos através das pesquisas bibliográficas (periódicos, livros, jornais e documentos) e de campo (documentos e aplicação de questionários) indicaram basicamente que: **a)** não há uma avaliação precisa por parte do Estado quanto à implementação das políticas públicas de incentivo à leitura; **b)** os resultados não são acompanhados de perto, ou seja, os efeitos práticos desse tipo de projeto são desconhecidos entre a grande parte das escolas e das comunidades envolvidas; **c)** existe um distanciamento das políticas públicas e a sua efetiva aplicação na formação de leitores; **d)** há uma grande demanda em relação a formação de mediadores; **e)** verificou-se uma lacuna entre a escola e a família, em nível de mediação ou fomentação de incentivo a leitura; **f)** observou-se uma diversidade em termos de aplicação e desenvolvimento das políticas do PROLER em cada universidade, assim como a pequena participação da comunidade em torno das mesmas. **g)** a análise dos dados fornecidos pelas fontes localizadas possibilitou constatar que não houve uma política sistematizada de incentivo à leitura por parte do Estado.

Isso só faz reforçar a hipótese de estudo deste trabalho de investigação científica apontando que, os comitês, enquanto executores, de políticas públicas de incentivo à leitura tem a possibilidade para tomar decisões cruciais de uma política setorial, o que pode descaracterizar a proposta inicial do formulador. Além disso, outro fator de grande importância norteia esta pesquisa que, por tratar-se de três instituições estaduais de ensino superior e, por conseguinte subordinadas à Secretária de Educação do Estado da Bahia, este estudo consegue responder ao objetivo geral da pesquisa que seria identificar suas similaridades e diferenças mais precisamente através dos comitês representativos do Programa Nacional de Incentivo à Leitura nas Universidades estaduais da Bahia – UESC, UNEB, UESB.

Além de responder aos objetivos específicos deste trabalho de iniciação acadêmica como por exemplo, identificar as realizações de atividades de estímulo à leitura na circunscrição de cada comitê; mostrar as dificuldades encontradas durante a implantação e na execução de atividades de estímulos à leitura deparada pelos comitês. Através deste estudo podemos sinalizar avanços consideráveis em relação

à prática da leitura aplicadas pelas políticas públicas de incentivo à leitura. Contudo, esse movimento é ainda ínfimo em relação a magnitude do problema de leitura existente no Brasil. É oportuno afirmar que a abordagem e o estudo sobre o PROLER não se esgota nessa pergunta pois a sua temática é ampla e diversa, o que nos faz acreditar que o mesmo pode ser viável e explorado em nível de uma pesquisa em um curso de doutorado.

Assim podemos apontar que as atividades desenvolvidas pelos comitês localizados nas universidades são ações inovadoras de serviços, pois conforme pesquisado, as atividades dos comitês são planejadas e que resultam de uma busca consciente e intencional de oportunidades para criar ações dentro e fora dos comitês, a fim de proporcionar aos envolvidos todas as formas possíveis de integração entre leitor e leitura. Desta forma, a comunidade ao entorno da universidade terá leitores já receptíveis às exigências do cotidiano acadêmico e conseqüentemente com resultados satisfatórios nas avaliações, o que resultaria no status intelectual tão almejado pelas universidades, diminuindo o índice de alunos analfabetos funcionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Cristina C. Lavrador. Leitura colaborativa-crítica: a leitura como ato social e político. In. __ **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 13, n. 21, p. 143-150, jan./jun., 2004.

ALQUERES, Hubert. Por uma nação de leitores. In. **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008.

BAHIA, José Pérciles Diniz. O jornal impresso na formação de consciência crítica. In. __ **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 13, n. 21, p. 129-141, jan./jun., 2004.

BAIARDI, A; MENDES, J. A essencialidade do progresso técnico no desenvolvimento regional e os novos instrumentos de intervenção estatal: política industrial e lei de inovação. In. __ **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 14, n. 3, p. 473-485, 2004.

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In. __ MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011. p.138-172. Online: disponível em: <www.ims.uerj.br/ccaps>. Acesso em: 22 de Out. de 2012.

BOCCHETTO, João Galvão. As mudanças no PISA: a introdução da prova eletrônica na avaliação internacional em 2012. In. __ **Revista Educação. n. 175**. [novembro 2011]. São Paulo: Entrevista concedida a Beatriz Rey. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/175/as-mudancas-no-PISAjoao-galvao-bacchetto-gerente-nacional-do-PISA-240266-1.asp>>. Acesso em : 21 de ago. de 2012.

BARROS, Flávia Cristina oliveira Murbach de; Dias, Luiz Antonio Xavier. Vamos ler? formar leitores no espaço escolar: um impasse na contemporaneidade. In. __ **Revista Linha Mestra**. 2009, N.13.<Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/linha-mestra/revistas/revista_13/art13_01.asp.html>. Acesso em 26 de set. de 2012.

BERENBLUM, Andréa. **Por uma política de formação de leitores**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BONETI, Lindomar Wessler. **Educação exclusão e cidadania**. 3. ed. Ijuí, RS: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2003. 208 p.

BORGES, Claudia Moreira. **Desenvolvimento Local e Avaliação de Políticas Públicas: análise de viabilidade para construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São Jose do Rio Preto**. 2007. 216f.

Dissertação (mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

BUARQUE, Cristovam. Caminho mágico. In. **Políticas públicas do livro e leitura**. Brasília: OEI; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 39-44.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CÂMARA, Heleusa Figueira. Reinvenções da vida em escritas na prisão. In. **Em Aberto**. Brasília, v. 24, n. 86, nov. 2011. p. 105-126. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2581/1770>>. Acesso em: 29 de set. de 2012.

_____. O Programa Nacional de Incentivo à Leitura completa 15 anos, e a Folha PROLER conta um pouco dessa história, em homenagem a todos os personagens que ajudaram a construí-la. In. **Folha Proler**. Ano IX nº 25. 2007. Disponível em: <<http://www.bn.br/proler/images/PDF/folha25.pdf>> Acesso em: 20 de set. de 2012.

CASTRO, Jorge Abrahão de; RIBEIRO, José Aparecido. **Situação social brasileira : 2007**. Organizadores: Jorge Abrahão de Castro, José Aparecido Carlos Ribeiro. Brasília (DF): Ipea, 2009. 214 p.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Destino Educação: diferentes países. Diferentes respostas – características gerais do PISA, principais resultados e critérios de escolhas dos países**. São Paulo: Sesi; futura, 2011. Disponível em: <<http://www.futura.org.br/wp-content/uploads/2011/09/destinoeducacao.jpg>> Acesso em 01 de setembro de 2012.

CINTRA, F.; PERES, S. M. O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER). In: **IV SEPEC, 2008, CATALÃO - GO. Caderno de Resumos do IV Sepec: Simpósio de Ensino, Pesquisa e. Catalão - GO**: UFG-Campus Catalão, 2008. v. 1. p. 147-14.

COPES, Regina Juniaki. **Políticas Públicas de Incentivo à Leitura: um estudo do projeto Literatura em Minha Casa**. Ponta Grossa: Universidade de Ponta Grossa (Dissertação de mestrado) 2007.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Disponível em <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper06.pdf>> Acesso em 13 de ago. de 2012.

DAGNINO, R. Metodologia de análise de políticas pública. In: DAGNINO, R. et al. **Gestão estratégia da inovação: metodologias para análise e implementação**. Taubaté: Cabral Universitária, 2002. Disponível em <www.oei.es/salactsi/rdagnino1.htm>. Acesso em 21 ago. de 2012.

DI GIOVANNI, Geraldo. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Disponível em <<http://www.nepp.unicamp.br/index.php?p=117>> Acesso em 06 de out. de 2011.

DAL VESCO, Dionez Dal Prá; GALEAZZI, Márcia Sueli Marchesi. Leitura e interpretação na diversidade textual. Disponível em: <http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/ensinoFundamental/LEITURA_INTERPRETACAO_DIVERSIDADE_TEXTUAL.pdf>. Acesso em 02 de Out. de 2012.

FALCÃO, Elis Beatriz de Lima; OLIVEIRA, Luciana Domingos; MOREIRA, Rachel Curto Machado. Narrando políticas públicas de incentivo à leitura de alguns municípios da grande Vitória. In: **XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação Universidade Federal do Espírito Santo**. Espírito Santo, 2009. Disponível em <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/100.pdf>. Acesso em 21 de agosto de 2012.

FERNANDES, P. V. N. D.; SANTANA, S. O Programa Nacional de Incentivo a Leitura - PROLER - na Bahia: breves considerações In: **XXIV Congresso Nacional de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação**, 2011, Maceió - Alagoas.

FERREIRA, M. L. S.; Nunes, S. M. L. Desigualdades sociais X desempenho em leitura dos estudantes brasileiros no PISA. In: **Cuarto Congreso Nacional/ Tercer Encuentro Internacional de Estudios Comparados en Educacion, 2011**, Buenos Aires. Cuarto Congreso Nacional/ Tercer Encuentro Internacional de Estudios Comparados en Educacion, 2011. Disponível em: <<http://www.saece.org.ar/docs/congreso4/trab15.pdf>> Acesso em 05 de Out. de 2012.

FOLHA do Proler. Rio de Janeiro, julho de 1999, ano III; n. 7. p.8 Disponível em: http://www.bn.br/proler/images/PDF/1999_jul.pdf. Acesso em 21 de agosto de 2012.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1994.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 50. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 87 p. (Coleção questões da nossa época; 13).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p.

GOLDIN, Daniel. En torno a las políticas públicas del libro y la lectura. In: **Pasajes de la edición**: hablan los profesionales. Guadalajara: Cerlalc: Universidad de Guadalajara, 2003. p. 162–168.

JAMBEIRO, Othon; BORGES, J.; BARROS, S. Políticas públicas para o livro e a leitura e sua influência na indústria editorial de Salvador. **Liinc em Revista**, v. 2, p. 178-191, 2006. Disponível em <<http://revista.ibict.br/liinc/index>>. Acesso em 16 set. 2010.

JESUS, Marisa S. de. **Implantação de bibliotecas comunitárias nos municípios do Estado da Bahia**. Salvador: CEPOM, 2007. Disponível em

<http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/papers/41d630061c75a5256dde4897e527.pdf> Acesso em 26 de set. de 2011.

MAIA, Soraia Gontijo. A leitura enquanto prática cultural e social. In. **Revista Linha Mestra**. 2008, N.09. <Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/linha-mestra/revistas/revista_09/indice_09.asp.html>. Acesso em 26 de set. de 2012.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. São Paulo: Editora USP, 1969.

OLIVEIRA, Daniela Piergili Weiers de. **Políticas Públicas de Fomento à Leitura**: política nacional, agenda governamental e práticas locais. 2011. São Paulo. Dissertação (Mestrado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitst.pdf?sequence=1>>. Acesso em 15 de Out. de 2012.

OSZLAK, Oscar. Estado e sociedade: novas regras do jogo. In. **Revista Reforma y Democracia**. Caracas: CLAD, 1997, nº 9

PELLEGRINI, Stella de Moraes; YUNES, Eliana **História e memória do PROLER (1992-1996)**: uma experiência instituinte de leitura. 2010. 2 v. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2010.

PERES, Selma Martines; GONÇALVES, Ana Maria. **Políticas de incentivo à leitura e livro**: interfaces dos programas adotados no Brasil a partir da década de 1990.

PROGRAMA Nacional de Incentivo a Leitura (Brasil). **Proler**: concepção e diretrizes. Rio de Janeiro: Proler, 2010.

PSZCZOL, Eliane. Proler – à guisa de um primeiro balanço. In. Programa Nacional de Incentivo a Leitura (Brasil). **Proler**: concepção e diretrizes. Rio de Janeiro: Proler, 2010.

RAMOS, Marília. Aspectos conceituais e metodológicos da avaliação de políticas e programas sociais. In **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**. 32 – jan/jun 2009. Brasília: IPEA, 2009, p.95-114. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/11/16> > Acesso em: 28 Ago. 2012.

REGIS, M. C. A. S. **Categorias literárias – programas de áudio para o incentivo à leitura de deficientes visuais**: um olhar transdisciplinar. 2009. 137f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010019652006000300017&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 02 out. 2012.

RIOS, Dermival. **Jequié**: síntese histórica e informativa. 2. Ed. rev. e amp. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2011.

RODRIGUES, Edimilson Moreira. **Fome de Programas de Leitura: o PROLER e a dimensão político ideológica da leitura.** São Luís: Universidade Federal do Maranhão. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), 2008, 122f. Disponível em: <http://www.tedebr.ufma.br/tde_arquivos/12/TDE-2008-07-28T193629Z-181/Publico/Edimilson%20Moreira%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 05 de jul. 2012.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos.** Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social em Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES. 1997. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF>. Acesso em 16 de setembro de 2011.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos.** Campinas: Unicamp – Núcleo de Estudos e Políticas Públicas – NEPP, 2000. (Caderno nº 48). Disponível em <<http://www.nepp.unicamp.br>>. Acesso em: 23 jul. 2002.

SOUZA, L. **Importância da leitura para a formação de uma sociedade consciente.** UFBA. In. VII Cinform: Informação, Humanismo e Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Disponível em <http://www.cinform.ufba.br/7cinform/>. Acesso em 16 set. 2010.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, dez. 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 maio 2011. doi: 10.1590/S1413-24782003000300003.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** AATR/BA. Disponível em <http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf>. Acesso em 03 de fev. de 2012.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, June 2008. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122008000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Set. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000300005>.

VIEIRA, R. S. **As relações de federativas e as políticas de EJA no Estado de São Paulo no período de 2003-2009.** 171f. - Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Universidade de São Paulo, São Paulo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 96p. (Questões da nossa época ; v.75).
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 159 p.
- COSTA, Sergio Francisco. **Método científico: os caminhos da investigação**. São Paulo: Harbra, 2001. 103 p.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000. 216 p.
- HÜHNE, Leda Miranda; GARCIA, Ana Maria. **Metodologia científica: caderno de textos e técnicas**. 2.ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1988. 263p.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 2008. 340p.
- MACÊDO, Manoel Moacir Costa. **Metodologia científica aplicada**. Brasília (D.F.): Scala Gráfica, 2005. 106 p
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 312 p.
- MÁTTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. xxvi, 286 p.
- POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2007. 566 p.
- RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 180p.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

APÊNDICE - A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
Centro de Humanidades, Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desigualdades e
Desenvolvimento

Roteiro de entrevista estruturada para coleta de dados.

Este formulário foi elaborado para coleta de dados a serem utilizados na dissertação de mestrado, cujo título é: **Políticas públicas de incentivo a leitura: o caso do PROLER nas universidades estaduais da Bahia.** A finalidade principal deste estudo é identificar as semelhanças e diferenças nos comitês dessas instituições supracitadas.

Patrícia Dias Fernandes - Mestranda em Ciências Sociais/UFRB

Dados Institucionais:

Nome da Instituição _____

Endereço: _____

Telefone _____ E-mail: _____

Dados pessoais:

Nome:

Idade:

20 - 21 anos 25 - 30 anos 31 - 35 anos 35 - 40 anos 41 - 45 anos
45 e mais anos

Sexo: Masculino Feminino

Formação acadêmica:

Nível de instrução:

Segundo Grau Graduação Pós-Graduação
 Mestrado Doutorado Pós-doutorado.

Área de formação acadêmica:.....

1. Tempo de coordenação do PROLER:

2. Possui capacitação na área de leitura? Caso positivo, especifique.

3. O que motivou a ser coordenador do PROLER?

4. Quais os processos percorridos para a implantação do PROLER?

5. Quais as instituições que assinaram o termo de parceria junto a Fundação Biblioteca Nacional para a criação deste Comitê.

6. Quais as maiores dificuldades enfrentadas na implantação do PROLER?

7. Quais as maiores dificuldades enfrentadas na manutenção do PROLER?

8. Em nível institucional qual a vantagem em trazer o PROLER para esta universidade?

9. Como foi a recepção da instituição com a implantação do PROLER?

10. Como a universidade contribui com o comitê do PROLER?

11. Qual a estrutura física atual do PROLER?

12. Essa estrutura atende as propostas do PROLER? Caso negativo qual a estrutura ideal?

13. Quais as atividades desenvolvidas por esse comitê?

14. Quantas pessoas fazem parte da equipe desse comitê?

15. As atividades deste comitê do PROLER beneficiam/atendem a quantas pessoas?

16. Há algum controle (informações/dados) dos participantes desse comitê?

17. Quais os critérios necessários para participar das atividades do PROLER nesse comitê?

18. Há algum impacto do PROLER na Universidade? Se positivo qual?

19. Há monitoramento do aprendizado dos participantes desse PROLER?

20. Esse comitê tem parceiros na concepção e execução das suas atividades?

21. Há alguma intervenção do PROLER nas atividades dos comitês nas Universidades Estaduais da Bahia?

22. Quantos municípios este comitê do PROLER abrange?

23. Qual o impacto do PROLER no estímulo à leitura na região que ele está inserido?

24. Em sua opinião o PROLER vem atendendo a proposta para o qual foi criado?

APÊNDICE – B

CARTA APRESENTANDO A PESQUISADORA PARA A COLETA DOS DADOS



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Centro de Artes, Humanidades e Letras

Pós Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento

Cachoeira, BA, 24 de maio de 2012.

À Ângela Ma. Damasceno Teixeira Barbosa

Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER
Coordenadora do Comitê da Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Campus Alagoinhas

Eu, Clóvis Zimmermann, Doutor em Sociologia pela Universidade de Heidelberg, na Alemanha e Professor do curso de ciências sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e coordenador do **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais** da Universidade Federal da Bahia (UFBA), apresento minha orientanda do mestrado **Patrícia Fernandes**, a qual pesquisa **“Políticas públicas de incentivo a leitura: o caso do PROLER nas universidades estaduais da Bahia”**, que está sendo desenvolvida por meio de entrevista estruturada aos coordenadores dos Comitês do PROLER.

Estas informações estão sendo fornecidas para subsidiar sua participação voluntária neste estudo que visa:

- a) Investigar as características de semelhanças do PROLER nas Universidades estaduais da Bahia;
- b) Investigar as características de divergência do PROLER nas Universidades estaduais da Bahia;
- c) Identificar as realizações de atividades de estímulo à leitura na circunscrição de cada comitê;

- d) Mostrar as dificuldades encontradas durante a implantação e na execução de atividades de estímulos a leitura deparada pelos comitês;

Em qualquer etapa do estudo, o participante terá acesso ao investigador para esclarecimento de eventuais dúvidas através do contato: Patrícia Fernandes - telefone (75) 3621-3004/8868-7409 - patricia.fernandes@ufrb.edu.br.

É assegurado aos sujeitos de pesquisa a liberdade da retirada de consentimento e o abandono do estudo a qualquer momento.

Fica assegurado, o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais da pesquisa, assim que esses resultados chegarem ao conhecimento do pesquisador.

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

Comprometo-me, como pesquisadora a utilizar os dados e o material coletados somente para esta pesquisa.

Desde já agradeço a imensurável contribuição para esta pesquisa ampliando seu debate acerca a leitura e conseqüentemente para o desenvolvimento da ciência do país.

Atenciosamente,

Dr. Clóvis Roberto Zimmermann

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFBA
Estrada de São Lázaro, 197 - Federação,
CEP: 40.210-730 - Salvador, BA - Brasil,
55 (71) 3235-4635
E-mail: clovis.zimmermann@ufrb.edu.br

ANEXO - A

DECRETO QUE INSTITUI O PROLER

UNIDADE	QUANTO FUNÇÃO DE	DESCRIÇÃO	DAS FCS
Setor Administrativo	118	Assistente	R-3
	118	Chefe	R-3
	126	Supervisor de Serviço	R-1
POSTO DE SERVIÇO SOCIAL - TCM I	252	Chefe	R-1
POSTO DE SERVIÇO SOCIAL - TCM II	252	Supervisor de Serviço	R-3
	252	Chefe	R-2
POSTO DE SERVIÇO SOCIAL - TCM III	252	Supervisor de Serviço	R-3
	252	Chefe	R-3
COORDENADORIA DE APOIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	36	Servente Especial	ML-2
	36	Supervisor de Serviço de Atendimento	R-2
	36	Supervisor de Serviço de Fiscalização	R-2
	36	Assistente	R-3
Setor Administrativo	36	Chefe	R-3
	36	Chefe	R-3
POSTO DE SERVIÇO SOCIAL I	117	Chefe	R-1
	117	Supervisor de Serviço	R-3
POSTO DE SERVIÇO SOCIAL II	120	Chefe	R-2
	120	Supervisor	R-3
POSTO DE SERVIÇO SOCIAL III	120	Chefe	R-3
	120	Supervisor	R-3
FUNÇÃO SOCIAL	36	Procedente Especial	ML-1
	36	Supervisor de Serviço	R-1
FUNÇÃO SOCIAL	36	Procedente Especial	ML-1
	36	Supervisor de Serviço	R-3

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 519, DE 13 DE MAIO DE 1992

Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, e de acordo com o disposto no art. 23, inciso V, da Constituição, e nos arts. 10 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e 7º, inciso III, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, junto à Fundação Biblioteca Nacional, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER.

Art. 2º Constituem objetivos do PROLER:

- I - promover o interesse nacional pelo hábito da leitura;
- II - estimular uma rede de projetos capazes de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras;
- III - criar condições de acesso ao livro;
- Art. 3º O PROLER desenvolver-se-á a partir dos seguintes mecanismos:
 - I - instalação de centros de estudos de leitura, para capacitar e formar educadores por meio de familiarização com o livro e a biblioteca;
 - II - disseminação de saberes de leitura, mediante supervisão de atividades e distribuição de materiais com sugestões de produções;
 - III - consolidação da biblioteca das bibliotecas públicas, visando à integração de ações que incentivem o gosto pela leitura;
 - IV - provisão de espaços de leitura, abertos regularmente ao público;
 - V - promoção e divulgação de medidas incentivadoras do hábito da leitura;
 - VI - utilização dos meios de comunicação de massa, para incentivo à leitura.

Art. 4º Constituem recursos da Fundação Biblioteca Nacional, destinados ao PROLER:

- I - recursos do orçamento da União;
- II - doações e contribuições nacionais e internacionais;
- III - participação financeira dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 5º O PROLER será dirigido pelo Presidente da Fundação Biblioteca Nacional,

cabendo-lhe:

- I - gerir os seus recursos financeiros na forma da lei;

II - celebrar convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para a execução dos seus programas;

III - firmar contratos de prestação de serviços, visando ao desenvolvimento de projetos a ele vinculados.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de maio de 1992; 171ª da Independência e 104ª da República.

FERNANDO COLLOR
Célio Borja

DECRETO Nº 520, DE 13 DE MAIO DE 1992

Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, e de acordo com o disposto no art. 23, inciso V, da Constituição, e nos arts. 10 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e 7º, inciso III, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, junto à Fundação Biblioteca Nacional, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, com vistas a proporcionar à população bibliotecas públicas nacionalmente estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura, estimulando a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sócio-cultural do País.

Art. 2º O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas tem os seguintes objetivos:

- I - incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional;
- II - promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanente;
- III - desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas instituídas;
- IV - manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras;
- V - incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas;
- VI - proporcionar, obedecendo à legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais;
- VII - favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no País;
- VIII - assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadoras dos sistemas estaduais e municipais, bem como fornecer material informativo e orientador de suas atividades;
- IX - firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas.

Art. 3º Respeitado o princípio federativo, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas atuará no sentido de fortalecer os respectivos sistemas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 4º Para consecução dos objetivos do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, poderão ser celebrados convênios e contratos de prestação de serviços que visem:

- I - à especialização do quadro de recursos humanos;
- II - à criação de rede, dentro dos padrões bibliotecários e normas comuns ou para casos localizados;
- III - ao incremento da circulação de bens culturais;
- IV - ao apoio a programas de atualização profissional, com a colaboração das universidades, mediante seus cursos de biblioteconomia e de ação cultural;
- V - à colaboração em projetos que envolvam entidades nacionais e internacionais.

Art. 5º Constituem recursos da Fundação Biblioteca Nacional, destinados ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas:

- I - recursos do orçamento da União;
- II - doações e contribuições nacionais e internacionais;
- III - participação financeira dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 6º O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas será dirigido pelo Presidente da Fundação Biblioteca Nacional, competindo-lhe:

- I - gerir os seus recursos financeiros na forma da lei;
- II - celebrar convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para a execução dos seus programas;
- III - firmar contratos de prestação de serviços, visando ao desenvolvimento de projetos a ele vinculados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de maio de 1992; 171ª da Independência e 104ª da República.

FERNANDO COLLOR
Célio Borja

ANEXO - B

TERMO DE PARCERIA ENTRE O PROLER E A UESB

ANEXO - C

TERMO DE PARCERIA ENTRE O PROLER E A UNEB

ANEXO - D

TERMO DE PARCERIA ENTRE O PROLER E A UESC

ANEXO - E

RELATÓRIO DE PERCEPÇÃO DO PÚBLICO

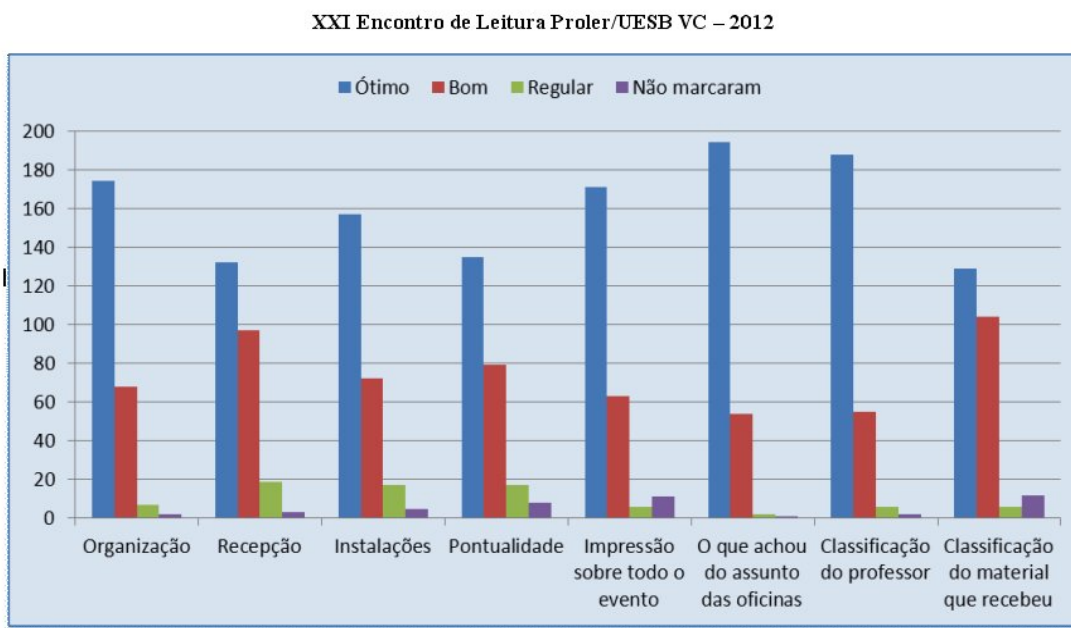


Gráfico 4 – Dados construídos a partir de 251 questionários de avaliação aplicados no XXI Encontro de Leitura 2012, colhidos do universo de 298 participantes, constituindo uma amostra de 84,2%.

**FOLDER DO ENCONTRO DO PROLER/UESB
Vitória da Conquista/2012.**

XXI Encontro de Leitura 
Comitê Vitória da Conquista

21 anos de incentivo à leitura e à escrita



Entre o campo e a cidade, quantas leituras!...

Distrito de Pradoso, Vitória da Conquista - Bahia
Círculo Escolar Integrado de Pradoso - Escola Municipal José Rodrigues do Prado
29 a 31 de maio de 2012

Apoiado: PROEX - GEAC - DCNA - BELL - Mestrado em Cultura, Educação e Linguagens
Informações: DCBA (77) 3424-8838, Proler (77) 3425-5424 - 8813-8544 - 8814-6163
<http://www.ans.br/proler> - proler@uesb@gmail.com

Organização: Apoio: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil



PROGRAMA

DIA 29/05/12: (18:00) Abertura oficial
Local: Auditório da Escola Municipal José Rodrigues do Prado

Pronunciamento das autoridades municipais PMVC, SMED, UESB, diretoria Círculo Escolar Integrado de Pradoso, equipe do Proler/UESB e comunidade de Pradoso.

Memória da Esc. Mül. José Rodrigues do Prado: Profa. Carolina Novais dos Santos e Dinorá Santos (in memória), funcionária.

Momento cultural: As Artes da Terra:

Coral da Turma III A: *Campo branco* de Elomar Figueira
Coral Turma III B: *Vida no Campo e Nós é jeca mais é jóia de (Xangai)*

Apresentação de slides Pradoso 2006 e 2012
Exposição fotográfica - Distrito de Pradoso (Projeto *Nossa terra tem belezas, vale a pena conferir* - Proler/UESB)

Centenário de Jorge Amado entre saberes e sabores - Professores, alunos e comunidade

DIA 30/05/12 - Oficinas Manhã e Tarde - (08:30 às 17:00)	DIA 31/05/12 Manhã - Oficinas Tarde Encerramento-Entrega de certificados Socialização das atividades desenvolvidas nas oficinas
--	---

OFICINAS

A arte de contar histórias
Profa. Maria Clara Cavalcanti - RJ

A arte de contar histórias
Prof. Augusto Pessoa - RJ

O teatro como agente transformador
Profa. Lucélia Machiavelli - SP

Linguagem corporal: novas leituras
Profa. Paula Vieira Amaral Rodrigues - SMED

Entre os jogos, a leitura e a matemática
Profas. Neiva Carvalho, Tânia Novais e Tiago Ribeiro Paiva - SMED

Histórias em Quadrinhos: leituras criativas
Profas. Debora Oliveira e Adalgisa Souza - Sala de Leitura/SMED

Libras: novas linguagens e leituras
Profa. Evanice Duarte e Sandra Barros - SMED

Entre brincadeiras - ler e apreender
Profas. Alexandra Santos e Najla Rúbia Sales - SMED

Ler e interpretar: uma questão cultural
Prof. Helder Rocha - Mestrado CEL / UESB

Cinema: das palavras às telas, leituras e reinterpretações.
Prof. Alberto Marlon - Mestrado CEL / UESB

ANEXO – G

IMAGEM DO BLOG DO PROLER DA UESB/VITÓRIA DA CONQUISTA REGISTRANDO A MINHA PRESENÇA.

Pesquisadora visita a Sala de Leitura Íris Silveira

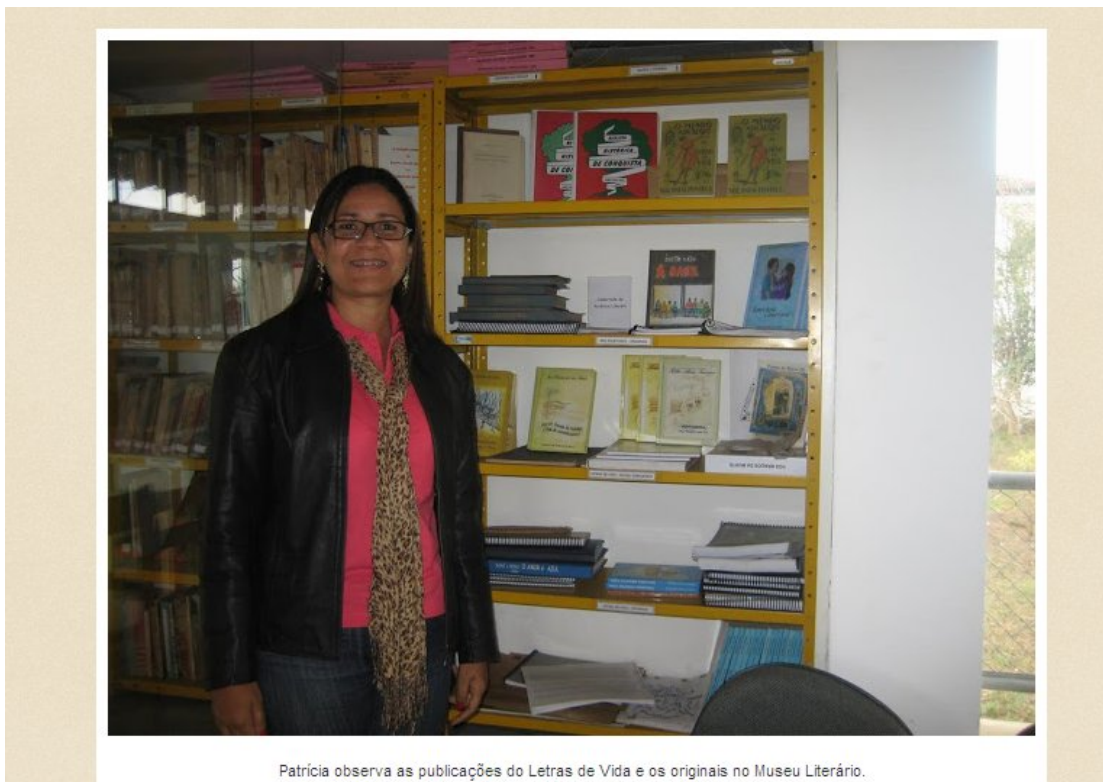
Patricia Dias Fernandes, bibliotecária da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, mestranda em Ciências Sociais visita o Comitê Proler/UESB de Vitória da Conquista para realização de pesquisa sobre o Programa Nacional de Incentivo à Leitura neste município.

No dia 07 de agosto de 2012, Patrícia esteve na Sala de Leitura Íris Silveira sede do Comitê Proler/UESB de V. da Conquista e acompanhou a rotina diária dos trabalhos e pesquisou nos arquivos as ações do comitê a partir de 1992 até esta data. O tema da sua pesquisa é o Proler no Estado da Bahia.



<http://prolervc.blogspot.com.br/>

ANEXO – H
CONHECENDO AS PUBLICAÇÕES DO PROJETO LETRAS DA VIDA



Patricia observa as publicações do Letras de Vida e os originais no Museu Literário.

ANEXO – I

IMAGEM DA SALA IRIS SILVEIRA – VISTA DE DENTRO



ANEXO – J

IMAGEM DA SALA IRIS SILVEIRA – VISTA DE FORA

